A Profanação do Domingo

Mons. Jean-Joseph Gaume — A Profanação do Domingo, considerada do ponto de vista da religião, da sociedade, da família, da liberdade, do bem-estar, da dignidade humana e da saúde (Paris, 1852). Tradução em português do Brasil.

- Sobre essa edição
- Carta I — Razão e plano desta correspondência
- Carta II — Ruína da Religião
- Carta III — Ruína da Religião (continuação)
- Carta IV — Ruína da Sociedade
- Carta V — Ruína da Família
- Carta VI — Ruína da Liberdade
- Carta VII — Ruína do Bem-estar
- Carta VIII — Ruína do Bem-estar (continuação)
- Carta IX — Ruína da Dignidade humana
- Carta X — Ruína da Saúde
- Carta XI — Ruína da Saúde (conclusão)
- Carta XII — Remédio para o mal

Sobre essa edição

A Profanação do Domingo

considerada do ponto de vista da religião, da sociedade, da família, da liberdade, do bem-estar, da dignidade humana e da saúde

❦

Tradução para o português do Brasil de *La profanation du dimanche, considérée au point de vue de la religion, de la société, de la famille, de la liberté, du bien-être, de la dignité humaine et de la santé*, de Mons. Jean-Joseph Gaume, doutor em teologia, então vigário-geral de Nevers (2.ª edição, Paris, Gaume Frères, 1852).

As citações bíblicas seguem a Bíblia em português e latim da Ação Restauracionista (tradução do Pe. Antônio Pereira de Figueiredo, com a grafia antiga mantida); o restante do texto foi vertido para o português contemporâneo.

> *«Lembra-te de santificar o dia de Sabbado.»* (Êx 20, 8)

Carta I — Razão e plano desta correspondência

Nevers, 3 de abril de 1850.

I

Senhor e caro amigo,[1]

Para atender a vossos desejos, envio-vos as considerações que me ditou o rápido exame da grande questão que há muito tempo é objeto de vosso estudo aprofundado. Nada é mais digno, com efeito, das meditações de um homem verdadeiramente político: a lei sagrada do repouso semanal, por ser o fundamento da Religião, é a salvaguarda dos Estados. Por isso, tendes mil vezes razão em dizer que, se nestes dias de aberração alguma coisa ainda tivesse o direito de causar espanto, seria certamente o esquecimento geral em que se deixa um ponto de tal importância. Sem outro preâmbulo, passo ao meu prefácio. Julgo-o necessário; mas, sossegai, não será longo.

II

Sabeis que cinco testemunhos imortais sustentam todos os dogmas católicos: a palavra de Deus, que os revela; o sangue dos mártires, que os confirma; o ódio dos maus, que os ataca; o amor dos bons, que os defende; a felicidade, que deixam após si. Tal é, nos tempos ordinários, a demonstração vitoriosa da fé. Contudo, chegam épocas de vertigem em que o homem, arrastado pelo orgulho, dominado pelos sentidos, não apenas fecha os olhos para não ver e os ouvidos para não ouvir, mas ainda tenta todos os meios para obscurecer a verdade que o importuna. Para esses dias nefastos, Deus reserva, em favor de sua obra, um último testemunho.

Semelhante ao raio que rasga a espessa nuvem cujos vastos flancos interceptam os raios do sol, esse último argumento dissipa todas as trevas amontoadas sobre as inteligências. A verdade é mostrada ao homem como lhe foi mostrada no cume do Sinai, ao clarão dos relâmpagos e ao ribombo do trovão; ou, como no Calvário, no espanto da humanidade e no abalo de toda a natureza. Esse último argumento da Providência são as REVOLUÇÕES.

Depois desses formidáveis furacões, o solo, revolvido e profundamente fendido, deixa ver a nu os alicerces ocultos das sociedades humanas. Percebem-se então os grandes assentos cujo abalo determinou a catástrofe; descobre-se a mina que veio feri-los; compreende-se o que teria sido preciso fazer para a desarmar, o que é preciso fazer para prevenir o retorno de culpáveis ataques.

III

Há três séculos a Providência dá às nações da Europa essa suprema demonstração. Não há um só de nossos dogmas cuja necessidade social não seja hoje provada por uma catástrofe.

> *A sociedade é um fato divino; o Símbolo com todos os seus artigos, o Decálogo com todos os seus preceitos, sem exceção de nenhum, são as condições vitais das nações civilizadas.*

É o que dizem as montanhas de ruínas amontoadas sobre o solo europeu, do norte ao meio-dia. É também, e alegro-me de constatá-lo, o que um vago instinto começa a fazer pressentir aos homens ainda há pouco mais indiferentes, para não dizer mais hostis, à revelação. Voltar a ela ou morrer, e isso sem demora: tal é o ponto atual da questão na Europa inteira.

Os fáceis desenvolvimentos dessa verdade levar-me-iam longe demais. O fim de nossa correspondência é chamar a atenção para uma dessas leis cristãs que, também ela, é demonstrada por catástrofes. Ousarei mesmo dizer que aqui a demonstração é mais completa e mais brilhante. Com efeito, se, ao falar da necessidade das leis e das verdades católicas, se pudesse admitir mais e menos, seria manifesto que esta lei, mais que as outras, é indispensável à sociedade: refiro-me à lei da santificação do domingo.

IV

Estou, como vós, tão convencido da desastrosa influência da violação do repouso semanal, que não posso deixar de exprimir de novo meu doloroso espanto diante do profundo esquecimento em que ficou esta causa essencial do mal que nos devora. Nestes últimos anos, uma longa e nobre luta foi sustentada pelos católicos da Europa inteira em favor das liberdades da Igreja, e pelos católicos da França em favor da liberdade particular do ensino. A questão é vital, com efeito. A educação é o império; pois a educação é o homem. Quem de nós não o compreendeu?

Mas, se a educação religiosa é necessária para formar crianças cristãs, não esqueçamos que só a santificação do domingo pode assegurar a perseverança do homem. Se, ao saírem das escolas católicas, as jovens gerações entrarem num mundo indiferente e anticristão, não tardarão, podeis estar certo, a tornar-se elas mesmas indiferentes e anticristãs. Ora, toda nação que não respeita o dia sagrado do repouso e da oração é uma nação indiferente e anticristã, cujo contato é mortífero para as gerações nascentes. Desde então, toda esperança de salvação desaparece: a sociedade condena-se a si mesma a uma ruína inevitável.

V

Aliás, toda ilusão é doravante impossível. Tocamos com a mão a maior catástrofe da história. Que não se conte, para preveni-la, nem com o verbo humano, nem com os grossos batalhões. Se quisermos ser nós mesmos os nossos salvadores, nada salvaremos, nem mesmo um resto desses bens materiais a que sacrificamos todos os outros. Só Deus, agindo na plenitude de sua misericórdia, pode retirar-nos do abismo em que já estamos metade mergulhados. Mas quem pode tocar em nosso favor o seu coração paternal? Uma só coisa: o retorno a Ele. Colocados em situação menos grave que a nossa, os povos doentes nunca conheceram outro caminho de salvação: Nínive é um tipo imortal, um tipo obrigatório. Quem sabe se não é para nos recordar vivamente o exemplo da cidade penitente que a Providência acaba de nos enviar os seus gigantescos monumentos? Mas por onde começará o retorno a Deus, senão pelo arrependimento? Qual será o primeiro ato social desse arrependimento, senão o cumprimento de um dever que conduz à prática de todos os outros? isto é, a santificação do domingo, sem a qual, como veremos em breve, todo retorno social ao cristianismo é impossível ou ilusório.

VI

É mais verdadeiro do que se pensa, e sobretudo do que se diz: a França perece pela profanação do domingo. Apesar dos avisos de todo gênero que lhe são prodigalizados, consumará ela a sua ruína?... Só Deus conhece esse temível mistério. A nós, que o ignoramos, cabe o dever de combater com todas as nossas forças, e até o último suspiro, em favor desta sociedade moribunda. Desobrigando nossa responsabilidade, os esforços que tentamos, se Deus se dignar abençoá-los, terão por resultado arrancar o enfermo à morte, ou amortecer, para muitos, o terrível choque dos acontecimentos que todos temem.

A fim de mostrar a verdade em todo o seu brilho e de não deixar nem desculpa à ignorância, nem pretexto à indiferença, nem subterfúgio à má vontade, vou examinar a questão capital da santificação do domingo sob todas as suas faces; em outros termos, vou apresentá-la em todos os seus pontos de contato com os interesses do homem e da sociedade. Assim, ouso dizer a todos, ricos e pobres, patrões e operários, compradores e vendedores, habitantes das cidades e habitantes do campo: se quereis conjurar os flagelos suspensos sobre vossas cabeças e escapar à barbárie que vos invade, o mais premente de vossos deveres é fazer cessar entre vós a escandalosa, a desastrosa profanação do domingo. Sim, deveis fazê-lo; e, no dia em que o quiserdes, podereis.

1º Deveis fazê-lo, se ainda estais apegados, por pouco que seja, à religião de vossos pais, que, afinal, é a única fonte das vantagens temporais que estimais exclusivamente. Com efeito, a profanação do domingo é a ruína da religião.

2º Se não estais mais apegados à vossa religião, deveis ainda fazê-lo, se estais apegados à sociedade humana que protege vossa fortuna, vossa liberdade, vossa vida. Com efeito, a profanação do domingo é a ruína da sociedade.

3º Se não estais mais apegados à sociedade, deveis ainda fazê-lo, se estais apegados à família, o único bem comum que nos resta hoje. Com efeito, a profanação do domingo é a ruína da família.

4º Se não estais mais apegados à família, deveis ainda fazê-lo, se estais apegados à liberdade, a que professais um culto tão ardente. Com efeito, a profanação do domingo é a ruína da liberdade.

5º Se não estais mais apegados à liberdade, deveis ainda fazê-lo, se estais apegados ao vosso bem-estar, objeto de todos os vossos labores. Com efeito, a profanação do domingo é a ruína do bem-estar.

6º Se não estais mais apegados ao vosso bem-estar, deveis ainda fazê-lo, se estais apegados à vossa dignidade de homem, essa dignidade de que vos mostrais tão ciosos. Com efeito, a profanação do domingo é a ruína da dignidade humana.

7º Se não estais mais apegados à vossa dignidade de homem, deveis ainda fazê-lo, se estais apegados à vossa saúde e à saúde de quanto vos é caro. Com efeito, a profanação do domingo é a ruína da saúde.

Profanação do domingo quer dizer, pois:

Ruína da religião;

Ruína da sociedade;

Ruína da família;

Ruína da liberdade;

Ruína do bem-estar;

Ruína da dignidade humana;

Ruína da saúde.

Cada uma dessas ruínas será objeto de uma ou de várias cartas, conforme a importância dos desenvolvimentos. Como desejais, senhor e caro amigo, nossa correspondência terminará com a indicação dos meios de remediar imediatamente o mal. Digo imediatamente; pois esses meios estão à disposição de todos e são de aplicação tão segura quanto fácil.

A extensão desta carta não me permite entrar hoje na matéria: fá-lo-ei dentro de poucos dias.

Recebei, etc.

Notas

[1] Estas cartas são dirigidas ao Sr. N..., membro da Assembleia Legislativa.

Carta II — Ruína da Religião

6 de abril.

I

Senhor e caro amigo,

Acabam de trazer-me vossa carta. Respondo ao que ela contém, na ordem em que o expondes.

> *Tenho medo, tens medo, ele tem medo, temos medo, tendes medo, eles têm medo: tal é, dizeis-me, o refrão de todos os discursos que ouvis.*

Perguntais-me o que penso desse sentimento e se fazeis bem em partilhá-lo. Sim, meu amigo, o mundo tem razão de temer; direi mesmo que ainda não teme o bastante: ou antes, teme mal, no sentido de que não teme o que deveria temer. Como seu pai, seu avô e seu bisavô, o século XIX obstinou-se em semear vento; deve, pois, esperar colher tempestades. E que tempestades, grande Deus!

Sim, repito, o mundo tem razão de temer. Mas extravia-se ao dirigir seu temor às causas segundas, em vez de dirigi-lo à causa primeira. Como os tufões que revolvem o Oceano, ou como os gafanhotos que humilharam o poderoso Egito, os bárbaros que ameaçam a Europa não passam de agentes subalternos do Árbitro supremo. Só Ele tem o poder de lhes dizer: *«Até qui chegarás, e não passarás mais longe.»*[1] É a Ele que se deve temer, e temer antes de tudo. Infelizmente, é Ele que o mundo não teme. Digo pouco: é Ele que o mundo continua a desafiar pelo desprezo obstinado de seus avisos paternos, pela negação mesma de sua existência. Tal é, a um tempo, o castigo e a desgraça dos povos materialistas: perdem a consciência das leis vitais da sociedade. Essa cegueira foi sempre o precursor da ruína.[2]

II

Acrescentais que os compromissos contidos em minha última carta vos parecem difíceis, e que a demonstração de minha tese será um verdadeiro tour de force. Sem partilhar vosso parecer neste último ponto, vou empenhar-me em desobrigar minha palavra. Antes de tudo, devo exprimir-vos o pesar de não ter, nesta correspondência, senão ruínas a propor à vossa atenção; mas convireis em que a culpa não é minha. Em nossos dias, para onde lançar os olhos sem encontrar ruínas? A face da terra está coberta delas: ruínas morais, ruínas intelectuais, ruínas materiais, ruínas sociais,

ruínas domésticas. Não sei se, desde a origem do mundo, se viu um abalo tão geral de todas as obras humanas. Uma coisa nos consolará, a vós e a mim, no estudo deste lúgubre espetáculo: é o pensamento de que só percorremos todos esses monumentos da justiça divina para reconhecer as causas da catástrofe e assinalá-las em voz alta aos que podem prevenir-lhe o retorno.

III

Enfim, desejais saber qual é, na língua religiosa, o sentido preciso destas palavras: Profanação do domingo. Na verdade, é assim mesmo que se deve começar. Em boa e leal filosofia, a primeira regra de toda discussão é definir as palavras que se empregam. A este propósito, quereríeis, senhor representante, pedir a alguns de vossos mais célebres colegas que pratiquem esse princípio elementar ao menos uma vez durante todo o tempo de seu mandato? Se por acaso a retórica perder alguma coisa, a verdade certamente ganhará, e a inteligência dos leitores sentir-se-á notavelmente aliviada.

Chamamos santa a uma coisa que é exclusivamente consagrada ao culto de Deus. Fazê-la servir a usos ordinários é profaná-la, ou, segundo o rigor da etimologia, lançá-la fora do templo. Para exprimir a violação do domingo pela palavra profanação, é preciso, pois, que o domingo seja coisa santa: e assim é. O Autor de nossos dias tira um em cada sete; é um dízimo, um tributo que exige, em testemunho de seu domínio soberano e inalienável: esse dia, Ele o faz seu. Ordem formal de consagrá-lo inteiramente ao repouso da alma, ao trabalho moral, à oração, à gratidão, à adoração; proibição não menos rigorosa de dá-lo ao trabalho corporal, à ociosidade, aos prazeres mundanos. Assim, trabalhar, vender, comprar etc., é profanar o domingo; empregá-lo nos exercícios religiosos é santificá-lo.

Com uma sabedoria igual à sua divina autoridade, a Igreja determina um ato especial que, sob pena de falta grave, deve ser religiosamente cumprido: refiro-me à assistência ao augusto sacrifício da missa. Mesmo do ponto de vista social, que útil preceito é esse! Que lição de igualdade e de fraternidade nessa reunião de ricos e pobres, de patrões e servidores, sob os olhos do pai comum, para ouvirem lembrados seus deveres e repreendidas suas faltas! Que princípio de verdadeira liberdade, isto é, de emancipação dos maus pendores, na assistência religiosa, e periodicamente obrigatória, à imolação de um Deus por criaturas! Mas corto estas considerações e abordo o assunto de minha carta: profanação do domingo quer dizer ruína da Religião.

IV

Segundo a bela definição de santo Agostinho, fundada na natureza mesma da coisa e nos termos formais da Escritura, Religião significa aliança ou sociedade do homem com Deus, laço que une o homem a Deus. Toda aliança supõe compromissos recíprocos entre as partes contratantes, isto é, certas condições fundamentais cuja violação acarreta a ruptura do contrato: assim é a Religião. Resta saber se a santificação do sétimo dia é uma condição fundamental dessa divina sociedade, de sorte que a violação desse preceito acarrete a dissolução da aliança.

Direi primeiro, não para vo-lo ensinar, que na Religião tudo é fundamental. Vindo tudo do próprio Deus, é igualmente respeitável e deve ser igualmente respeitado. Entretanto, se, como já tive a honra de indicar, se pudesse fazer alguma distinção, diria de bom grado que o repouso do sétimo dia é a base mesma da augusta aliança do homem com Deus; donde se segue manifestamente que a profanação do domingo, pública, geral, habitual, como a vemos hoje na maior parte de nossas cidades e de nossos campos, é a ruína da Religião. Eu teria uma multidão de razões para prová-lo; contento-me com três:

1ª Em todo o código divino, não encontrais preceito mais antigo, mais universal, mais vezes reiterado, mais fortemente sancionado, por conseguinte mais essencial;

2ª Não encontrais outro cuja violação acarrete tão infalivelmente a ruína de todos os demais;

3ª Não encontrais outro cuja violação tenha no mesmo grau o caráter da injustiça e da revolta, e se torne com o mesmo título uma profissão pública de ateísmo.

Será preciso mais para estabelecer que o repouso sagrado do sétimo dia é condição fundamental da aliança do homem com Deus?

V

Primeiro, nenhum preceito mais antigo. Há uma lei que data da origem dos tempos; uma lei que sobreviveu a todas as catástrofes que revolveram o universo, a todas as migrações que fragmentaram em mil pedaços a família primitiva; uma lei que não tem instituidor humano; uma lei que é o fundamento da religião universal e o eixo do mundo. Essa lei é a divisão do tempo em sete dias, com o repouso obrigatório do sétimo.

Por isso, quando, do alto do Sinai, o Criador intima suas vontades ao povo de Israel, não lhe diz: Santifica o dia do sábado, mas: *«Lembra-te de santificar o dia de Sabbado.»* Esse preceito não é novo: teus avós o conheceram, remonta à origem dos tempos.[3]

> *Trabalharás seis dias, e farás nelles tudo o que tens para fazer. O settimo dia porém he o Sabbado do Senhor teu Deos. Não farás nesse dia obra alguma, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu escravo, nem a tua escrava, nem o teu animal, nem o peregrino, que vive das tuas portas para dentro. Porque o Senhor fez em seis dias o ceo, e a terra, e o mar, e tudo o que nelles ha, e descansou ao settimo dia: por isso o Senhor abençoou o dia settimo, e o santificou.*[4]

VI

Nenhum preceito mais universal. A obrigação de consagrar exclusivamente ao serviço de Deus um dia em sete sobreviveu, como disse, a todas as vicissitudes dos tempos, e passou da lei antiga para a lei nova. Por determinação soberana da Igreja, seu cumprimento foi fixado no domingo. O fato não é contestável por ninguém, visto que não é contestado por ninguém. A lei da oração e do repouso septenário domina o mundo inteiro. Seria fácil fazer erudição e justificar minha frase com vinte páginas de textos gregos, latinos, árabes etc. Aqui os filósofos, os historiadores, os poetas, os oradores da Antiguidade, os sábios protestantes e católicos, os viajantes modernos, os missionários mais instruídos, são todos ecos de um ilustre Padre da Igreja, são Teófilo. Por volta de meados do século II, esse douto bispo de Antioquia escrevia a seu amigo Autólico: *«Todos os povos da terra conhecem o sétimo dia.»*[5]

Desenvolvendo há pouco esse pensamento, o estimável autor de *O Domingo* acrescenta:

> *A verdade de um dia reservado a Deus é imperecível, como o próprio conhecimento do Ser supremo. Ainda se podem decifrar-lhe os caracteres primitivos, apesar das sobrecargas do erro; e encontra-se por toda parte, até certo ponto, a divisão septenária, a observância de um dia em sete e a santificação desse dia pelo repouso e pelo culto.*[6]

VII

Nenhum preceito mais vezes reiterado. *Lembra-te de santificar o dia do sábado*: se prestais ouvido aos oráculos divinos, tal é a ordem que ouvireis repetir continuamente do Paraíso terrestre ao Sinai, do Sinai ao Calvário, do Calvário aos quatro cantos do mundo. Os ecos dos séculos futuros não cessarão de redizê-la até o limiar da eternidade, onde começará o repouso absoluto de que o sábado é a imagem. Inspirado por Deus, Moisés a intima até doze vezes ao povo de Israel. Os autores sagrados que se sucedem antes e depois do cativeiro de Babilônia insistem todos, com particular força, no cumprimento desse preceito. Isaías, Jeremias, Ezequiel, Oseias, Amós, os grandes e os pequenos profetas parecem ter por fim essencial de sua missão anunciar os bens ou os males que decorrem da observância ou da profanação do dia de Deus. Quereis, meu caro amigo, proporcionar-vos a vantagem de reencontrar sem dificuldade suas eloquentes palavras? Procurai um livro que quase só os eclesiásticos ainda conhecem: chama-se a *Concordância*. Um exemplar deveria ornar a biblioteca de cada representante do povo.

Agora, se quiséssemos ouvir todas as vozes que, há dezoito séculos, se ergueram no Oriente e no Ocidente para reclamar, recomendar, ordenar a santificação do domingo, seria preciso encerrar-se durante semanas inteiras numa de nossas bibliotecas nacionais e compulsar todas as obras dos Padres, desde são Justino e Tertuliano até são Bernardo; os códigos e constituições dos imperadores romanos, desde Constantino até Justiniano e depois dele; os capitulares e as cartas de todos os reis da Europa, desde Carlos Magno até Luís XVIII; seria preciso percorrer ainda os regulamentos, a um tempo tão sábios, tão formais e tão variados, das comunas, das corporações de artesãos e operários; enfim, seria preciso ler as imensas coleções dos concílios, das encíclicas e

das bulas pontifícias; as coletâneas não menos imensas de sermões e mandamentos episcopais, com a obrigação de parar quase a cada página para escutar os graves ensinamentos dados aos particulares e às nações sobre este ponto fundamental.[7]

VIII

Há outra voz que reúne a dupla vantagem de não ser menos eloquente e de ser muito fácil de ouvir: é a voz do firmamento. Sabeis que os céus são pregadores;[8] e, se me permitis dizê-lo, os pregadores especiais da brevidade do tempo e do repouso septenário. A este título, são feitos para o nosso século, em que os homens vivem como se nunca houvessem de morrer; em que trabalham como se nunca fossem obrigados a repousar. Com essa sublime filosofia que dá razão de tudo e sem a qual não se pode dar razão de nada, o escritor sagrado nos diz que o Criador fez o sol, a lua e as estrelas para marcar os tempos, as estações, os dias e os anos.[9]

O céu é, pois, um magnífico relógio. Em seu mostrador de azul vejo dois ponteiros luminosos que, passeando sobre horas marcadas por rubis, indicam os dias, as semanas, os meses e os anos. Ao aparecer e desaparecer alternadamente no horizonte, o sol marca a divisão dos dias, compostos de trevas e de luz. Crer que essa sucessão tão rápida e tão regular não tem outro fim senão determinar materialmente a medida dos instantes de que se compõe a nossa vida seria um erro: o pensamento do Criador é mais alto.

Se as criaturas são feitas para o homem, o homem é feito para Deus: cada uma delas está encarregada de lho redizer a seu modo.

> *Ao ver-me cada dia começar e acabar para recomeçar ainda, ensino-vos três mistérios: o mistério da vida, que é curta; o mistério da morte, que não é eterna; o mistério da ressurreição, que é tão certa quanto a vida e a morte:*

eis o que nos diz, por seu movimento diurno, o astro eloquente que nos ilumina. Diz-nos também que o começo e o fim da vida são duas horas solenes: assim, o começo e o fim de cada dia devem ser marcados pela adoração. Que essa linguagem seja verdadeira e tenha sido compreendida, a prova está no uso constante, entre todos os povos, e sobretudo na Igreja católica, de rezar de manhã e à noite.

Por suas fases diversas, a lua marca as semanas. Ao cabo de sete dias vê-se que ela chega a uma metade regular; ao cabo de outro septenário seu disco está cheio; ao cabo de mais sete dias decresceu uma metade perfeita; enfim, depois de uns vinte e oito dias de aparição, desaparece, para logo se renovar. Essa lua que se mostra em trabalho de crescimento e de decrescimento durante seis dias consecutivos, e depois repousa numa forma fixa a cada sétimo dia, poderia cumprir melhor a intenção do Criador e indicar mais claramente ao homem os seis dias de trabalho e o sétimo de repouso?[10]

Que tal seja na realidade o ensinamento que ela tem por missão dar-nos, basta, para estar perfeitamente certo, lembrar a palavra já citada do sábio bispo de Antioquia, de que todos os povos da terra conhecem o sétimo dia; e ouvir Aquele que formou a rainha das noites:

> *E a lua em tôdas as suas revoluções com o seu período é a marca dos tempos e o sinal das mudanças do ano. A lua é a que determina os dias de festa, sendo um planeta de luz que logo começa a minguar em chegando ao mais pleno auge do seu crescimento. O mês vem a tomar dela o nome, a qual por um modo admirável cresce, até ficar de todo cheia. Uma disposição de arraiais se divisa nas alturas, a qual brilha gloriosamente no Firmamento do Céu.*[11]

Vê-se, por esse quadro grandioso, que a lua é o corifeu de Deus, encarregado de dar o sinal, a medida e o tom aos exercícios religiosos do homem; de modo que os homens, nos dias santos, não fazem senão retomar em coro o cântico que o céu entoou.[12]

IX

Permiti-me, senhor e caro amigo, dizer-vos de passagem que o texto sagrado me põe na pista de um mistério de que eu não tinha me dado conta. A história profana nos ensina que, entre os diferentes povos da Antiguidade, havia dias fastos e dias nefastos. As nações pagãs acreditavam, pois, na diferença natural dos dias. Essa opinião era a meus olhos um preconceito ou uma superstição a mais; e eu a concedia liberalmente aos egípcios, aos gregos e aos romanos. É-lhes devida uma reparação: essa crença é fundada. O Pai dos dias, que acaba de indicar-nos esse mistério, vai revelá-lo claramente:

> *De onde vem que um dia se prefere a outro dia, e também um tempo a outro tempo, e um ano a outro ano, quando o sol que os forma sempre é o mesmo? Pela ciência do Senhor foram distinguidos, depois que o sol foi criado, e desde que guarda o seu preceito. E variou as estações, e os dias de festa das mesmas e nelas se celebraram as solenidades à hora determinada. Dos mesmos dias fêz Deus a uns grandes e sagrados, e a outros pôs no número de dias comuns.*[13]

Que nova e sublime imagem nos apresenta aqui o texto sagrado! Vedes o soberano Mestre tomar com uma das mãos uma porção de nossa vida, abençoá-la, santificá-la e reservá-la como dízimo e como homenagem; e, com a outra mão, rejeitar o maior número de nossos dias no círculo monótono dos meses e dos anos, não lhes atribuindo outro mérito senão o de completar a santificação de nossa existência pela prática cotidiana das virtudes e dos deveres?[14]

A adoração cotidiana da manhã e da tarde, o repouso sagrado do sétimo dia, são eloquentemente pregados pelo sol e pela lua, esses dois infatigáveis arautos do Eterno: mas isso não basta. Constelações, vulgarmente chamadas sinais do zodíaco, isto é, grupos de estrelas, ou, para dizer a

palavra verdadeira, sinais celestes, aparecem cada noite no lado do céu oposto ao poente do sol. Cada uma por sua vez mostra-se no horizonte durante uma lunação inteira. Quando a décima segunda desapareceu, volta a primeira; e vistes passar sobre a abóbada do firmamento, como num mostrador móvel, cada um dos doze meses do ano e o próprio ano, de que são partes integrantes.

Essa renovação dos meses e dos anos é ainda um momento sagrado e o pregador de uma renovação moral. Por isso, entre todos os povos, o começo do ano e as luas novas foram dias de festa. É, pois, verdade: graças ao curso perfeitamente regular do sol, da lua e das estrelas, o grande relógio dos céus soa, cada dia, cada semana, cada mês, cada ano, a hora do recolhimento, da oração e do repouso sagrado. Ao som dessa hora solene, todas as nações do globo caíram até aqui de joelhos para adorar e bendizer. Como qualificar a conduta dos homens, a conduta de todo um povo que, não respeitando mais os dias santos, não leva em conta essa magnífica harmonia e transtorna todo o plano divino? É estupidez? É malícia? É uma e outra? Deixo-vos decidir.

Recebei, etc.

Notas

[1] Jó 38, 11.

[2] *Terribili et ei qui aufert spiritum principum, terribili apud reges terrae.* — «E ao que tira o espirito aos principes, ao que he terrivel aos reis da terra.» (Sl 75, 13.)

[3] *Deus a mundi exordio hoc primo sabbati die, illum sanctificavit, id est actu festum instituit, colique voluit ab Adamo ejusque posteris sacro otio et cultu Dei, maxime recolendo beneficium creationis suae totiusque mundi, illo die completae. Unde patet sabbatum fuisse festum institutum et sancitum primitus... ab origine mundi. Ita Ribera, Philo, Catharinus, etc.* — «Deus, desde o princípio do mundo, santificou este primeiro dia do sábado, isto é, instituiu-o de fato como festa, e quis que fosse celebrado por Adão e seus descendentes com santo ócio e culto a Deus, para recordar sobretudo o benefício de sua criação e a do mundo inteiro, concluída naquele dia. Donde se vê que o sábado foi instituído como festa e sancionado desde o princípio... desde a origem do mundo. Assim Ribera, Fílon, Catarino etc.» (Cornélio a Lápide, *in Gen.*, II, 3.)

[4] Êx 20, 8-11.

[5] *Ac de die etiam septimo locuti sunt (poetae, scriptores, philosophi), cujus nomen omnes homines usurpant, sed plerique quam vim habeat ignorant. Quod enim apud Hebraeos sabbatum dicitur, graece redditur hebdomas, quae quidem apud omne humanum genus appellatur.* — «Também falaram do sétimo dia (poetas, escritores, filósofos), cujo nome todos os homens empregam, mas a maioria ignora o que ele significa. Pois o que entre os hebreus se chama sábado, em grego se diz *hebdomas*, nome que se usa em todo o gênero humano.» (*Ad Autolyc.*, liv. II, n.º 12.)

[6] M. Le Courtier, p. 31. — Se vossos lazeres o permitirem, podeis ler as passagens de autores de todas as nações em dom Calmet, *Comentário sobre o Gênesis*, liv. I; em Godescard, *O Domingo*, cap. I e II; em M. Perennès, *Instituição do domingo*, p. 51-67 etc.

[7] Encontrar-se-á parte desses monumentos, com a indicação de vários outros, no *Código da Religião e dos costumes*, 2 vol. in-12.

[8] *Caeli enarrant gloriam Dei.* — «Os ceos publicão a gloria de Deos.» (Sl 18, 2.)

[9] *Fiant luminaria in firmamento caeli, et dividant diem ac noctem, et sint in signa et tempora et dies et annos.* — «Façao-se huns luzeiros no Firmamento do Ceo, que dividão o dia, e a noite, e sirvão de sinaes para mostrar os tempos, os dias, e os annos.» (Gn 1, 14; Sl 135, 7-9.)

[10] Veja-se *O Domingo*, p. 18.

[11] *Et luna in omnibus in tempore suo, ostensio temporis, et signum aevi. A luna signum diei festi... vas castrorum in excelsis, in firmamento caeli resplendens gloriose.* (Eclo 43, 6-9; veja-se o comentário de Cornélio a Lápide.)

[12] *O Domingo*, p. 24.

[13] *Quare dies diem superat, et iterum lux lucem, et annus annum a sole? A Domini scientia separati sunt... et immutavit tempora et dies festos ipsorum, et in illis dies festos celebraverunt ad horam, et ex ipsis exaltavit et magnificavit Deus, et ex ipsis posuit in numerum dierum.* (Eclo 33, 7-10; veja-se Cornélio a Lápide.)

[14] Essas belas palavras do autor de *O Domingo* são a tradução do pensamento dos intérpretes e o comentário deste verso eloquente: *Dies vulgares, qui nihil habent prae aliis singulare, sed tantum numerum caeterorum adaugent instar ciphrae, juxta illud: nos numerus sumus, et fruges consumere nati.* — «Os dias comuns, que nada têm de singular em relação aos outros, mas apenas aumentam o número dos demais à maneira de um zero, segundo aquele dito: somos número, e nascidos para consumir as colheitas.» (Cornélio a Lápide, *in Eccli.*, XXXIII, 9.)

Carta III — Ruína da Religião (continuação)

9 de abril.

I

Senhor e caro amigo,

Perdoar-me-eis, espero, por ter deixado a pena correr um pouco demais em minha última carta. Em caso de necessidade, trago-vos duas desculpas: de um lado, pareceu-me que as últimas considerações que vos submeti, hoje muito esquecidas, eram de natureza a penetrar a alma de um grande respeito pelo repouso sagrado do sétimo dia; de outro, a conversação escrita ou falada goza, a meus olhos, do feliz privilégio de ser um pouco vagabunda: não quis despojá-la dele. Se é erro, ficarei de sobreaviso e nada negligenciarei para ser breve. Continuo:

II

Nenhum preceito mais fortemente sancionado que o preceito do repouso semanal.

A importância de uma lei reconhece-se pela severidade das penas e pela grandeza das recompensas com que o legislador lhe assegura a execução. Encarada sob este novo ponto de vista, é incontestável que a lei do repouso semanal ocupa o primeiro lugar entre as leis divinas e mesmo nos códigos das nações cristãs. Se esse fato precisasse de provas, vossos conhecimentos em legislação, senhor representante, vos habilitariam a deduzi-las muito melhor do que eu poderia fazê-lo. Assim, é a outros que a vós que se dirigem os pormenores que vão seguir-se.

O repouso sagrado do sétimo dia não é nem um simples conselho que se possa praticar ou não praticar; nem um mandamento sem importância que seja lícito violar sob os menores pretextos ou de que cada um possa dispensar-se por autoridade privada. É um preceito capital: pena de morte para quem ousar infringi-lo. Israel estava acampado no meio do deserto. Num dia de sábado, encontra-se nas redondezas um homem que juntava alguns pedaços de lenha: é levado a Moisés. O santo legislador, a quem a Escritura chama o mais manso dos homens, não ousa tomar sobre si a execução da lei em toda a sua severidade; vai consultar o Senhor. Sem misericórdia, responde o Deus de Israel; seja apedrejado. E foi apedrejado.[1]

À imitação desse exemplo vindo de tão alto, todos os povos seriamente cristãos tiveram leis terríveis contra os profanadores do domingo. A multa, a flagelação, a degradação, a mutilação da mão direita, a servidão perpétua são as penas decretadas, quer pelos imperadores romanos do Oriente e do Ocidente, quer pelos maiores monarcas da Europa.[2] Isto quanto aos particulares.

III

Se o crime se torna nacional, terríveis ameaças seguidas de espantosas calamidades lembrarão às sociedades culpadas a santidade dessa lei fundamental. Eis o que diz o Senhor a Jeremias:

> *Vai, e põe-te á porta dos filhos do povo, pela qual entrão, e sahem os reis de Juda, e vai a todas as portas de Jerusalem. [...] Isto diz o Senhor: Guardai as vossas almas, e não queirais trazer cargas no dia do sabbado: nem as introduzais pelas portas de Jerusalem. E não façais tirar cargas de vossas casas no dia do sabbado: nem façais obra servil alguma: santificai o dia do sabbado, como eu ordenei a vossos pais. [...] Mas se vós me não escutardes de sorte que santifiqueis o dia do sabbado, e não tragais cargas, nem as mettais pelas portas de Jerusalem no dia do sabbado: accenderei fogo nas portas d'ella, e devorará as casas de Jerusalem, e não se apagará.*[3]

Judá foi surdo à voz do profeta. Nabucodonosor encarregou-se de cumprir a ameaça do Todo-Poderoso e de vingar a lei sagrada do repouso semanal: sabe-se de que maneira se desempenhou.

Saqueada, arruinada, levada ao cativeiro, calcada aos pés dos infiéis por haver violado o sábado do Senhor, a nação judaica não se corrige. De volta de seu cativeiro, comete de novo o crime que causou todas as suas desgraças. E vi então, diz um de seus condutores:

> *Naquelle tempo vi em Juda homens, que pisavão nos lagares ao sabbado, que carretavão mólhos, e que carregavão sobre os jumentos vinho, e uvas, e figos, e toda a casta de cargas, e que as trazião a Jerusalem em dia de sabbado. E eu lhes ordenei expressamente, que vendessem nos dias, em que era licito vender. E os Tyrios moravão na cidade e trazião peixe, e todas as cousas de venda: e as vendião em Jerusalem aos filhos de Juda em os sabbados: e repreendi aos magnates de Juda, e lhes disse: Que maldade he esta que commetteis, profanando o dia de sabbado? Não he isto o mesmo que fizerão nossos pais, e nosso Deos fez cahir toda esta calamidade sobre nós, e sobre esta cidade? E vós augmentaís a sua ira sobre Israel violando o sabbado?*[4]

As ameaças e os castigos não bastam ao soberano legislador. A observância do sétimo dia é, de todos os atos de submissão da parte do homem, aquele de que Ele se mostra mais zeloso. Por isso, para assegurar o cumprimento dessa lei, apresenta-lhe um novo motivo nas magníficas

recompensas com que coroará a sua fidelidade. Diz Ele:

> *E acontecerá isto: Se me escutardes, diz o Senhor, de sorte que não mettais cargas pelas portas d'esta cidade no dia do sabbado, e se santificardes o dia do sabbado, sem fazer nelle obra alguna servil: entrarão pelas portas d'esta cidade reis e principes, que se assentarão sobre o throno de David, e subirão sobre coches e cavallos, elles e os seus principes, os varões de Juda, e os moradores de Jerusalem: e será para sempre povoada esta cidade. E virão das cidades de Juda, e dos contornos de Jerusalem, e da terra de Benjamim, e das planices, e dos montes, e do Meiodia, trazendo holocaustos, e victimas, e sacrificios, e incenso, e metterão offrendas na casa do Senhor.*[5]

À prosperidade material acrescenta a alegria, a glória e o poderio da nação. Diz Ele:

> *Se apartares do sabbado o teu pé, o fazer a tua vontade no meu santo dia, e chamares ao sabbado delicado, e santo para gloria do Senhor, e o glorificareis em quanto não fazes os teus caminhos, e se não acha a tua vontade, para fallares palavras: então te deleitarás tu no Senhor, e te levantarei sobre as alturas da terra, e alimentar-te-hei com a herança de Jacob teu pai: porque a boca do Senhor fallou.*[6]

Nada seria mais fácil do que multiplicar as passagens em que se contêm, sob formas diferentes, as mesmas promessas e as mesmas ameaças.

IV

Mudou Deus? Por ter sido transferido para o domingo, é o repouso do sétimo dia menos sagrado? Porque cumulou os cristãos de favores maiores que os judeus, exige o soberano Mestre menos gratidão, e o dízimo que reservou sobre os dias do homem deve ser pago com menos fidelidade? O filho do Calvário está menos obrigado à perfeição que o escravo do Sinai, e o repouso septenário deixou de ser a condição indispensável do cultivo da alma? Se há uma só maneira de resolver essas questões, segue-se que a importância extrema do sábado sob a lei de Moisés, o domingo a conserva sob o Evangelho. Ora, vimo-lo, essa importância é tal que não há no código divino preceito mais antigo, mais universal, mais vezes reiterado, mais fortemente sancionado e, por conseguinte, mais fundamental do que o preceito da santificação do sétimo dia.

Se, pois, Religião quer dizer aliança ou sociedade do homem com Deus, laço que une o homem a Deus, é evidente que a profanação francesa do domingo, isto é, a violação pública, geral, permanente da condição essencial dessa aliança, é a própria ruína do divino contrato. Entre os homens, uma convenção não é rompida quando uma das partes viola, ainda que uma só vez, as condições fundamentais? Que seria se, como no caso presente, a violação fosse habitual?

A este primeiro título, a profanação do domingo é, pois, a ruína da Religião.

V

Isso não basta. Goza ela desse lamentável privilégio a um segundo título, muito mais marcado. Com efeito, senhor e caro amigo, não encontrareis no código divino preceito cuja violação acarrete tão infalivelmente a ruína de todos os outros. Sabeis qual foi, em todos os povos, e tão alto quanto se possa remontar nos anais do mundo, o grito de guerra de todos os homens cujo orgulho empreendeu destronar a Deus? O ateísmo? Não. O deísmo? Não. A volúpia? Não; mas a destruição do dia da oração. Em todos os estandartes vejo escrito o que Davi já lia há três mil anos: *«Façamos cessar da terra todas as festas de Deos.»*[7]

Aqui, melhor que em qualquer outra parte, verifica-se a palavra do conde de Maistre:

> *O mal tem um instinto infalível: nem sempre fere forte, mas fere sempre certeiro.*

Suprimi o domingo, ou, o que vem a dar no mesmo, fazei que seja geralmente profanado num povo, e logo não tendes mais nem conhecimento nem prática da Religião, nem frequência dos sacramentos, nem culto exterior. A experiência está feita; é palpável a todas as mãos, visível a todos os olhos.

Se fosse preciso dar-lhe a razão, diria que não se pode chamar conhecer a Religião ter, sobre essa ciência a um tempo tão profunda e tão variada, as noções imperfeitas recebidas na infância. Acrescentaria que essas noções, necessariamente muito incompletas, muitas vezes ouvidas com leviandade, mais frequentemente mal compreendidas, são bem depressa esquecidas no ruído da oficina, na dissipação do colégio, ao contato de uma sociedade como a nossa, cujos hábitos, preocupações e máximas são eminentemente próprios para obscurecer as ideias cristãs e extinguir até o senso da fé.

Se, pois, saído da infância, o homem, seja ele quem for, não vem mais ouvir os mestres da Religião, perde, muito mais depressa do que se pode pensar, a magra bagagem de conhecimentos religiosos que adquirira. Quantas vezes não ouvi velhos, embaraçados para responder às perguntas mais elementares do catecismo, dizer publicamente: *«Eu bem soube isso outrora; mas faz muito tempo que o esqueci!»* Quantas outras vezes não vi jovens, moças de dezesseis a dezessete anos, ou mudos sobre as coisas que haviam aprendido na época de sua primeira comunhão, ou infelizes até o ridículo em suas respostas aventuradas? Ora, com a profanação do domingo, nenhuma instrução religiosa mais. Faltarão o tempo, os meios ou a vontade; é um fato evidente como a luz do dia.

Mas suponhamos que não se esqueçam os ensinamentos elementares recebidos; suponhamos mesmo que esses ensinamentos sejam completos. Nesse caso, a profanação do domingo não é menos a ruína da Religião, que não pode mais exercer nenhuma influência séria. Com efeito,

concordar-se-á sem dificuldade que não basta conhecer em especulação as condições do divino contrato: é preciso meditá-las, meditá-las ainda; ou, como diz o próprio legislador, atá-las ao braço, pô-las sobre o coração, a fim de que se tornem a regra constante da conduta. Essa falta de meditação das verdades da Religião é a causa de todos os males do mundo.[8]

Também aqui, com a profanação do domingo, nenhuma meditação séria dessas verdades salutares. Quem as meditará, pois, durante a semana? O operário, o lavrador obrigado a ganhar o pão com o suor do rosto? Mas não tem tempo para isso. O homem de classe mais elevada? Mas também lhe falta tempo; não tem para ocupá-lo seus negócios, seus prazeres, seu jornal? E depois, dai-lhe tempo: tem ele vontade? Em tese geral, não, não tem. Para ele, não menos que para o homem de lida, a profanação do domingo é, pois, a ruína da Religião.

Essas considerações decisivas adquirem nova força se se reflete que a observância do repouso septenário é mais que uma condição fundamental da sociedade do homem com Deus. É, de certo modo, essa mesma sociedade. Tenho para afirmá-lo a palavra formal de Deus:

> *Os filhos d'Israel guardem o Sabbado, e celebrem-no pelas suas gerações. Este he hum pacto sempiterno entre mim e os filhos d'Israel, e hum sinal perpetuo.*[9]

O que era, sob esse aspecto, o sábado na antiga aliança, o domingo o é sob a lei nova. Daí aquela locução tão profundamente verdadeira dos primeiros perseguidores da Igreja a nossos pais na fé: *«Não te pergunto se és cristão, pergunto-te se guardaste o domingo.»* A fidelidade neste ponto dispensava de qualquer outra pergunta. Tanto é verdade, até ao julgamento do simples bom senso, que a santificação do domingo é a base da Religião e que a profanação do domingo é a sua ruína, isto é, que a Religião é ou não é, conforme o domingo seja ou não santificado.

VI

Vamos mais longe. A profanação do domingo é ainda a ruína da Religião porque é uma revolta aberta contra Deus e uma profissão pública de ateísmo.

Isto, confesso, assusta-me muito mais que o socialismo de que somos ameaçados. Que espetáculo, senhor e caro amigo, oferece cada semana a nossa infeliz pátria! De oito em oito dias a França entra em insurreição pública contra Deus! De oito em oito dias lança ao Todo-Poderoso um insolente desafio! Quando do alto de nossas velhas catedrais os sinos chamam à oração, a multidão permanece imóvel e o templo deserto. O ruído da rua, o rodar das carruagens, a agitação do comércio, o retumbar do martelo, a exposição das mercadorias continuam como na véspera!

A injúria ainda não é bastante sangrenta. Nos países cristãos, prepara-se para o domingo desde a véspera, por providências de ordem e limpeza nas casas e nas ruas; e, se a festa é solene, por jejuns, purificações ou orações públicas. Vede, na maior parte de nossas cidades francesas, a sacrílega paródia dessas coisas tão santas! A segunda-feira é o domingo da devassidão e da impiedade; tem suas primeiras vésperas. Passada, pois, a hora solene do grande sacrifício, e

consumada assim a profanação do domingo, o movimento exterior se abranda, as lojas se fecham pouco a pouco. À indumentária descuidada do trabalho sucedem as roupas de festa; a multidão invade a rua.

Aonde vão esses homens, essas mulheres, essas crianças, agora livres de seu tempo? Tomam sem dúvida o caminho do templo; vão reparar ali, num repouso duas vezes salutar, as forças do corpo e a saúde da alma. Não; filhos pródigos, já não conhecem a casa de seu pai. Aonde vão, então? Perguntai-o às barreiras, aos teatros, às tabernas, aos lugares de devassidão. Para eles, as mesas da orgia substituíram a Mesa santa; os cantos da licenciosidade são seus hinos sagrados. O teatro é o seu templo; as danças e os espetáculos lhes fazem as vezes de instruções e de orações.

A própria noite não põe termo ao imenso escândalo. A essa hora má, a inocência encontra mais frequentemente a sedução; mistérios de iniquidade se consumam na sombra. No dia seguinte vão retomar os trabalhos com o corpo gasto pelas intemperanças da véspera, o espírito fatigado de dissipações e de intrigas, o coração corrompido, a alma perseguida de remorsos, e a semana recomeça com a maldição de Deus. Assim, por uma desordem que clama aos céus por vingança, o dia santo é o dia mais profanado da semana. Pode a ofensa subir mais alto?

Sim, pode. Longe estão todos os profanadores do domingo de voltar ao trabalho na segunda-feira. A maior parte consagra esse dia à ociosidade e à devassidão: é o domingo da orgia, e eles o fazem. Mas por que esse dia e não outro? Como não ver nessa escolha não sei que instinto satânico, que quer, por essa aproximação, tornar mais insultante o desprezo de Deus e de sua lei? Repito-vos: essa desordem assusta-me mais que o socialismo.

VII

À crainte junta-se a vergonha: faz-me corar. Que exemplo damos ao mundo inteiro! Que devem pensar de nós os estrangeiros que vêm à França e veem a nossa escandalosa profanação do dia sagrado? Não falo apenas dos católicos, cujo sentimento religioso ferimos profundamente e a quem humilhamos cruelmente pelo desprezo de uma religião que também é a sua; falo dos protestantes.

Passai à herética Inglaterra, a metrópole da atividade e do comércio. Vereis ali um só metro de fazenda exposto diante de uma só loja? Não, nem um. Ao menos as lojas estão abertas? Não; salvo as de comestíveis, e isso só até o meio-dia; e isso sem nenhuma exposição; e isso mesmo é uma simples tolerância. Circulam as carruagens como em nossas cidades, fazendo tremer os vitrais de nossas igrejas, perturbando sem cessar a calma da oração e tornando impossível todo recolhimento? Não; as carruagens de transporte não circulam; só aparecem as particulares, e em número muito pequeno, nas horas do serviço religioso. As usinas, essas imensas usinas que têm de fornecer produtos ao universo inteiro, funcionam? Não. Na própria Escócia, as estradas de ferro esquecem sua devoradora atividade; o interesse, o prazer, tudo se detém respeitosamente diante da lei sagrada. Os correios mesmos, que trazem dos quatro cantos do mundo e que devem para lá levar tantas cartas, tão urgentes, tão importantes sob todos os aspectos, fazem o seu serviço? Não. Nem em Londres, nem na Escócia, nenhuma carta é distribuída nem parte no domingo. Há uma só distribuição nas outras cidades do reino.

Mas esse tempo que tira ao trabalho, a Inglaterra o dá talvez, como nós, aos teatros e às tabernas? Não. Nunca um teatro está aberto no domingo; nunca uma taverna durante as horas do ofício.

A mesma severidade nos Estados Unidos da América. Que resulta desse humilhante contraste? Que a nossa escandalosa violação da lei sagrada do repouso semanal, tão religiosamente observada em todos os lugares que o sol ilumina, põe todos os povos em desconfiança em relação a nós e nos coloca no último lugar de sua estima. Na Europa, relega-nos ao banimento das nações civilizadas; e, na África, à categoria dos cães. Dizer que esse desprezo é efeito de um preconceito é defender-nos por uma injúria. Aos olhos de todos os povos, a violação pública, habitual, geral do repouso sagrado é uma insurreição periódica contra o próprio Deus. Ora, o horror que inspira ao gênero humano a revolta de um povo contra Deus nunca foi efeito de um preconceito. Obstinar-nos em pretendê-lo seria acrescentar a tolice à injúria e colher, de quebra, a irrisão do mundo inteiro, legítimo salário da presunção e da teimosia.

VIII

Esse desprezo é tanto mais justificado quanto a nossa profanação do domingo não é apenas uma insurreição contra Deus, mas uma profissão pública de ateísmo.

Tal é o seu mais verdadeiro e mais odioso caráter. A Religião, sabeis, é o laço que une a Deus não só o homem individual, mas ainda o homem coletivo a que se chama povo. Esse laço não existe para um povo, a menos que se manifeste por certos atos públicos cumpridos em comum, pelos quais esse povo testemunha a sua fé como povo e a sua dependência em relação à Divindade. Logo, toda nação que não tem culto público, obrigatório para a nação, faz profissão pública de ateísmo. Os membros dessa nação podem ter individualmente uma religião; mas a nação mesma não a tem: é ateia como nação. Eis o que creram, o que compreenderam, o que creem, o que ainda compreendem todos os povos do globo. Cristãos, judeus, maometanos, pagãos, todos, um só excetuado: o povo da França.

Ora, esses atos do culto público, cumpridos em comum e obrigatórios para a nação, exigem, com todo o rigor, um tempo, um dia fixo em que, livre de todo trabalho, o povo inteiro possa reunir-se em seus templos e mostrar, por orações e sacrifícios solenes, o laço sagrado que o prende a Deus. Eis ainda o que compreendem todas as nações da terra.

Por isso, não se encontra uma só que não tenha o seu dia de repouso e de culto público. Para os cristãos é o domingo; para os judeus, o sábado; para os muçulmanos, a sexta-feira; para os idólatras de Ormuz e de Goa, a segunda-feira; para os negros da Guiné, a terça-feira; para os mongóis, a quinta-feira. Entre certas nações, depositárias menos fiéis da lei primitiva do repouso septenário, como os chineses, os cochinchineses, os japoneses, encontram-se o começo do ano, várias luas novas e mesmo o dia 15 e o dia 28 de cada mês consagrados ao culto solene da Divindade.[10]

Logo, todo povo que não tem dias legalmente reservados ao culto nacional é um povo que não tem nome religioso entre os povos; não é nem cristão, nem judeu, nem maometano, nem pagão; é uma coisa monstruosa: é ateu.

IX

Profanação do domingo quer dizer ruína da Religião: tal é, senhor e caro amigo, a proposição que eu tinha de estabelecer em minhas primeiras cartas: a tarefa parece-me cumprida. Antes de terminar, quero chamar por um instante vossa atenção para estas duas palavras: ruína da Religião!

Encarada sob esse primeiro aspecto, compreende-se bem toda a gravidade da questão que nos ocupa, ou, se preferis, a inexprimível gravidade da desordem que combatemos? Em face do que se passa na Europa, e mais ainda na apreensão do que nos ameaça, é preciso redizer a necessidade absoluta da Religião, a culpável demência dos que a destroem?

Quem diz ruína da Religião, diz: ruptura do laço que une o homem a Deus, negação de Deus, negação da Providência, negação da autoridade, negação da sociedade, negação da família, negação da propriedade, negação da moralidade dos atos humanos.

Quem diz ruína da Religião, diz: anarquia nas inteligências, anarquia nos corações, anarquia nos fatos; dúvidas, trevas, angústias, sensualismo, egoísmo, orgulho, revolta; febre do ouro, febre do prazer, desencadeamento completo de todas essas feras furiosas a que se chama paixões e cujo covil imundo é o coração de cada homem.

Quem diz ruína da Religião, diz: poderes sem direito, instituições sem fundamento, autoridade sem respeito, sociedade sem defesa; privações sem compensações, sacrifícios sem recompensa, dores sem consolações; demência, desespero, suicídios, revoluções, pilhagens, despotismo, convulsões, barbárie, caos.

Quem diz ruína da Religião, diz, numa palavra: degradação do homem até o nível da besta, e abaixo dele.

Recebei, etc.

Notas

[1] Nm 15, 32-36.

[2] Veja-se *Instituição do domingo*, por M. Perennès, p. 81 e seguintes.

[3] Jr 17, 19. 21-22. 27 (o texto de Gaume junta e resume os versículos 19-27).

[4] «2 Esd., XII, 15-20», conforme a edição de Gaume; a passagem é Ne 13, 15-18 (2 Esd = Neemias).

[5] Jr 17, 24-26 (resumido por Gaume).

[6] Is 58, 13-14 (Gaume cita «Is 57»).

[7] Sl 73, 8. — *Quiescere faciamus omnes dies festos Dei a terra.*

[8] *Desolatione desolata est omnis terra, quia nullus est qui recogitet corde.* — «Tem sido inteiramente desolada toda a terra: porque não ha nenhum que considere no seu coração.» (Jr 12, 11.)

[9] *Pactum est sempiternum inter me et filios Israel, signumque perpetuum.* (Êx 31, 16-17.)

[10] Veja-se La Mothe Le Vayer, t. XI, epíst. 1, p. 32.

Carta IV — Ruína da Sociedade

14 de abril.

I

Senhor e caro amigo,

Convosco, como com todo homem habituado a refletir, eu poderia ater-me ao que precede, e minha tese inteira não estaria menos estabelecida. Quando está provado que a base de um edifício foi destruída, não é evidente que todas as partes do edifício estão condenadas a uma ruína inevitável? Entretanto, convém ir mais longe, a fim de mostrar aos mais cegos a influência direta, especial e fatalmente irresistível da profanação do domingo sobre todas as ruínas enumeradas no começo de nossa correspondência. Assim, como anunciei, profanação do domingo quer dizer ruína da sociedade.

II

Pelo mesmo fato de a profanação do domingo ser a ruína da religião, é também a ruína da sociedade; pois não há sociedade sem religião. E isso por duas razões entre mil: a primeira, porque não há sociedade possível sem sacrifício do interesse privado ao interesse público. A segunda, porque não há sociedade sem autoridade.

Primeiro, não há sociedade possível sem sacrifício do interesse privado ao interesse público. Tomai qualquer agregação de homens que querem viver juntos, uma oficina, por exemplo; dirigis-vos ao primeiro operário que se apresenta e lhe dizeis:

> *Teu interesse privado, tua vontade pessoal, teus desejos, teus caprichos, teus gostos são a única regra de tuas ações; nunca estás obrigado a sacrificá-los ao bem dos outros.*

Falais a mesma linguagem ao segundo, ao terceiro, a todos; e acrescentais: *«Eis a vossa carta; vivei em sociedade.»* Que vejo? Soou a hora do trabalho. Ninguém chega. *«Por que estás atrasado?»*, perguntais ao mais diligente.

> *Porque me apraz; meu interesse privado é a regra suprema de minha conduta; sou livre de fazer ou não fazer o sacrifício dele.*

Todos dão a mesma resposta; uns trabalham, outros jogam e, no dia seguinte, a oficina está fechada.

Tomo o exército. Sitia-se uma fortaleza; o general designa um regimento para subir ao assalto. O regimento permanece imóvel. —

> *Por que não marchais? — Nosso interesse pessoal antes de tudo; e nosso interesse pessoal é viver. Não somos tão loucos que vamos juncar de nossos cadáveres os fossos da praça!*

Os outros regimentos são sucessivamente comandados, todos dão a mesma resposta. O general quebra a espada e se afasta o mais depressa possível: o exército não existe mais.

Tomo enfim a própria sociedade. Vejo um número infinito de profissões penosas, pouco lucrativas, pouco honradas. Ora, acontece que um dia todas essas profissões dizem entre si:

> *Bastante tempo carregamos o peso do trabalho; a outros a fadiga, a nós o repouso.*

E todas entram em greve. O arado, dirigido pelas mãos inteligentes do lavrador, não rasga mais o seio da terra; a bigorna não retumba mais sob o martelo do ferreiro; a madeira não se afeiçoa mais em móveis de toda espécie sob os dedos do marceneiro; o pedreiro renuncia ao esquadro e o gesseiro à colher.

> *Meus amigos, por que não trabalhais mais? — A cada um a sua vez. — Mas que pretendeis fazer? — Nada, se assim nos parece bem; pois nosso interesse pessoal antes de tudo: não conhecemos outra lei senão essa. No máximo aceitaremos ser representantes do povo, prefeitos, magistrados, generais, embaixadores e sobretudo rentistas. — É a vossa última palavra? — Dissestes.*

No dia seguinte ouço o canhão que metralha os insubmissos e lhes ensina, por argumentos sem réplica, que não há sociedade possível sem sacrifício do interesse privado ao interesse público.

III

Vê-se, senhor e caro amigo, que a lei da dedicação é a grande lei da humanidade.

Mas qual é o meio de obter assim do operário, do soldado, do cidadão, seja qual for aliás a sua profissão, o sacrifício constante de seu interesse privado ao interesse público, sacrifício que vai às vezes até a ruína da saúde e a efusão do sangue? Só há um: a Religião. Por quê? Porque só a Religião oferece, em suas recompensas eternas, uma compensação suficiente para pagar todos os sacrifícios; como os suplícios eternos com que ameaça o mau bastam sozinhos para acorrentar as terríveis paixões que rugem no fundo do coração do homem. Inútil querer provar por raciocínios uma verdade que a experiência das nações modernas eleva acima de toda contestação.

IV

Pois bem! Que faz a profanação do domingo? Mais que qualquer outra doutrina, mais que qualquer outro escândalo, impede fatalmente a Religião de exercer sobre o mundo essa influência vitoriosa e necessária à sociedade. De um lado, é evidente que a Religião não poderia exercer essa influência sem ser conhecida e meditada. Ora, provei que, com a profanação do domingo, a Religião nunca será nem conhecida nem meditada. De outro lado, não é menos evidente que a Religião não poderia ter a influência de que falamos se cada domingo se vem dar um desmentido público a seus ensinamentos sobre a necessidade do sacrifício e da dedicação, em vista das recompensas e dos castigos futuros.

Ora, que diz às populações a profanação pública do domingo?

> *O céu é o prazer; o instrumento do prazer é o dinheiro: ganhar dinheiro a qualquer preço é toda a Religião. Assim o cremos, nós, os favoritos da fortuna, proprietários, negociantes, industriais, nós os verdadeiros santos do único paraíso. Povo, vê-nos à obra. Para nós, não há dias de repouso. Trabalhamos e fazemos trabalhar; vendemos e fazemos vender; compramos e fazemos comprar no domingo como nos outros dias. Faze como nós; o tempo é contado, apressa-te. Um dia perdido por semana te dá cinquenta e duas chances de desgraça por ano. — Mas a Religião proíbe o trabalho do domingo, sob pena de perder o céu e merecer o inferno. — O céu! o inferno! são contos de ama, bons para alegrar ou assustar crianças.*

Eis, senhor, o que prega literalmente, de oito em oito dias, em todos os pontos da França, a profanação do domingo. E em que linguagem? Na linguagem mais popular e mais eloquente, a linguagem do exemplo. E por quem? Por homens que se intitulam conservadores, que se dizem o grande partido da ordem; como se a ordem não fosse o respeito às leis, e como se a primeira lei a respeitar não fosse a que é a base de todas as outras, a lei divina! Se o espírito de cegueira e de vertigem é o precursor da queda das nações, que pensar de nosso futuro?

Como! O culto do ouro levado até o desprezo público e nacional dos preceitos e dos dogmas do cristianismo, todas as esperanças do homem concentradas na terra, o prazer apresentado como

fim supremo da vida; conheceis algo mais incompatível com o espírito de sacrifício indispensável à sociedade? Algo que mais diretamente o ataque? Algo que mais infalivelmente o mate? Tal é, no entanto, a profanação do domingo. Tinha eu razão em assinalá-la como a ruína da sociedade? Tenho razão em acrescentar que não há meio mais seguro e mais rápido de materializar uma nação e conduzi-la ao socialismo?

Vede, com efeito, a conclusão que as classes operárias tiraram desse escandaloso sermão. Ávidas de gozos e incapazes de chegar pelo trabalho ao paraíso do prazer, disseram:

> *Já que o céu e o inferno da Religião são apenas palavras, nosso destino cumpre-se, pois, aqui embaixo. O trabalho é penoso, é ingrato; o tempo é curto. Enquanto trabalhamos, há quem repouse; gozam enquanto sofremos. Que há de mais injusto do que terem os uns tudo e os outros nada? A justiça é repartir: repartamos!*

Assim procede a lógica dos povos. Quem ousará dizer que não é rigorosa e negará esta proposição: se a profanação do domingo não é a mãe do socialismo, é a sua ama de leite?

V

Indiquei, no começo de minha carta, uma segunda razão pela qual a profanação do domingo é a ruína da sociedade, a saber, que não há sociedade sem autoridade. É evidente que, se numa oficina, numa família, numa nação, todos querem ser senhores, não há sociedade possível. É preciso uma autoridade, é preciso em toda parte. Mas que é a autoridade? É o direito de mandar, o direito de ser obedecido. De onde vem ao homem o direito de mandar? De si mesmo? Não; pois todos os homens são iguais por natureza. Da sociedade? Não; pois a sociedade, sendo apenas uma reunião de homens, não tem por si mesma mais direito de mandar do que um só homem. Se a raiz do direito estivesse nela, a regra do mal e do bem também estaria. Seria preciso admitir como verdadeiro o monstruoso sofisma de Rousseau e dizer que o povo é a única autoridade que não precisa ter razão para legitimar seus atos. Sem dúvida, a sociedade pode falar em nome da força, mas a força sozinha não é a autoridade, é o despotismo.

De quem vem, pois, a autoridade e toda espécie de autoridade? Vem de Deus, e de Deus somente: *Non est potestas nisi a Deo.*[1] Nessa palavra, uma das mais importantes de nossas divinas Escrituras, está a razão do direito.

Sim, toda espécie de autoridade vem de Deus: autoridade sacerdotal, autoridade real, autoridade legislativa, autoridade judiciária, autoridade paterna: *Non est potestas nisi a Deo.* Todas as vezes que um homem, qualquer que seja o seu nome, padre ou rei, câmara, senado, tribunal, pai ou guarda-campestre, vem mandar-me, se não ouço em sua voz a voz de Deus, revolto-me. Clamo contra o despotismo e, se me impõe grilhões, só aspiro ao momento de desembaraçar-me deles e quebrá-los sobre a sua cabeça. É, pois, de evidência palpável que todos os homens depositários de uma autoridade qualquer, que todos os cidadãos para quem a autoridade é tão necessária quanto

o pão, não têm dever mais sagrado do que fazer respeitar e respeitar eles mesmos a autoridade de Deus; do contrário todas as outras autoridades perdem o seu poder, porque perdem o seu direito: e sem autoridade a sociedade é impossível.

VI

Não admirais aqui a ingenuidade de nossa gente honesta, de nossos bons representantes, de nossos bons proprietários, de nossos bons burgueses, de todos os que, entre nós, têm algo a conservar? Não encontrais um só que não se lamente do espírito geral de insubordinação, de revolta, de cobiça, de inveja e de desprezo por toda autoridade; que não nos ameace cada dia, e quase a cada hora do dia, com um cataclismo espantoso: e, ao mesmo tempo que exprime suas queixas e seus alarmes, vedes esse mesmo homem de bem solapar por sua conduta o pouco que lhe resta de autoridade, solapando, aos olhos de seus criados, de seus filhos, de seus vizinhos e de seus amigos, a autoridade de Deus e de sua Igreja. Conservador de nome, como não percebe que é revolucionário de fato, e revolucionário da pior espécie? Pode-se perder o senso a ponto de não compreender mais que O ÚNICO MEIO DE OBTER O RESPEITO DOS INFERIORES É RESPEITAR ELE MESMO OS SUPERIORES?

VII

Agora, senhor e caro amigo, pergunto-vos: que é a profanação do domingo, pública, geral, habitual, como a França oferece o espetáculo de oito em oito dias há sessenta anos? Não é o desprezo público, geral, habitual, nacional da autoridade de Deus, da autoridade de Deus num ponto fundamental, religiosamente respeitado por todas as nações civilizadas? E quereis que o povo, a quem se dá cada semana essa lição pública de desprezo insolente pela autoridade de Deus, base de todas as outras, quereis que esse povo respeite alguma? Que diríeis de um exército cujos oficiais de todo grau dessem cada domingo o exemplo do desprezo pela autoridade do general em chefe, recusando publicamente obedecer a suas ordens, fazendo eles mesmos e deixando que seus soldados fizessem positivamente o contrário? Diríeis, e com razão, que esse exército vai cair na anarquia; diríeis que os oficiais, ao abalar a autoridade de seu chefe, abalam a própria; diríeis que, se no dia da revolta forem insultados e escorraçados vergonhosamente, apenas colhem o que semearam.

VIII

Esse raciocínio aplica-se em tudo à profanação do domingo, e traz esta conclusão necessária, a saber: que, ao entregar cada semana ao desprezo das populações a autoridade de Deus, a profanação do domingo entrega-lhes todas as outras, abala-as todas em sua base e conduz inevitavelmente à ruína da sociedade, de que a autoridade é condição indispensável. Tal é o extremo fatal em que tocamos.

Hoje não há mais autoridade de pé no respeito dos povos: nem autoridade pontifícia, nem autoridade real, nem autoridade legislativa, nem autoridade paterna. Uma vez ousado a levar o martelo à base do edifício, este mundo abateu tudo e continua a golpear; e, no lugar de uma hierarquia regular, vê-se agitar-se rumo a um nível brutal uma multidão de átomos humanos, impelidos por um desejo desenfreado de gozos que nenhum poder humano pode moderar nem satisfazer. De onde vem essa anarquia formidável que conduz o mundo à barbárie? Da adoração da matéria e do desprezo da autoridade. Qual é, a um tempo, o excitador mais popular e o sinal mais expressivo dessa adoração e desse desprezo? Não hesito um instante em responder: é a profanação do domingo; pois gozar e desprezar, tal é a sua significação.

Tal é também, bem o sei, a significação de todo discurso, de toda palavra, de todo ato privado ou público contra a lei divina; mas nem todo discurso é lido, nem toda palavra é ouvida, nem todo ato privado é visto, nem todo ato público é permanente. Não é assim com a profanação francesa do domingo. Todos a veem, todos a compreendem, e isso constantemente; pois todas as semanas ela ergue a voz e, de uma ponta a outra da França, grita a todo o povo: *«Goza e despreza!»*

Não é tudo: a profanação do domingo abala diretamente a sociedade não só porque é uma revolta aberta contra a autoridade e um prêmio dado à adoração da matéria, mas ainda porque é a causa de inumeráveis ataques contra toda espécie de autoridade. A taberna é a consequência inevitável do trabalho do domingo. Que é a taberna, do ponto de vista do respeito à autoridade e da tranquilidade públicas? A taberna é o clube em permanência; não há autoridade divina ou humana que ali não seja atacada, escarnecida, cantada em paródia, lançada na lama da orgia. Ora, contam-se na França 332.000 tabernas. A profanação do domingo enche, pois, cada segunda-feira, 332.000 clubes em todos os pontos da República. Com isso, dizei-me se um povo é governável. Sem esperar a vossa resposta, afirmo que, com uma tal máquina de guerra, não há sociedade que resista.

IX

Pergunto-me agora se os homens encarregados de nos defender sabem bem o que significam, para uma nação cristã, estas duas palavras: ruína da sociedade. Vendo a indiferença de uns e a ininteligência de outros, é permitido duvidar, e essa dúvida não é o que há de menos assustador em nossa situação. Que esperar de um doente que o médico se contenta em lamentar e de quem ignora ou a natureza do mal ou a natureza do remédio necessário à cura? Pois bem, é preciso dizê-lo: o mal que nos devora está nas almas; só a Religião pode curá-lo; a profanação do domingo é a ruína da Religião; a ruína da Religião é a ruína da sociedade. Ora, para nós, a ruína da sociedade não é só o paganismo, é a barbárie.

Como a dos indivíduos, a queda das nações mede-se pela altura das verdades e das graças de que abusam: *corruptio optimi pessima.* Se, por haver abusado das luzes da revelação primitiva, o mundo antigo teve de cair na abjeção do paganismo, o mundo atual, desdenhador soberbo das luzes do Evangelho e do sangue do Calvário, deve cair mais baixo que o paganismo: deve rolar até a barbárie. Já essa barbárie, sem exemplo na história, invade as ideias. É preciso que as maiores inteligências da época tomem a sério a defesa das verdades e dos direitos mais elementares de toda sociedade; direitos e verdades que foram sempre sagrados entre os povos pagãos, que o são

ainda entre as nações bárbaras e mesmo entre as hordas selvagens: Deus, a distinção do bem e do mal, a família, a propriedade, o homem.

Ora, quando a barbárie está nas ideias, sua passagem aos costumes e aos fatos não é mais que uma questão de tempo. Quando, do cume das alturas em que se formou, a torrente impetuosa já desceu até a meia encosta da montanha, estai certos de que, a menos de um milagre, logo estará na planície. Eis o que nos ameaça, o que nos acontecerá tão infalivelmente quanto a noite ao declínio do sol, se não nos apressarmos a erguer o único dique capaz de prevenir a última catástrofe. Esse dique é a fé; e o que deve ser a aplicação imediata, a aplicação social da fé, é a santificação do domingo. Compreende-o a Assembleia?

Recebei, etc.

Notas

[1] «Porque não ha potestade, que não venha de Deos.» (Rm 13, 1.)

Carta V — Ruína da Família

18 de abril.

I

Senhor e caro amigo,

O que me dizeis em vossa resposta sobre a ininteligência do país legal nada tem que deva causar espanto. Nosso país legal não é cristão; o que quer dizer, peço-lhe perdão, que, em matéria de leis sociais, de salvação social, de progresso social, é cego e impotente. A palavra é tão verdadeira quanto velha, e tem três mil anos; se a acha dura, pode tomá-la com aquele que a pronunciou.[1]

Entretanto, repito, é a desgraça e o castigo dos povos materialistas perder o conhecimento das leis fundamentais das sociedades. O homem sem fé religiosa não sabe que a sociedade é um fato divino; um fato que subsiste em virtude de leis que o homem não estabeleceu e às quais não pode tocar sem produzir um abalo ou uma ruína. Crê, ao contrário, que lhe é dado fazer uma sociedade, como ao arquiteto construir uma casa; sustentar a sociedade vacilante com leis de sua lavra, como se escora um casebre com estacas.

Certamente, se as leis humanas pudessem sozinhas assegurar a existência de uma nação, jamais nação teria tido penhor mais positivo de longevidade que a França moderna. Não é assim; apesar de todas as leis humanas, por mais numerosas e sabiamente elaboradas que sejam, a violação de uma só lei divina basta para produzir uma série de ruínas parciais que acabam, cedo ou tarde, numa ruína completa. Ao exemplo que vos dei em minha última carta, vou juntar um segundo e mostrar, não a vós, senhor representante, que o sabeis, mas a vários de vossos colegas que parecem ignorá-lo, que a profanação do domingo é a ruína da família.

II

Nada mais necessário, nada mais delicioso, nada mais honroso que a família: isso é sempre verdade. Mas, nos tempos atuais, em que a sociedade está dividida em mil partidos que se detestam à espera de se dilacerarem, a família é o único bem comum que resta ao homem. Se, pois, estabeleço com a última evidência que a profanação do domingo destrói essa coisa tão indispensável, tão santa e tão doce, será preciso outro motivo para restabelecer imediatamente o repouso sagrado do sétimo dia? Pois bem! Sim: a profanação do domingo é a ruína da família. Com efeito, não há família sem a prática dos deveres que a constituem e sem o laço que une os membros que a compõem.

III

Elemento primitivo da Igreja e do Estado, a família tem por fim alimentar a uma e ao outro, mantendo o rio das gerações humanas. À Igreja dá fiéis; ao Estado, cidadãos. Daí deveres religiosos e deveres civis. Esses deveres são as leis que unem entre si os membros que a compõem: deveres de alimentar, instruir, vigiar, repreender e edificar, da parte do pai e da mãe; e, da parte dos filhos, deveres de respeitar, amar, obedecer, assistir os autores de seus dias. O conhecimento desses deveres sagrados, é a religião que o dá, como dá a dedicação necessária para cumpri-los. Fazei agora que o domingo seja profanado por todos os membros ou somente pelo chefe da família, e logo estão desfeitos os deveres que a constituem.

IV

Com efeito, nada mais de assistência comum às instruções que ensinam a todos os membros da família as suas obrigações recíprocas: instruções necessárias ao pai, a quem repetem, e isso na presença de todos os fiéis, na presença de sua mulher e de seus filhos, que uma grande dignidade lhe é conferida, mas que uma grande responsabilidade pesa sobre ele; que está revestido da dupla autoridade do sacerdócio e do império, não para ser um déspota, mas o ministro de Deus para o bem; que deve, imagem viva de Deus, mandar, repreender, governar a sua casa com sabedoria e equidade, como o próprio Deus governa o mundo.

Instruções necessárias à mãe, a quem repetem, e isso na presença de todos os fiéis, na presença de seu marido e de seus filhos, que a sua vida deve ser uma dedicação de todos os dias e de todas as horas; que ela mesma deve ser o anjo da submissão, do pudor, da clemência, da caridade, do trabalho e da paz, a fim de dirigir o interior de sua família como a própria Providência dirige todas as coisas pelo duplo poder da doçura e da força.

Instruções necessárias ao pai e à mãe, a quem repetem, e isso na presença de todos os fiéis, na presença de um e de outro e de seus filhos, que a religião e a sociedade têm os olhos fixos neles; que seus filhos são um depósito sagrado e que lhes será pedida conta, sangue por sangue.

Instruções necessárias aos filhos, a quem repetem, e isso na presença de todos os fiéis, na presença de seus pais, de seus irmãos e irmãs, que têm, sob pena de crime diante de Deus e diante dos homens, e de desgraça neste mundo e no outro, quatro deveres sagrados a cumprir para com seus pais: o respeito, o amor, a obediência, a assistência espiritual e corporal antes e depois de sua morte.

V

Que essas instruções venham a cessar, e logo o conhecimento dos deveres da família se enfraquece, para ser em breve apenas uma vaga lembrança sem influência sobre a conduta: a santa dignidade de sua missão é esquecida pelos pais. A seus olhos, o filho não é mais um candidato ao céu, mas um cidadão da terra, mas um filhote da espécie humana. Crerão ter

cumprido toda justiça quando tiverem soprado no coração de seus filhos e filhas o amor dos bens deste mundo, proporcionando-lhes os meios de satisfazê-lo: isto é, quando tiverem formado recrutas para o socialismo e para o comunismo, termo final a que desembocam necessariamente, por um caminho ou por outro, as tendências do homem sem esperança além do túmulo. Então, do lar doméstico escapam enxames de seres malfazejos, e tanto mais perigosos quanto nada em sua alma responde às grandes noções de dever, de sacrifício e de virtude. Como a sociedade, em que entram assim preparados, não sentiria profundamente o contragolpe dos princípios de desordem que lhe levam? E depois, o conhecimento dos deveres não basta: é preciso a coragem de cumpri-los. Ora, nenhuns deveres exigem tanta dedicação, solicitude, sacrifícios, perseverança, isto é, verdadeira coragem, quanto os deveres da família. Só Deus pode dá-la e sustentá-la. Dá-la-á se nem sequer se digna pedi-la? E pede-se seriamente quando se profana o dia consagrado à oração? Ai! Os pais profanadores do domingo não rezam nesse dia nem nos outros, e logo os próprios filhos não rezam mais. Mas sem oração, e sobretudo sem oração em comum, aos pés dos santos altares, sem participação comum no banquete divino, sem edificação mútua, portanto sem a graça divina, que é da coragem cristã, que é da família?

Os maus instintos inerentes à natureza humana retomam o império: e tendes pais duros, arrebatados, caprichosos, descuidados, devassos; tendes mães moles, impacientes, mundanas, preguiçosas e, com demasiada frequência, infiéis; tendes filhos desrespeitosos, insubmissos, libertinos, sem afeição, devorados pelo desejo de independência; e, em vez de abrigar um paraíso, o teto doméstico cobre apenas um inferno: a família não existe mais. Não é aqui suposição gratuita, é fato conhecido; fato de que a mais obscura aldeia da mais obscura província apresenta a triste prova, fato que todas as nossas cidades vos oferecem vinte vezes no comprimento de uma rua; fato que se revela cada dia por querelas, divisões, processos escandalosos, blasfêmias, lágrimas, traços de ingratidão e de dureza que fazem tremer e enrubescer!

VI

Quantas vezes, senhor e caro amigo, não ficastes impressionado com esse sintoma de decadência que oferece, entre nós, a sociedade doméstica! A insubordinação parece ali estar na ordem do dia, e confesso que é para mim um dos presságios mais certos da próxima ruína de que estão ameaçadas as nações envelhecidas da Europa meridional. O estado da família determina o estado das sociedades. Até certo ponto, os Estados podem existir sem costumes públicos, mas não sem costumes domésticos: testemunhas, dois grandes fatos que não escaparam a vossas meditações. O primeiro pertence ao mundo antigo, o segundo subsiste ainda: falo do império romano e do império chinês.

Perguntei-me muitas vezes qual era o laço social que manteve tão longamente esses dois colossos no estado de nação. Se considero a religião, a legislação, a justiça, os costumes públicos, longe de encontrar princípios de vida, vejo por toda parte os germes mais ativos de dissolução. O materialismo mais grosseiro penetra tudo ali, domina tudo, faz as vezes de tudo; a tal ponto que o chinês de hoje vos dirá que está na terra para comer arroz, como o romano de outrora dizia que ali estava para comer pão e assistir aos jogos do circo.

Todavia, toda coisa tem sua razão de ser. Onde encontrar a desses dois gigantescos impérios? Unicamente no respeito da autoridade paterna, isto é, no laço doméstico. Em parte alguma, sabeis melhor do que eu, esse laço foi mais extenso, mais forte, mais sagrado. Quando se rompeu, o império romano caiu em pó; quando se romper no Celeste Império, veremos a mesma catástrofe.

VII

Mas a profanação do domingo não é a ruína da família somente porque conduz à ignorância e ao esquecimento dos deveres que a constituem; é-o ainda porque quebra o laço que une os membros que a compõem. Conhece-se bem a vida dos artesãos, dos operários e da maior parte dos habitantes dos campos, isto é, de três quartos dos homens? Antes do dia, o chefe da família está de pé. A hora do trabalho o chama; sai de casa sem ter visto a família, que repousa ainda nos braços do sono. Duas vezes ao dia vem tomar, a correr, o alimento necessário ao sustento de suas forças. Ou seus filhos estão ausentes, retidos na escola, no trabalho, ou estão presentes, e ele só os vê, só lhes fala às pressas.

Chega a noite, e o pai, sucumbindo à fadiga, apressa-se em ir buscar num sono reparador o vigor indispensável ao trabalho do dia seguinte. Outras vezes, uma tarefa necessária, ou o arrastamento dos companheiros, lhe tira os poucos instantes de que poderia dispor em favor da família. Quase o mesmo se dá com essa classe, hoje muito numerosa, de homens empregados nos escritórios do comércio, nas companhias de estradas de ferro ou nas repartições da administração do Estado.

Ora, essa ausência, essa separação da família tem lugar todos os dias da semana, do começo do ano até o fim: com a profanação do domingo, torna-se perpétua. Nesse caso, o pai e a mãe se parecem com os animais selvagens, dos quais um sai cedo a correr para buscar o pasto aos filhotes, enquanto o outro limpa a caverna e protege a jovem progênie, até que esta, tornada mais forte, deixa ela mesma a morada em que nasceu e esquece sem volta os autores de sua existência. Tal é o papel degradante a que a profanação do domingo condena a coisa mais santa, mais nobre do mundo: a família.

VIII

O santo repouso do domingo é o único capaz de subtraí-la a ele. Nesse dia, todos os membros da família, livres de trabalho, podem passar juntos preciosos instantes. O pai pode, à vontade, interrogar seus filhos, fazê-los conversar, estudar-lhes o caráter, os defeitos, as boas qualidades; encorajar uns, repreender outros, dar a todos conselhos úteis, colhidos ou nas confidências da mãe, ou nas confissões que recebeu dos próprios filhos, ou nas instruções da Igreja, ou numa leitura útil e agradável feita em comum. Pode informar-se seriamente, e não de leve, junto de seus mestres e mestras, de sua aptidão, de sua conduta, de suas companhias, de sua pontualidade na escola ou na oficina; numa palavra, pode cumprir o mais doce como o mais sagrado de seus deveres: a educação de seus filhos.

Por seu lado, os filhos, vendo, de uma parte, seu pai respeitosamente submisso ao Pai que está nos céus; de outra, sua solicitude e sua bondade, aprendem a conhecê-lo melhor, a respeitá-lo mais

religiosamente, numa palavra, a temê-lo, desse temor tão bem chamado temor filial.

Tornando-se mais cristão, o laço de família torna-se mais doce e mais forte. Para todos, o interior do lar doméstico adquire novo atrativo, penhor precioso da concórdia e salvaguarda dos costumes.

Esse resultado é infalível sobretudo quando o dia, santificado pela assistência comum aos ofícios da paróquia, se termina por visitas, feitas ou recebidas, aos diferentes membros da família, por passeios agradáveis, por jogos inocentes e por essas ceias para sempre lamentáveis, que reuniam em torno de uma mesa simplesmente servida várias gerações de parentes e amigos. Todas essas alegrias tão morais e tão vivas, as únicas, ai!, a que se pode aspirar hoje, tornam-se o fruto da santificação do dia sagrado. Com a profanação do domingo, ao contrário, nada disso é possível. Tive, pois, razão, por esse novo motivo, em dizer que ela é a ruína da família, pois lhe quebra o laço, como lhe faz esquecer os deveres.

Recebei, etc.

Notas

[1] *Vani enim sunt omnes homines in quibus non subest scientia Dei.* — «São porém vãos todos os homens, nos quais se não acha a ciência de Deus.» (Sb 13, 1.) — *Nisi Dominus aedificaverit domum*, etc. — «Se o Senhor não edificar a casa, em vão se tem posto ao trabalho os que a edificação.» (Sl 126, 1.)

Carta VI — Ruína da Liberdade

25 de abril.

I

Senhor e caro amigo,

Teríeis a caridosa e interessantíssima fantasia de alegrar certo número de vossos colegas e de ver de perto suas gargalhadas de incredulidade? Ou, melhor ainda, seríeis dominado pelo desejo de ouvir-vos chamar reacionário, e a mim jesuíta? Nesse caso, vou indicar-vos um meio de conseguir infalivelmente uma e outra coisa. Comunicai a fulano e sicrano, que se sentam na montanha vermelha, e mesmo na montanha branca,[1] esta carta, em que tenho a pretensão de estabelecer que a profanação do domingo é a ruína da liberdade. Como devo esperar operar sob um fogo cruzado de objeções, não achareis mal que comece por pôr-me a coberto: nas guerras de discussão, o verdadeiro escudo é a lógica. Para ser de boa liga, a lógica deve proceder de definições inatacáveis e desenvolver-se em induções rigorosamente encadeadas umas às outras: é assim que a rosa sai do botão, e o botão da semente. Estabelecidos os meus preliminares, chego às definições e pergunto: Que é a liberdade? Quais são os seus limites? Qual é a sua base e a sua condição?

II

Podemos bem dizer da liberdade, senhor e caro amigo, o que se disse de uma célebre instituição: «*Muitos falaram dela, mas bem poucos a conheceram.*» Primeiro, existem pelo mundo, neste momento, milhões de homens que consideram a liberdade como o direito de fazer tudo o que se quer. Se assim fosse, apressar-me-ia a tomar o meu bastão e o meu breviário e iria habitar o império da Lua; e isso por uma excelente razão: é que a terra seria inabitável.

Admitamos, com efeito, que a liberdade seja o direito de cada um dizer e fazer tudo o que lhe passa pela cabeça, sem outra regra que os seus caprichos; suponhamos em seguida um país gozando dessa feliz liberdade. Eis um homem que dilacera a vossa reputação como o animal faminto dilacera a presa. Perguntais-lhe a razão. — A razão? É que isso me apraz e que sou livre para fazê-lo. — Ah! és livre para dilacerar a minha reputação, e isso te apraz! Sou então livre, eu também, para dilacerar a tua, e nisso acho o meu prazer. E eis dois cidadãos que, em virtude da liberdade, se dizem todas as injúrias imagináveis.

Eis outro que, aproximando-se com ar carinhoso, vos dá uma vigorosa bofetada e vos furta a bolsa. — Patife! dizeis-lhe, não contente de me bater, ainda me roubas? — Pois sim, sou livre para fazê-lo, e isso me apraz. — Ah! és livre para me esbofetear e roubar! Sou então livre, eu também, para te pagar na mesma moeda. E eis dois cidadãos que, em virtude da liberdade, se batem como boxeadores e se despojam como bandidos. Ou a liberdade dá tais direitos, ou não os dá. Se os dá, tive razão em dizer que o país submetido ao seu império é uma espelunca de assassinos; se não os dá, é preciso necessariamente reconhecer que a liberdade se encerra em certos limites.

III

Quais são esses limites? Antes de dizê-lo, concluamos que a liberdade não é, não pode ser o direito de tudo fazer. Mais ainda: embora o homem livre possa fazer o bem e o mal, o poder de fazer o mal não é de modo algum essencial à liberdade; do contrário, Deus não seria livre, ou sua liberdade seria menos perfeita que a do homem. Do contrário ainda, todas as leis das nações seriam monstruosos atentados, pois todas têm por fim acorrentar o poder de fazer o mal, e o Sr. Proudhon teria razão em sustentar que a anarquia é o estado normal do homem. A liberdade, não consistindo nem no poder de fazer tudo o que se quer, nem na faculdade de fazer o mal, deve, pois, definir-se: o poder de fazer o bem; ou, o que me agrada menos, o direito de fazer o que não prejudica ninguém.

Perguntar-me-eis agora quais são os limites da liberdade? Acabo de dizê-lo: os limites da liberdade são os direitos alheios. Por alheio, entendo Deus, o próximo e nós mesmos, se o permitis. Só é, pois, livre, e merece ser chamado assim, aquele que, em suas palavras e em suas ações, respeita todos os direitos; ou, em outros termos, que cumpre todos os seus deveres para com Deus, para com seus semelhantes e para consigo mesmo. Esses deveres têm sua razão e sua regra na vontade infalível de Deus. Daí esta consequência inevitável: o homem ou o povo mais livre é o que encontra menos obstáculos para cumprir e o que cumpre mais fielmente a vontade de Deus em todas as coisas. Tal é a definição, a um tempo tão sublime e tão simples, que a própria Escritura nos dá da liberdade humana: Servir a Deus, diz ela, é reinar.[2]

IV

Ora, dois obstáculos permanentes se opõem a esse poder do bem e tendem, por conseguinte, a violar a liberdade do homem: refiro-me às nossas próprias paixões e às paixões alheias. É fato que todo homem se sente incomodado no círculo de seus deveres, que experimenta não sei que secreta comichão de sair dele, e assim de usurpar os direitos de Deus, de seus semelhantes, de sua própria alma em benefício de seu corpo. Para não ser vencido, é obrigado a permanecer constantemente em armas. Tal é mesmo a violência da luta que os mais valentes exclamam gemendo: Infeliz de mim! Não faço o bem que quero, e faço o mal que não quero.[3]

Enquanto o homem não conseguiu dominar as suas potências fogosas, é escravo. Nessa qualidade, vedes que é arrastado, com a corda ao pescoço, para tudo o que há de oposto ao dever, e a sua liberdade já não parece ser senão o funesto poder de fazer o mal. Acontece mesmo que só por aí a

sente, só por aí a compreende; e, nessa estranha inversão, chama entrave, tirania, despotismo a tudo o que tende a libertar nele o poder do bem acorrentando o poder do mal. Então, seja qual for o seu nome, toda autoridade lhe pesa; insulta-a em si mesmo, odeia-a, amaldiçoa-a. Para tirar-lhe o prestígio, entrega-a à irrisão, e o seu mais ardente desejo é ver o dia em que poderá quebrar-lhe o cetro e lançar os pedaços na lama sangrenta das encruzilhadas. Que um homem, um povo, um mundo consiga nessa luta cega contra a sua própria liberdade: logo as paixões erigidas em leis tornam-se novos e temíveis obstáculos à liberdade de todos. O bem só pode cumprir-se com risco da fortuna ou da vida, e só o mártir permanece independente.

V

É, pois, bem evidente que a libertação das paixões, ou liberdade interior, é a fonte da liberdade exterior. Um homem, um povo corrompido que fala de liberdade é um cego que fala de cores; um homem, um povo corrompido que se crê livre é um louco que, no cubículo em que está carregado de cadeias, se crê o moderador do mundo; um homem, um povo corrompido que se lisonjeia de chegar à liberdade derrubando Deus de seus altares e os reis de seu trono é um furioso que derruba os diques de um rio para impedir a inundação. Não, senhor, e mil vezes não: a liberdade nunca teve a corrupção por mãe nem por irmã, nunca por pedestal uma calçada manchada de sangue, nunca por garantia um trapo de papel em que esteja escrito, ainda que em letras de ouro: Liberdade, igualdade, fraternidade. A liberdade é filha da coragem e companheira da virtude: tem sua base nas profundezas do coração. Todo coração libertado da tirania das paixões é livre; se não está libertado dela, pode usurpar o nome de liberdade, mas falta-lhe a realidade: só tem a licença, e a licença é a escravidão.

Em uma palavra, e nestes tempos de ilusões e de mentira, permiti que eu insista neste ponto essencial: a corrupção é a tirania dos vícios; a tirania dos vícios é a servidão das almas; a servidão das almas é o presságio infalível da servidão dos corpos. Todo povo corrompido é escravo de direito: é um gado exposto num campo de feira que só espera o comprador. Sabeis que o Abd-el-Kader de sua época, Jugurta, lançou essa fulminante predição à face da Rainha do mundo, e Jugurta dizia verdade; e sua palavra não envelheceu: de modo que devemos ter por certo que o povo mais próximo da escravidão é o povo mais corrompido, a menos que esteja condenado a perecer.[4]

VI

Mas quem pode libertar o homem da tirania das paixões? Nas cartas precedentes dissemos, e fizemos melhor: demonstramos que uma só coisa é capaz disso: a fé. Ora, não há fé sem religião, e não há religião com a profanação do domingo: disso também demos a prova. Aviso agora ao nosso século, que só sonha com a liberdade, que só fala da liberdade, que só trabalha pela liberdade, que não pode viver sem a liberdade. Pois bem! Em sua linguagem e em seu culto, é sincero ou não é. Se é sincero, tome então os meios de chegar ao fim: conhece-os agora. Nem as leis, nem as formas de governo, nem as revoluções, nem as utopias, nem os discursos, nem as agitações febris, nem os motins, nem as barricadas mudarão a natureza das coisas: a liberdade é incompatível com

a corrupção; a corrupção reina por toda parte onde não domina a fé; a fé deixa de dominar por toda parte onde a lei sagrada do domingo é desconhecida: é pegar ou largar. Se não é sincero, nada tenho a dizer-lhe: o único sentimento que pode inspirar é profunda piedade.

VII

Desse ponto de vista geral, e como ruína da religião, a profanação do domingo é, pois, realmente a ruína da liberdade. Sê-lo-á ainda por uma razão mais direta e mais sensível. Com efeito, a Constituição proclama a liberdade dos cultos. Se não é palavra vã, ninguém tem o direito de insultar o culto católico, que, afinal, é o culto da maioria. Com maior razão, ninguém tem o direito de impedir os católicos de cumprirem os preceitos de sua religião.

Pois bem! Pergunto-vos, senhor representante: que é a profanação do domingo, senão um insulto sangrento, lançado periodicamente à face do catolicismo, uma ofensa odiosa feita a todos os cristãos fiéis? É magoando-os, ou deixando que os magoem no que têm de mais sensível, que o governo espera conquistar as simpatias das populações religiosas de nossas províncias? Seu interesse não lhe manda poupá-las? Não é ainda ali que se encontram os princípios de ordem, de fidelidade, de dedicação, último dique à onda que ameaça invadir-nos?

Não é tudo: a profanação do domingo é um atentado direto à liberdade de uma multidão de negociantes, empreiteiros e operários. Força o negociante católico a transgredir a lei sagrada do domingo, abrindo suas lojas, ficando em seu balcão, vendendo a quem se apresenta, sob pena de perder a freguesia, de perder a venda e de não estar, no dia do vencimento, em condições de fazer face a seus compromissos. Força o empreiteiro, o industrial, sob pena de sucumbir à concorrência esmagadora que lhe farão colegas menos fiéis que ele. Sobretudo, força o operário.

— Amanhã é domingo, não virei trabalhar, diz ele no sábado à noite a seu patrão ao receber o salário. — É problema teu; mas, se não vieres amanhã, podes procurar trabalho em outra parte. E o infeliz pai de família, que só tem os braços para viver e fazer viver seus filhos, vê-se constrangido a profanar o dia do repouso.

Se fosse cristão, dizem, como todos os outros profanadores do domingo, saberia muito bem conservar a sua liberdade e tomar por regra a divisa de seus mestres na fé: *«Importa obedecer mais a Deos, do que aos homens»*;[5] depois, recusando-se a vender ou trabalhar, abandonar-se-ia aos cuidados da Providência. Compreendeis sem dificuldade que estou longe de aplaudir a conduta de uns ou de outros: mas é preciso convir também que o constrangimento moral que se lhes impõe não é menos uma violação da liberdade.

Ignora-se que o trabalho recusado pelos operários bons cristãos será oferecido aos operários menos fiéis e por eles aceito? Não é claro que a freguesia vai de preferência a quem satisfaz mais prontamente a seus pedidos? Ora, é moral ferir em seus interesses o cristão fiel à sua religião e assegurar um ganho a quem zomba das leis religiosas?

É equitativo, e isso com desprezo da própria lei civil, colocar cada domingo os católicos entre seu interesse e seu dever? É lícito expô-los a uma tentação permanente, a que, a despeito de sua

vontade, um grandíssimo número se deixa arrastar? O governo que tolera um tal abuso, que o autoriza mesmo por seu exemplo, é o protetor sincero da liberdade? É o guardião leal da Constituição? Deixo-vos o juízo.

Entretanto, fica bem estabelecido que a profanação do domingo é a ruína da verdadeira liberdade, que mata em seu princípio, e a violação flagrante da liberdade religiosa, consagrada pelas leis; de modo que tende a fazer de nós um povo de escravos. Graças a ela, ricos e pobres são escravos; rebita-lhes ao pescoço as cadeias das paixões, como a grilheta ao pé do forçado. O negociante é escravo; prende-o ao balcão, como o *janitor* dos romanos à guarda da casa. O empreiteiro é escravo; fixa-o à sua escrivaninha e faz dele uma máquina de calcular. O operário é escravo; prega-o ao seu ofício, à sua bancada, à sua bigorna, como as engrenagens secundárias são pregadas ao volante de uma máquina a vapor.

Recebei, etc.

Notas

[1] N. do T.: A «Montanha» era o grupo da esquerda radical na Assembleia Legislativa; a «montanha vermelha» designava os socialistas. A «montanha branca» é expressão irônica do autor, que não a explica.

[2] *Servire Deo regnare est.*

[3] *Non enim quod volo bonum hoc ago, sed quod odi malum, illud facio.* — «Porque eu não faço o bem, que quero: mas faço o mal, que não quero.» (Rm 7, 19.) (Gaume cita «Rm 7, 13».)

[4] *Urbem venalem et mature perituram si emptorem invenerit.* — «Cidade venal e que logo perecerá, se achar comprador.» (Salústio, *Jugurta*.)

[5] At 5, 29.

Carta VII — Ruína do Bem-estar

4 de maio.

I

Senhor e caro amigo,

Quanto mais avanço na tarefa que a vossa amizade me impõe, mais o abismo que sondo se torna largo e profundo. Cada passo me conduz à convicção fundamentada de que não se pode tocar numa só das bases dadas pelo cristianismo à sociedade sem operar um abalo geral. Em particular, torna-se-me evidente como o dia que não se pode violar publicamente a grande lei do repouso semanal sem transformar logo o solo de uma nação num vasto campo de ruínas.[1] A ruína do bem-estar, de que venho falar-vos hoje, é disso uma nova prova.

Por que trabalhais no domingo? Dirigida a todos os profanadores do dia santo, essa pergunta traz invariavelmente a seus lábios a resposta seguinte: Não posso fazer de outro modo. — E por quê? — Porque sou obrigado a contentar a minha freguesia; porque sou obrigado a sustentar a concorrência; porque é necessário que eu esteja em condições no vencimento de meus títulos; porque é preciso bem que eu faça os meus negócios e realize algum lucro. Em outros termos, essa resposta significa: Trabalho no domingo porque tenho medo de perder ou de não ganhar o bastante; tenho medo de não chegar ao bem-estar que ambiciono, ou de não conservar o que possuo, ou de cair na necessidade.

É, pois, bem evidente que o interesse, no maior número, é o verdadeiro móvel da profanação do domingo. Ora, nunca ficou mais claramente demonstrado que a iniquidade mente a si mesma. Ides reconhecer que o vosso cálculo é falso em todos os pontos, absolutamente falso; isto é: 1º que o trabalho do domingo não proporciona nenhum bem-estar; 2º que é a causa mais fecunda de mal-estar e de miséria.

II

Primeiro, o trabalho do domingo não proporciona nenhum bem-estar. Para fazer crescer uma árvore, uma planta, não basta cultivá-las e regá-las: é preciso que Deus lhes dê o crescimento, dispensando-lhes com sabedoria o ar, o orvalho, o frio e o calor. Que falte uma só dessas coisas, e todos os cuidados do jardineiro são perdidos. Do mesmo modo, para adquirir bem-estar e ganhar

dinheiro, não basta entregar-se ao trabalho: é preciso que Deus o abençoe e o faça prosperar; querer passar sem Ele é construir sobre a areia.

O homem pode fazer o que quiser: é aqui uma lei que não conseguirá eludir. Ora, Deus não pode abençoar, nunca abençoou, nunca abençoará o trabalho do domingo. A razão é que o trabalho do domingo é um ultraje à sua bondade e uma revolta contra a sua autoridade.

É um ultraje à sua bondade. Esse divino Pai, que veste os lírios do campo e alimenta as aves do céu, nos disse: Sei melhor que vós mesmos que precisais de roupa e de alimento: cumpri antes de tudo a minha vontade; trabalhai, rezai, repousai quando eu o ordenar; e ficai em paz: minha bondade vos dará o que vos falta. Em outros termos: trabalhai como o quero, seis dias da semana, e eu vos alimentarei no sétimo. Disse-o; e há seis mil anos cumpre a palavra. Desafio a citar na história antiga ou na história contemporânea um homem, uma família, uma nação que tenha carecido do necessário por ter respeitado o repouso do domingo. Se fosse de outro modo, seria Deus um pai? Não seria o mais injusto de todos os tiranos? Como! Proíbe-me de trabalhar, e porque lhe obedeço deixa-me carecer do necessário, priva-me de um legítimo bem-estar! Pune-me por minha docilidade! Ele mesmo encoraja, pois, a violação de sua lei! No delírio de seu orgulho, pronunciou jamais Proudhon blasfêmia mais horrível?

É uma revolta contra a sua autoridade: nova razão por que Deus não pode abençoá-lo, nunca o abençoou, nunca o abençoará. Como! Deus condena, Deus fere com terríveis castigos a revolta contra a autoridade humana, a revolta dos súditos contra seus príncipes, a revolta dos filhos contra seu pai, e santificaria com bênçãos a revolta contra Ele mesmo e contra a sua lei? Evidentemente não pode ser assim: a razão o diz e os fatos o demonstram. A fim de tornar a prova mais peremptória, estabeleço a questão em sua maior escala e, comparando as nações com as nações, digo: Se o trabalho do domingo é fonte de bem-estar, a nação que trabalha no domingo deve, em igualdade de condições, gozar de mais bem-estar que a nação que não trabalha; e a mesma nação que não trabalhava ontem e que trabalha hoje deve ser mais rica hoje que ontem. Vejamos:

III

Outrora a França era o modelo dos povos pelo respeito ao dia sagrado: tê-la-á empobrecido a sua fidelidade? Terá impedido que chegasse a esse grau de bem-estar e prosperidade que fazia a sua glória e o legítimo motivo da ambição de seus vizinhos? Desde que calca aos pés a lei divina, tornou-se mais rica, mais feliz? Seus impostos são menos pesados? Suas finanças mais prósperas? Sua dívida menos considerável? O bem-estar geral aumentou? Podem os utopistas cantar, em vinte gamas compostas de cifras agrupadas a seu modo, o bem-estar sempre crescente do povo emancipado: o povo emancipado não crê nisso e nunca se achou mais descontente.

> *De fato, diz um homem tão judicioso observador quanto espirituoso escritor, não está de modo algum provado que os objetos de primeira necessidade sejam hoje mais abundantes e mais baratos que outrora. O que se faz à máquina, o que é de pura indústria, apresenta sob esse aspecto um magnífico*

> *aperfeiçoamento: tem-se por nada gorros de algodão, blusas, jornais, bonecos e alfinetes. Mas paga-se menos caro do que há cem anos o pão, a carne, o vinho passável, os legumes, os ovos, as frutas e o leite? O pobre povo tem mais abundantemente e a melhor preço lenha para o inverno? Gasta menos em óleo e vela? Está mais bem alojado pelo mesmo preço? Tem roupas mais quentes na má estação?*

> *Sobre tudo isso há alegações afirmativas; mas provas, não conheço nenhuma, e creio que o contrário seria mais fácil de estabelecer. E depois, quando se tiver feito a conta dos preços absolutos, será preciso fazer a comparação dos salários e, depois desta, a da quantidade de trabalho pedido com o número de braços trabalhadores; e, se quisermos olhar bem com nossos dois olhos o flagelo da concorrência operária e comercial, indagar o que ganham hoje a maior parte das mulheres por doze horas de trabalho à agulha; enfim, contar os dias de desemprego da maior parte das indústrias, teremos fundamento para duvidar de que a condição das classes pobres seja hoje comparativamente próspera, e compreenderemos como os melhores e mais razoáveis se queixam de sua sorte muito mais amargamente do que faziam as gerações precedentes.*

O aumento de bem-estar de que tanto se fala é, pois, pelo menos muito contestável; o que não o é, é o aumento do número dos pobres. Enquanto em 1789 a França, fiel à observância do domingo, contava apenas quatro milhões de pobres entre vinte e seis milhões de habitantes, conta hoje sete milhões entre trinta e cinco milhões de almas. O que também não é contestável é que o consumo de carne era, na mesma época, muito mais considerável do que é hoje. Para citar apenas um exemplo, o consumo particular da cidade de Paris era, em 1789, 25 por cento maior que em 1845. Se, pois, como se diz, comia-se menos pão, é que se comia mais carne. Hoje seguimos o caminho inverso, e o termo do progresso será uma população reduzida ao completo regime das batatas ou do pão seco.

IV

Depois de comparar a França consigo mesma, comparemos as nações com as nações. Há sessenta anos, todas as nações civilizadas do globo observavam religiosamente o domingo; uma só excetuada, todas o observam ainda.

A exceção é a França. Ora, sua posição geográfica, a fertilidade de seu solo, a indústria de seus habitantes, sua atividade, seu próprio gênio não a tornam inferior a nenhum povo. Nenhum cuidado religioso distraiu seu pensamento do trabalho e da especulação, e a cada ano teve sessenta dias de trabalho a mais que os outros. Se o trabalho do domingo é fonte de riquezas, certamente o povo profanador deve ser hoje o primeiro em bem-estar, em prosperidade: e é justamente o contrário que é verdade. Enquanto todos os povos cresceram em força, em território,

em riqueza, em tranquilidade e em bem-estar, a França decaiu sob todos esses aspectos. Aos que duvidam, aconselho ler a obra que acaba de publicar um de vossos mais sábios colegas, o Sr. Raudot. A decadência moral e material da França, desde há sessenta anos, está ali escrita em fatos e em cifras que desafiam todos os otimistas, todos os incrédulos e todos os utopistas.

Mas, sem ir tão longe, basta abrir os olhos e olhar. Para restringir o horizonte, dir-vos-ei: vede somente a Inglaterra e os Estados Unidos. Por continuarem a testemunhar o mais edificante respeito pelo dia sagrado do repouso, esses dois povos, a quem em nenhum outro aspecto cedemos, são menos os dois reis da fortuna e da opulência? Seu comércio é menos florescente que o nosso? Sua marinha menos poderosa e menos bela? Sua indústria menos avançada? Sua agricultura menos inteligente? Seu bem-estar menos geral e menos sólido? Se o quadro vos parece restrito demais, percorrei a Europa inteira, e ouso desafiar de novo todos os pesquisadores a citar um só homem, uma só família, uma só província, uma só nação que a santificação do domingo tenha empobrecido ou impedido de enriquecer.

V

Minha tarefa não terminou; pois acrescentei que a profanação do domingo é a causa mais fecunda do mal-estar e da miséria. Chame-se homem ou povo, o profanador do repouso sagrado calca aos pés a proibição divina pelo amor de um ganho temporal: o temor de perder ou o desejo de ter é, sob um nome ou outro, o motivo de seu culpável trabalho. Aqui ainda é ludibriado; esquece que querer edificar quando Deus o proíbe é fazer ruínas. Sei-o; porque nem sempre é ferido imediatamente em seu bem-estar, diz altivo: Trabalhei no domingo, e que mal me aconteceu? Esperemos um pouco. Os povos da Itália têm um provérbio que diz: Deus não paga todos os sábados, mas nunca faz bancarrota.

Desde 1789, a França não cessa de repetir: Trabalhei no domingo, e que mal me aconteceu? Em que meu bem-estar sofreu com isso? Eis a resposta: desde 1789, não há espécie de provações, humilhações, dores, misérias e calamidades que a França não tenha sofrido. A terra tremeu continuamente sob seus passos e ainda treme; revoluções sem iguais na história a cobriram de ruínas, de sangue e de ossadas. Sobre sua cabeça o céu se tornou de bronze, e flagelos de todo gênero caíram sobre ela. Nenhuma outra nação foi tantas vezes dilacerada pela guerra civil; duas vezes foi visitada pela peste; duas vezes a escassez entregou às angústias da miséria os filhos que não entregava aos horrores da fome; durante cinco anos, as cheias de seus grandes rios devastaram suas cidades e seus campos; enfim, uma inundação como nunca se viu em memória de homem levou a desolação às suas mais ricas províncias e completou a conspiração geral dos elementos contra o povo profanador do domingo.

Apesar de tudo isso, a França cega continuava a sacrificar tudo ao culto do ouro e a repetir altiva: Trabalhei no domingo, e que mal me aconteceu? Durante dezoito anos, seu rei não pronunciou um discurso oficial sem felicitá-la por sua prosperidade sempre crescente, sem glorificar o culto da matéria e sem encorajá-la no caminho em que entrara. Deus deixa dizer todos esses aduladores; deixa fazer todos os artífices de iniquidade: cala-se sobre a profanação de sua lei. Contudo, sua hora chega; e num piscar de olhos, sem que se possa dizer como, a realeza da matéria, com toda essa prosperidade, se esvai como uma bolha de sabão ao sopro do vento. O pânico é geral, o

capital se assusta, a confiança se retira, o comércio se abala, o trabalho entra em desemprego, todas as fortunas vacilam, as falências caem como granizo num dia de tempestade, a bancarrota pública ameaça engolir, não digo o que resta de prosperidade, mas de folga: jamais crise tão violenta, tão geral, tão duradoura torturara a França, cujo balanço acusa dez bilhões de perda em três dias! Tal é o lucro líquido da profanação do domingo durante sessenta anos.

VI

Que sabeis disso? E com que motivo atribuís as calamidades da França à profanação do domingo? Eis o que milhares de homens, grandes e pequenos, me gritam com sobrancelhas franzidas, ombros erguidos e risos de toda espécie. O que sei? Vou dizer-vos:

Sei que não há efeito sem causa;

Sei que Deus governa as nações segundo leis igualmente justas e invariáveis;

Sei que, entre essas leis, há uma que diz: O culpado será punido por onde pecou.[2]

Sei que o amor do ganho é a verdadeira causa da profanação do domingo.

Sei que as perdas temporais são o castigo adequado da cupidez.

Sei, pois, que nossas calamidades financeiras são o salário legítimo da profanação do domingo.

Sei-o pelas leis da lógica e pela própria noção da sabedoria de Deus. Não vos parece a vós mesmo muito lógico e muito conforme à sabedoria infinita curar o mal por um remédio que o atinge em sua causa? Eis o que sei; eis agora o que não sei:

Não sei que haja efeitos sem causa;

Não sei que Deus tenha abdicado;

Não sei que a lei que condena o homem a ser punido por onde peca tenha deixado de estar em vigor;

Não sei por que Deus não tiraria os bens temporais a um povo que quer enriquecer-se apesar dele;

Não sei por que Deus seria menos hábil que um médico comum, cujo primeiro cuidado é proporcionar o remédio ao mal;

Não sei por que, humanamente falando, o povo profanador do domingo é, há sessenta anos, o mais revolvido, o mais agitado, o menos tranquilo e, comparativamente, o menos próspero de todos os povos;

Não sei por que, sempre humanamente falando, a Inglaterra e os Estados Unidos, que sob nenhum aspecto valem mais que a França, mas cujo respeito pelo dia do Senhor nos faz corar, marcham à

frente da prosperidade material e da fortuna. Eis o que não sei, e o que ficaria encantado de aprender de nossos grandes homens.

Compreendeis, aliás, senhor e caro amigo, que estou longe de querer atribuir exclusivamente à profanação do domingo todas as calamidades da França: quis apenas dar a essa causa de ruína a parte, demasiado larga, que lhe cabe em nossas desgraças. Determinar a extensão de sua influência, não o posso; minhas cartas precedentes vos mostraram que é incalculável. Se, pois, os povos ou os homens profanadores do domingo querem ouvir um conselho, dir-lhes-ei: Tomai cuidado; atacais mais forte que vós: ninguém zomba de Deus impunemente; querer enriquecer sem Deus e apesar de Deus é tentar o impossível, é provocar o raio.

Recebei, etc.

Notas

[1] *Qui offendit in uno, factus est omnium reus.* — «Qualquer que tiver guardado toda a lei, e faltar em hum só ponto, fez-se réo de ter violado todos.» (Tg 2, 10.)

[2] *Per quae peccat quis, per haec et torquetur.* — «Pelas coisas em que alguém peca, por essas é também atormentado.» (Sb 11, 17.) (Gaume cita «Sb 21, 11».)

Carta VIII — Ruína do Bem-estar (continuação)

12 de maio.

I

Senhor e caro amigo,

> *As medidas tomadas para a defesa de Paris nada deixam a desejar; a confiança renasce; os fundos subiram sessenta centavos; a lei eleitoral vai purificar o sufrágio universal e dar a vitória ao partido da ordem: não será tão cedo que o motim ousará descer à rua.*

Eis o que me informais em vossa última carta, dizendo que tal é a opinião de toda a gente de bem. Peço perdão à vossa gente de bem; mas permitir-me-á não partilhar toda a sua confiança. O mal está nas almas, e enquanto eu não vir levar o remédio onde está o mal, ficarei muito pouco tranquilizado. Ora, até aqui não vejo que disso se ocupem seriamente. Quando uma sociedade está minada como a nossa, não se a salva nem a golpes de leis, nem a golpes de canhão, nem a golpes de cédulas. Lamento sinceramente o povo que não conhece outros recursos senão esses e que mede a sua segurança pela alta ou pela baixa da agiotagem.

É verdade que o motim não desce à rua com o mosquete ao ombro e a pedra na mão; mas desce a ela todos os dias sob a máscara do burguês voltairiano, sob a máscara do jornal ímpio, sob a máscara do livro obsceno, sob a máscara do profanador do domingo; e sempre corrói, abala, mina o que sozinho sustenta os reinos e as repúblicas, os princípios do cristianismo. Se, para detê-lo em sua obra de destruição, nos ativermos aos meios de legislação e de intimidação, estai certo de que não se o impedirá de chegar a seus fins, um pouco mais cedo ou um pouco mais tarde.

Não quero dizer que não se deva armar o poder; longe disso. Penso como vós que o único meio humano que nos resta é estender sobre a França uma mão poderosa, capaz de acorrentar as facções anárquicas e, à sombra dessa proteção tutelar, suplicar à Igreja católica que trabalhe ativamente na cura das almas. Para tornar possível a sua tarefa, é preciso não só dar-lhe livre curso, mas também que cada um ponha a mão na obra por sua conta e comece por dar o exemplo da reforma que deseja ver operada nos outros. Em uma palavra, não é a reforma eleitoral que salvará a França, é a reforma moral. A esse fim tende minha carta de hoje, como as precedentes:

retomo a sequência de nosso estudo.

II

Se das nações passamos aos particulares, veremos ainda que a profanação do domingo, longe de ser fonte de prosperidade, é causa incessante de miséria. Tenho a apresentar-vos a questão em suas relações com o patrão e com o operário, e afirmo que o trabalho profanador é tão nocivo a um quanto ao outro. Permiti-me primeiro fazer-vos notar que os particulares não escapam mais que a sociedade à ação das leis divinas; que essas leis, inteligentes como o fogo do inferno, segundo a expressão de Tertuliano, ferem cada crime com um castigo particular, ferem-no na medida de sua gravidade e, diferentemente dos suplícios eternos, ferem sempre o culpado para convertê-lo.

Nos tesouros de sua justiça, Deus tem moeda para todos os que o ofendem: ao negociante, ao industrial, ao proprietário profanador do domingo, envia sucessivamente a bancarrota, o granizo, a seca, o incêndio, a epidemia, a estagnação dos negócios; e, em poucas horas, faz-lhe descontar com juros todas as obrigações contraídas para com sua justiça por um trabalho proibido. Para pagar o operário por sua revolta, envia-lhe, a ele, a sua mulher, a seus filhos, ou a doença, ou o terrível desemprego, ou a penúria que lhe leva o ganho ilícito de que se orgulha, e muitas vezes bem mais. Nada mais comum, sobretudo hoje, que essas liquidações providenciais. A menos de admitir efeitos sem causa, falta-se à lógica ao reconhecer nelas o castigo da cupidez e da profanação do domingo, que é a sua sacrílega e permanente manifestação?

Passo ao lado puramente humano da questão, sem separar ainda o patrão do operário. Escutemos um homem perfeitamente competente. Num relatório recentemente dirigido ao governo, o primeiro magistrado de uma de nossas grandes cidades manufatureiras exprime-se nestes termos:

> *Da atividade incessante do trabalho que não respeita o dia santo nasceram:*

> *A concorrência ilimitada, que produz as fraudes na produção;*

> *A rivalidade ardente e de má-fé;*

> *A ruína dos artesãos;*

> *O monopólio dos grandes estabelecimentos;*

> *O aumento do número de falências;*

> *A desordem e o embrutecimento dos trabalhadores;*

> *A destruição da vida de família;*

> *A ausência de todo laço moral entre o patrão e o operário.*

Esse rico benefício é indiviso entre quem profana e quem faz profanar o domingo. Passemos ao que pertence exclusivamente ao patrão: veremos em seguida o dividendo que cabe ao operário.

III

Conversava eu, há alguns dias, com um chefe de usina sobre a questão que nos ocupa. Esse homem dizia-me com notável bom senso: *«O trabalho do domingo não vale mais para o patrão do que para o operário.»* Com efeito, se se trabalha todos os domingos e todos os outros dias sem repouso, fabrica-se demais, sobretudo depois da invenção das máquinas. Como há no ano cinquenta e dois domingos e alguns dias santos, resulta um aumento considerável de produtos. Ora, não basta produzir, é preciso vender. Se todas as indústrias da França fazem o mesmo, tereis logo uma fabricação superior ao consumo. Aumentará a profanação do domingo o número dos consumidores? Cada um não continuará a gastar mais ou menos a mesma soma com a roupa e com a comida? Desde então, os produtos, no todo ou em parte, ficarão no armazém, e sofrereis infalivelmente uma dupla perda: as avarias inevitáveis das mercadorias e o sono dos capitais. Isto nos tempos ordinários.

Que será se sobrevier uma crise comercial? Se a confiança se perder, se a venda não render mais? Eis-vos arruinados, com vossos armazéns cheios de mercadorias, ou ao menos eis-vos obrigados a restringir a produção, a vender com abatimento, a recorrer a moratórias e a pôr vossos operários na rua: coisas todas deploráveis que se teriam evitado muito mais seguramente por uma fabricação moderada. Quantas casas de comércio não se poderiam citar que sofrem hoje a pena de sua fabricação exagerada do ponto de vista do interesse temporal e culpável do ponto de vista religioso!

Dir-se-á que esse inconveniente não é de temer, pois, em vez de folgar no domingo, o operário folga na segunda-feira, o que reconduz ao mesmo número os dias de trabalho? Não, certamente, não é a mesma coisa para o patrão, e isso por três razões: a primeira, porque o operário que folga na segunda-feira folga muitas vezes na terça, no todo ou em parte. Donde resulta para o patrão outro inconveniente: não poder contar com certeza com o operário e ficar assim com trabalhos urgentes nas mãos, na impossibilidade de entregá-los em dia fixo e de cumprir seus compromissos. Daí, às vezes, multas consideráveis a cargo do patrão; daí, descontentamentos da parte dos clientes, murmúrios e, enfim, a retirada da confiança. A segunda, porque o operário que passa habitualmente a segunda-feira na taberna perde a mão. A obra que faz na terça, sob as últimas emoções da embriaguez, não vale a metade de seu preço. Muitas vezes, dizia-me um contramestre de manufatura, vi-me obrigado a mandá-lo refazer.

A terceira, porque o operário que folga na segunda-feira se habitua a fazer a lei ao patrão. Se há trabalho por toda parte, a cada dia vos põe o mercado na mão; e, como ele diz, faz o burguês andar, o que não torna o burguês nem mais rico nem mais feliz. Se há pouco trabalho e se o despede, como é princípio que ninguém morra de fome, é ainda o patrão que, de comum acordo com outras pessoas caridosas, suporta o encargo de alimentá-lo, a ele e à sua família; pois o operário que folga na segunda-feira não faz economia. Sua caixa econômica é o balcão do taberneiro, e esse balcão recebe tudo e nada devolve.

Engano-me: devolve muito. Devolve o operário devasso, infiel, invejoso, ameaçador. Devasso, o trabalho lhe pesa, e ele trabalha mal: primeiro benefício do patrão. Infiel, não faz nenhum escrúpulo de roubar o tempo, e é um clamor geral contra a lentidão e a preguiça dos operários quando não estão sob o olho do patrão. É preciso, contudo, que este lhes pague o dia como se o tivessem empregado conscienciosamente: segundo benefício do patrão. Invejoso, o hábito de gozos e de ociosidade que contrai na taberna lhe faz ambicionar a sorte dos que podem viver sem nada fazer; e consagra aos aristocratas um ódio igual à sua inveja: terceiro benefício do patrão. Ameaçador, prestou ouvido aos cantos, aos propósitos mais anárquicos, linguagem habitual dos lugares que frequenta, e seu desejo de bem-estar se inflamou, e a experiência prova que, na ocasião, não recuará, para satisfazê-lo, diante dos meios mais violentos: quarto benefício do patrão.

Em resumo: a concorrência ilimitada e desleal, o atravancamento dos produtos, o sono dos capitais, numerosas falências, uma ameaça perpétua à vossa tranquilidade e à vossa fortuna, uma espada de Dâmocles suspensa sobre vossas cabeças: eis, industriais, negociantes, proprietários, ricos, quem quer que sejais cuja cega cupidez ordena ou cuja estúpida indiferença autoriza a violação do dia sagrado, eis os benefícios particulares que vos cabem. Queira Deus que não vos caiba outro! Queira Deus que nada de mais grave tenhais a temer dessas massas populares cujas robustas paixões vosso insolente desprezo da lei de Deus desencadeou! Mas se algum dia essa onda que vos ameaça, e que sobe, vier a romper o seu último dique, sabereis de quem queixar-vos: os avisos não vos faltaram.

IV

Se a profanação do domingo é fatal aos interesses do patrão, é-o bem de outra maneira aos interesses do operário. É aqui, senhor representante, que tocamos o vivo da chaga. Primeiro, o operário absolutamente nada ganha com o trabalho do sétimo dia. Disseram-lhe: Cinquenta a sessenta dias de trabalho a mais por ano te produzem um benefício considerável. Mas ao lado desse cálculo que o seduziu fez-se uma operação que ele não percebeu: baixou-se o salário. Está hoje provado que o operário não ganha mais em sete dias de trabalho do que ganhava outrora em seis. Depois, esse sétimo dia o operário não o consagrou ao trabalho, mas à devassidão; de modo que se vê hoje, graças à profanação do domingo, reduzido, como outrora, a seis dias de trabalho por semana, com a diferença de uma baixa de salário a mais e da boa conduta a menos.

V

Ai! Sim! A profanação do domingo custa ao operário o seu único tesouro, a boa conduta. Há muito tempo, senhor e caro amigo, procurais as causas da miséria e do mal-estar das classes laboriosas; virastes e revirastes a questão por todas as faces e, como todos os observadores dignos desse nome, só conheceis duas causas reais de miséria para o operário: o desemprego e a má conduta. O desemprego provém de circunstâncias exteriores que os meios ordinários podem atenuar ou destruir; a má conduta nasce de um mal interno que escapa à ação ordinária do homem. O desemprego, felizmente, é apenas parcial e temporário; a má conduta, infelizmente, é geral e permanente.

Por má conduta do operário entendo os hábitos de preguiça, de imprevidência, de luxo na roupa, na mobília, na comida; de devassidão, isto é, a frequência de tabernas, cafés, teatros e outros lugares. Ora, não se pode dissimulá-lo: a má conduta assim entendida, e, salvo engano, é assim que deve sê-lo, existe em larga escala no seio das classes laboriosas de nossas cidades. Que essa má conduta seja causa profunda, permanente de miséria, seria supérfluo prová-lo. Em toda família operária onde não há equilíbrio entre a despesa e a receita, há miséria. Pois bem! A má conduta é incompatível com esse equilíbrio necessário; destrói-o, devorando muito além do salário diário, única receita da família.

De onde vem a má conduta do operário? Vem de ter quebrado o único freio capaz de acorrentar suas inclinações, seus caprichos, seus apetites desregrados, tornados tão imperiosos que são a regra habitual de sua conduta.

Que freio é esse? O mundo inteiro se levanta para responder: É a religião. A Religião, que com uma das mãos traça infalivelmente ao homem os limites do bem e do mal e, com a outra, lhe dá a força para lutar vitoriosamente contra suas inclinações; a Religião, que o coloca continuamente sob o olho de um Deus que tudo vê, em face de um juiz soberano que não se pode nem enganar nem corromper; a Religião, enfim, que lhe mostra, além do túmulo, o céu e o inferno, inevitável salário de suas virtudes ou de seus crimes.

Que quebra esse freio salutar? Que mata a religião no coração do operário e o entrega, por conseguinte, como presa indefesa, a suas paixões devoradoras? Antes de tudo, acima de tudo, a profanação do domingo.

VI

Para prová-lo, não direi que, com a profanação do domingo, a Religião não é mais nem conhecida, nem meditada, nem praticada; seria preciso refazer a carta em que desenvolvi essas considerações. Estabeleço a minha tese considerando a questão sob um novo ponto de vista, e digo que o homem não pode trabalhar sempre; é preciso que repouse. É uma lei tão imutável, tão inflexível quanto a que preside à marcha do sol. Ora, se o operário não repousa no domingo na igreja, repousa na segunda-feira na taberna. É ainda uma lei invariável, cujo cumprimento é tão universal e tão constante quanto a profanação do domingo. Mas o repouso da taberna, sabeis o que é? É a má conduta em permanência; é a má conduta em tudo o que tem de mais degradante e de mais ruinoso. Vede esse operário, esse pai de família, de cotovelos sobre uma mesa manchada pelos restos de uma longa orgia, trocando com seus companheiros de devassidão cantos anárquicos ou propósitos obscenos. Sabeis o que bebe no copo que vacila em sua mão trêmula de embriaguez? Bebe as lágrimas, o sangue, a vida de sua mulher e de seus filhos. Em média, a taberna lhe custa cem escudos por ano: três francos de jornada perdida, três francos de despesa, e é o mínimo; dupla perda que, renovada cinquenta vezes por ano, dá bem a triste soma indicada acima. Ora, cem escudos a mais por ano numa família de operários é a folga; cem escudos a menos é a miséria. Que essa desordem seja geral: é a miséria permanente, a miséria incurável para a classe operária de toda uma cidade, de todo um reino.

Pois bem! É preciso dizê-lo corando: essa desordem cresceu em proporção direta da profanação do domingo, de que é a consequência; esta se tornou geral, ela se tornou; e, ao tornar-se, dotou-nos de miséria e matou a vida de família. Um simples olhar sobre esse assustador progresso, mais ou menos rápido segundo as províncias, mas incontestável em toda parte. Conheço uma de nossas cidades que, em 1789, contava uma população de 14.000 habitantes. Havia nela três hotéis, dois cafés, onde o povo nunca entrava, e dezoito ou vinte tabernas. Em compensação, davam-se quase todos os domingos, e em quase todas as casas, pequenas ceias de família de que todos aproveitavam: pai, mãe, amigos, filhos comiam, conversavam, descansavam juntos.

Hoje essa mesma cidade, para uma população de 16.000 almas, possui oito hotéis, vinte e seis cafés, muito conhecidos do povo, e duzentas e oitenta e três tabernas; ao todo, trezentos e vinte e um vendedores de vinhos e licores. Nem é preciso acrescentar que, do domingo à tarde até a segunda à noite, ou mesmo até a terça de manhã, a maior parte dessas tabernas está sempre cheia. Calculando segundo as cifras oficiais, além da perda do dia, as despesas de líquidos e comestíveis, chegais, pondo tudo no mínimo, a um imposto anual de mais de 50.000 francos, cobrado sobre a má conduta. É mais do dobro do que a cidade gasta em esmolas. Mas também nada mais de jantares de família, nada mais de união, nada mais de educação doméstica, nada mais de sociedade; no lugar de tudo isso, a miséria sob todos os nomes e todas as formas. Eis o que rende de benefício direto a profanação do domingo e a frequência da taberna, que é a sua consequência inevitável.

Eis agora o benefício indireto. A má conduta das classes operárias, consequência da profanação do domingo, não consiste só nas devassidões da taberna; leva a outras que não quero nomear e que são uma nova fonte de despesas. Direi apenas, porque todos o veem, que leva ao luxo exagerado na toalete, na mobília, na comida; leva aos prazeres do espetáculo e da dança. Ora, todas essas

coisas seriam evitadas, ao menos em parte, com um pouco mais de temor de Deus e de fidelidade à religião, por conseguinte com a santificação do domingo, sem a qual, demonstrei-o, a religião é impossível.

Para ficar mesmo aquém da realidade, essas diversas despesas, ocasionadas pela má conduta, sobem cada ano a pelo menos trinta francos por família. Ora, a cidade de que falo conta cerca de 1.500 famílias operárias. Eis, pois, um novo imposto de 45.000 francos que, somados a 50.000, nos dá uma contribuição anual de 95.000 francos. Que essa soma assustadora receba um emprego normal, isto é, que o operário tenha religião, por conseguinte conduta, e em vez da miséria profunda, incurável, tereis a folga e o bem-estar geral. Tal é o balanço da infeliz cidade de que falo, a qual, não preciso dizê-lo, se distingue tristemente entre todas pela profanação do domingo.

VII

Eis o da França inteira. Segundo o recenseamento geral feito há apenas alguns meses, contam-se na França 332.000 tabernas, onde se gastam anualmente 105 milhões. Somando-lhes as outras despesas de luxo e de prazer que assinalamos como a consequência ordinária da profanação do domingo, e calculadas a 30 francos por família, tendes, para quatro milhões de famílias operárias, uma nova soma de 120 milhões, o que dá, para a França inteira, a cifra assustadora de 225 milhões.[1]

Não pretendo atribuir à devassidão sozinha todas as despesas feitas na taberna; mas, reduzindo à metade as que lhe são imputáveis, vede ainda que enorme orçamento pago pela má conduta. E depois, que foi feito, na França inteira, da vida de família, da educação dos filhos, do espírito de sociedade, da reunião dominical dos parentes e amigos em torno da mesa modestamente servida? Tudo desapareceu com a santificação do domingo.

Explicais-vos agora por que as numerosas esmolas que se derramam a cada ano no seio das populações não melhoram a sua sorte; por que esses rios de ouro correm como gotas d'água no tonel das Danaides; por que, apesar de tantas obras diversas de caridade espiritual e corporal, a imoralidade se torna dia a dia mais geral e mais profunda; por que o pauperismo, esse câncer roedor das sociedades modernas, em vez de ser detido em sua marcha invasora, ameaça, sob o nome de comunismo, devorar em breve os povos profanadores do domingo; por que, enfim, em Paris, onde essa desordem está no auge, dois quintos da população morrem no hospital? Ora, meu Deus! A explicação não é difícil de achar: os suores do operário e parte das esmolas do rico vão para a taberna, e é a profanação do domingo que multiplica, que enriquece a taberna; e a taberna é o caminho do hospital, quando não é o da prisão.

Como poderia ser de outro modo? O operário que trabalha no domingo se acha só na segunda-feira. Sua mulher está ocupada, quer fora, quer dentro de casa; seus filhos estão em aprendizado ou na escola: que quereis que ele se torne? Entedia-se em sua solidão e vai naturalmente buscar na taberna a sociedade e as alegrias que não encontra no lar doméstico. Ao contrário, se repousasse no domingo, o perigo da solidão não existiria para ele. Livres de ocupações exteriores, sua mulher e seus filhos estariam ali para retê-lo. Seus exemplos, suas solicitações, o simples receio de ficar isolado bastariam, com o tempo, para fazê-lo tomar com eles o caminho da igreja e

torná-lo o que nunca será profanando o domingo: um bom pai, um bom esposo, um operário honesto, laborioso, econômico.

Fica, pois, bem estabelecido que a mais monstruosa mentira que jamais se cometeu, depois da de Satanás no Paraíso terrestre, consiste em dizer que o trabalho do domingo é fonte de bem-estar para os particulares ou para os povos. Dele é, dele foi e dele será sempre a ruína.

Recebei, etc.

Notas

[1] Receio que o número das famílias operárias da cidade e do campo que profanam o domingo, e cujos pais e filhos frequentam a taberna, seja muito mais considerável. Em 1841, o número dos operários em usinas, fábricas, manufaturas e oficinas de diversas profissões era de 6.000.000; o dos agricultores e jornaleiros do campo, de 12.978.278.

Carta IX — Ruína da Dignidade humana

25 de maio.

I

Senhor e caro amigo,

Informais-me de que não fostes nomeado membro da comissão do orçamento: congratulo-me convosco. Parece-me que nada deve ser mais desagradável do que tal título. Eis, salvo engano, a situação de vossos honrados colegas que o ostentam. Bater a cabeça contra as paredes de um calabouço, atacar as pirâmides a golpes de alfinete: é assim que a imaginação me pinta o seu labor. Falemos sem figura: ser mandatário de um povo esmagado de impostos; só ser acreditado por ele para aliviar o seu fardo; ter-lhe prometido fazê-lo; ter a vontade e ver-se ferido de impotência; não é tudo: ter diante dos olhos um abismo escancarado, onde alguns graus a menos no termômetro da confiança bastam para engolir a honra e a fortuna da nação; ser condenado durante meses inteiros a roer, a respigar aqui e ali, em todos os serviços públicos, algumas centenas de mil francos; e depois, afinal, ser reduzido a vir apresentar ao povo essas economias insignificantes como as únicas reduções possíveis sobre a massa enorme das despesas e dizer-lhe, por todo consolo: Sofre e paga; haverá tarefa mais penosa?

Sinto essa pena e, até certo ponto, compreendo essa impossibilidade. De um lado, a organização revolucionária da França conduz fatalmente ao aumento da despesa pública; de outro, creio, como se diz, que reduções sérias só podem ser feitas em dois orçamentos: o da guerra e o da marinha, cuja cifra anual sobe a seiscentos ou setecentos milhões. Mas creio também que, nas circunstâncias em que se acha a Europa, essas reduções não são possíveis. Reduzir é desarmar; desarmar é entregar a sociedade ao comunismo. Por outro lado, não desarmar é caminhar para a bancarrota: bancarrota ou barbárie, tal é a alternativa.

Resta, contudo, um meio de sair dela: atacar um terceiro orçamento que engrossa cada ano e em que nunca se tocou; um orçamento que nos devora diretamente, e no mínimo, mais de cem milhões por ano; um orçamento que nos força a manter os outros no máximo: é o orçamento da má conduta, gasto principalmente na taberna e alimentado sobretudo pela profanação do domingo.

Sei-o, nem tudo será obtido num dia; mas, para servir-me de uma expressão usada na câmara, há certamente algo a fazer. Já que tendes qualidade para tanto, fazei, pois, fazei prontamente, fazei

seriamente. Credes-me: uma lei verdadeiramente moral será a melhor lei de economia, a melhor lei sobre as caixas de aposentadoria, a melhor lei sobre a assistência pública, a melhor de todas as leis sobre a melhoria da sorte das classes laboriosas. Sem essa, as outras nada produzirão, nada, nada. *Quid proficiunt vanae leges sine moribus? — «De que servem leis vãs sem costumes?»* Espero mostrar-vos mais tarde que aqui querer é poder. Neste momento, devo abordar o assunto de minha carta e estabelecer que a profanação do domingo é a ruína da dignidade humana.

II

A questão é de extrema importância, não só do ponto de vista religioso, mas ainda do ponto de vista puramente humano. Com efeito, por pouco que queirais refletir, senhor e caro amigo, vereis que as sociedades cristãs estão todas fundadas no dogma da dignidade humana, por conseguinte no respeito do homem pelo homem e do homem por si mesmo. Ao receberem o batismo, receberam o sentimento e o conhecimento dessa grande lei. O próprio Deus descera do céu para lhes dizer: O homem é meu filho; é algo tão grande que eu mesmo só o trato com profundo respeito; sua liberdade é para mim coisa sagrada em que nunca toco.[1] Aos olhos de minha justiça soberana, o inferno, com seus eternos suplícios, não é demais para punir o culpado que, por suas palavras ou por seus atos, ousa atentar contra a sua dignidade pessoal ou a de seu irmão, fosse esse irmão uma criancinha, o mais pobre e o último dos homens.[2]

Dada essa carta divina, duas vozes se ergueram logo para promulgá-la de geração em geração, e essas duas vozes nunca cessaram de se fazer ouvir: a voz da mãe no lar, a voz da Igreja no templo. E eis que a primeira noção que se dá ao homem é a noção da dignidade humana. Em todos os pontos do globo, sobre os joelhos de todas as mães, a criancinha balbucia há dezoito séculos estas palavras sublimes: Pai nosso que estais nos céus; sou filho de Deus.

Mas não basta que o homem conheça sua dignidade: é preciso que dela se lembre e conforme a sua conduta ao sentimento que tem dela: *noblesse oblige*. Com esse fim, Deus, que conhece a fraqueza do homem e as paixões degradantes de que está cercado, quer que consagre um dia em sete a refletir sobre a sua dignidade, a reparar as brechas que ela possa ter recebido, a recolher as forças de que precisa para sustentá-la. Que alto ensinamento é esse mesmo preceito!

Ao dá-lo ao homem, Deus lhe diz por esse simples fato:

> *Tu és o mais nobre dos seres; pois és minha imagem no meio do universo que te dei por império. Artífice do mundo, trabalhei seis dias e, no sétimo, glorioso da perfeição de minha obra, entrei em meu repouso eterno.*

> *Tu também, operário como eu, durante seis dias criarás um mundo de maravilhas neste mundo que habitas. Construirás casas e palácios; embelezarás tua morada com todas as obras do gênio; procurarás por tua indústria tudo o*

> *que pode manter tua existência e mesmo contribuir para teus prazeres. Quando chegar o sétimo, filho de Deus, lembrar-te-ás de teu Pai. Como eu, lançarás um olhar sobre tuas obras: entrarás num santo repouso; depois, quando a obra de tua criação estiver acabada, virás reunir-te a mim no repouso da eternidade, de que o repouso septenário é a um tempo a condição e a imagem.*[3]

Desse ponto de vista, como o homem é grande! Que elevada moralidade preside a seu trabalho!

Dóceis a essa luminosa palavra, as nações modernas vieram religiosamente, durante longos séculos, ouvir a Igreja católica explicá-la em seus templos, e o sentimento cristão da dignidade humana entrou profundamente nas almas. Daí nasceram, com a pureza dos costumes e a santidade do matrimônio, os cuidados com o ser fraco, a consideração pelo infeliz, a salvação para a criança, a liberdade para a mulher, a caridade para todos. Daí ainda a abolição da escravidão e a impossibilidade de o despotismo criar raízes entre as nações que permaneceram católicas.

III

Contudo, vieram dias maus em que os povos esqueceram o repouso septenário e o caminho do templo. Que aconteceu? Ao deixar de ouvir a voz da Igreja, o homem deixou de ser cristão e, ao deixar de ser cristão, perdeu o conhecimento e o sentimento de sua dignidade. Apesar das grandes palavras de progresso, civilização, igualdade, emancipação, perfectibilidade e outras ainda, não temo dizê-lo: é o que mais nos falta, sobretudo na França. Evidentemente voltamos ao paganismo, quando o desprezo de si e dos outros estava no auge. Que eram, para os orgulhosos burgueses de Roma, os rebanhos de escravos que rastejavam a seus pés? Que eram, para os Césares, esses próprios burgueses? E os Césares, que eram a seus próprios olhos? Que ideia tinham da dignidade humana e como a respeitavam em sua pessoa? Orgulho de um lado, baixeza de outro; torpeza e desprezo por toda parte; degradação universal e, para servir-me de uma expressão famosa, exploração geral do homem pelo homem: eis o quadro que apresenta a história dessa inqualificável época. Pouco falta para que já seja o nosso.

Salvo as exceções devidas à influência das ideias cristãs, respeita hoje o homem muito mais o seu semelhante, respeita-se muito mais a si mesmo do que antes da regeneração do Calvário? A superioridade, a autoridade, a honra, a inocência, a liberdade, a reputação, a boa-fé, a fortuna, a filha, a esposa, a alma alheia são objeto constante de um respeito sincero? Obstáculo ou meio, não é tudo o que o homem vê em seu semelhante? E em si mesmo, que vê, senão um ser criado para gozar? E procurar gozos, gozos vergonhosos, degradantes, ao preço de todas as baixezas, não é a sua vida?

Que é, pois, essa escandalosa, essa humilhante mobilidade de opiniões e de caráter que faz do homem atual um verdadeiro camaleão, que se vê mudar da manhã à noite de conduta e de linguagem; passar sucessivamente aos campos mais opostos; sustentar com o mesmo calor o pró e o contra; queimar hoje o que adorava ontem; arvorar todas as cocardas; prestar vinte juramentos de fidelidade a todos os partidos e só guardar um, o de violá-los todos se o seu interesse o pedir?

Por que tantos Brutos feitos criados? Por que tantos orgulhosos escritores, há pouco liberais e ímpios, são hoje conservadores e religiosos, e por que amanhã serão o contrário? Por que a mesma boca fala para edificar e para abater? O bem e o mal, o verdadeiro e o falso, o branco e o vermelho não estão igualmente tabelados? Sustentá-los, segundo as circunstâncias, não é dinheiro a ganhar e gozos a obter? A vida é outra coisa que uma especulação, e a sociedade não é um vasto bazar onde tudo se vende porque tudo se compra, até a consciência?

Está carregado este retrato? Apelo para os olhos de todos. Desde então, não se pode dizer, modificando uma palavra célebre, que a Europa atual é a maior escola de desprezo que jamais existiu? Ora, desprezo e respeito se excluem; e onde não há respeito não há mais nem conhecimento nem sentimento da dignidade humana. Tal é, sem contradição, uma das chagas mais profundas de nossa época e uma das maiores dificuldades da regeneração.

IV

Acabo de mostrar o efeito da profanação do domingo sobre a dignidade humana na sociedade em geral. Isso não basta: há duas classes de homens sobre as quais a influência deplorável da desordem que combatemos se fez sentir de maneira mais marcada. Essas duas classes são justamente as que prometeram a si mesmas um resultado mais vantajoso da violação do repouso semanal; as que deram e continuam a dar o mais escandaloso exemplo dela: nomeastes os patrões e os operários. Já que, ainda hoje, a cada senhor sua honra, comecemos pelos patrões.

Salvo as exceções, tanto mais honrosas quanto mais raras, que é a nossa burguesia industrial e mercantil; essa burguesia que reina no balcão, no armazém, na usina, na manufatura, na oficina, na fiação; essa burguesia que, tornada a aristocracia do dinheiro e a soberana do país, apoderou-se de todos os empregos, da prefeitura de aldeia à representação nacional; que escreve, legisla, administra, advoga, julga, ensina; que, até a Revolução de fevereiro e depois dela, acotovelou todo o mundo para abrir lugar e disse em todos os tons a tudo o que não é ela: Sai daí que eu me ponho aí; que é essa burguesia? Um lingote.

Depois dos libertos da antiga Roma, conheceis na história uma raça de homens mais cúpidos, mais estreitos, mais secos, mais vaidosos, mais invejosos, mais ímpios, mais alheios a todos os sentimentos elevados, a todos os pensamentos generosos? Verdadeiros chineses do Ocidente, ultrapassaram os confrades do Oriente. Estes, dizia há pouco um deles, admitem quatro verdades: beber, comer, digerir e dormir;[4] os nossos só admitem uma: ganhar dinheiro. Se recusam reconhecer-se nesses traços, que contemplem a França, a França, por sua vez irrisão, piedade e espanto das nações: não é apenas obra deles, é a sua imagem. Que dignidade! *O mater pulchra, filia pulchrior! — «Ó mãe bela, filha mais bela!»* Aliás, que a burguesia francesa não tome apenas para si as minhas palavras: dirigem-se a toda a burguesia europeia.

Custa-me, senhor e caro amigo, traçar este retrato, ai!, demasiado parecido. Não é uma censura que faço, é uma desgraça que deploro; não é o ódio que provoco, é a compaixão que invoco. Se assinalo defeitos que em vão se negariam, é para indicar-lhes a causa e o remédio. Quando o piloto, sabendo-o ou sem sabê-lo, empurra o navio contra os escolhos, os passageiros não têm o direito de lhe dizer: Perdeis-nos? Eis, pois, o estado de abatimento, para não empregar expressão

mais forte, a que desceu uma classe tão numerosa e aliás tão interessante da sociedade. Como se materializou a tal ponto? Ocupando-se exclusivamente da matéria, nada fazendo para espiritualizar-se, isto é, consagrando obstinada, perseverantemente ao trabalho material os dias divinamente destinados ao trabalho moral; em uma palavra, profanando o domingo há sessenta anos. Se essa não é a causa exclusiva da degradação que nos aflige, não há observador que não reconheça que é pelo menos a mais eficaz.

V

Que direi do operário? Ah! É ele sobretudo que se degradou violando a lei sagrada do repouso semanal. Não deixastes de notar, senhor e caro amigo, que, em todos os mandamentos de Deus, o lugar do pai é sempre muito maior que o do legislador: dir-se-ia que Deus só é legislador porque é pai. Entre mil, o preceito da oração e do repouso septenário é disso uma prova comovente. Sondando todos os mistérios do futuro, Deus viu, desde o começo, o homem, tão feliz ao sair do berço, cair no abismo da desgraça, cair por sua culpa. Viu-o vergando sob o jugo de um trabalho penoso, curvado para a terra, arrastando atrás de si a longa e pesada corrente da necessidade. Vê esse nobre filho baixar cada dia um grau na ordem moral. Seu pensamento se abate sob o peso das necessidades terrestres; seus sentimentos descem ao nível do solo que pisa; sua própria fronte parece ter perdido o caráter sublime de que a ornara. A essa condição já tão dura, vê o egoísmo juntar suas cruéis exigências e obrigar o pobre a consumir-se num labor que só conhece o repouso forçado da doença e o esgotamento prematuro da natureza.

Que fez esse Deus legislador e pai? De sete dias de fadiga deu um ao repouso de seu filho. Ele mesmo publicou essa ordem, que será imutável, que será sagrada tanto para o rico como para o pobre, e a assinou com seu nome: Eu, o Senhor, *ego Dominus*. Depois, chamando a Igreja, sua esposa, disse-lhe: Ide e dizei a esse pobre operário:

> *Em nome do rei dos céus, de quem sois filho, tomai ao menos um dia a atitude e o porte que convêm à vossa origem. Fostes criado para reinar sobre a natureza: lembrai-vos hoje. Nascestes para repousar gloriosamente no seio da imortalidade: vinde aprendê-lo em minha casa. Vinde, e vos farei sentar no meio de vossos senhores; receber-vos-ei à mesma mesa, dar-vos-ei o mesmo pão e o mesmo cálice: oferecer-vos-ei os mesmos conselhos e as mesmas alegrias. Vossa alma, a meus olhos, vale a de um príncipe; ambos, e com o mesmo título, sois meus filhos; mas, se devo uma preferência de ternura, é àquele que é pobre e pequeno.*[5]

Dóceis a essa voz tão suave, as classes laboriosas mostraram-se, durante longa sucessão de séculos, as mais solícitas em reunir-se nos templos, em saborear o repouso salutar que lhes era preparado, em colher as lições consoladoras que lhes eram dadas e em participar das alegrias tão puras que lhes eram oferecidas. Moralizadas, enobrecidas, consoladas pela religião, essas classes, divididas em mil corporações, foram o verdadeiro nervo da França e o pedestal de sua glória. A revolução de 89 as encontrou geralmente fiéis às crenças e aos hábitos católicos. Para defender

essa nobre herança, tiveram numerosos mártires.

Vitoriosa pelo terror, a impiedade não se iludiu: compreendeu que o único meio de assegurar o seu triunfo era descatolicizar a França. Nem as paródias sacrílegas de nossos augustos mistérios, nem as festas da deusa Razão lhe pareceram suficientes para atingir esse fim. Com essa inteligência que jamais lhe faltou, instituiu o decádi,[6] impondo pena de morte a quem não trabalhasse no outrora domingo; isto é, decretou a profanação permanente do dia sagrado.[7] Essa medida foi desastrosa: as classes laboriosas, privadas aliás de suas igrejas e de seus sacerdotes, perderam pouco a pouco o hábito do repouso semanal e, com ele, a salvaguarda de sua fé, a fonte de suas consolações, os títulos de sua nobreza e o sentimento de sua dignidade.

VI

Seriam precisas, senhor e caro amigo, lágrimas de sangue para chorar a degradação desse infeliz povo, tornado profanador do domingo. Que é ele aos olhos de seus patrões, aos olhos dos mesmos que o empurraram para o precipício e ali o retêm? Segundo a enérgica expressão de um profeta, que nunca encontrou aplicação mais verdadeira, é um instrumento, uma ferramenta, uma máquina, uma besta de carga.[8]

Percorrei as usinas, as manufaturas, as fábricas, as oficinas, as propriedades, as cidades e os campos onde o dia do Senhor não é mais conhecido. Digo-o, e direis comigo, com profundo sentimento de piedade: ali, salvo as raras exceções devidas à ação secreta do cristianismo, o artesão, o lavrador, o homem do povo só é considerado como uma máquina e uma besta de carga. Máquina de lavrar a terra, máquina de fabricar tecidos, máquina de forjar o ferro, máquina de modelar a argila, máquina de aplainar a madeira ou de talhar a pedra; mas sempre máquina.

E a prova: é que a estima que se lhe concede se mede pelo número, pela facilidade e pela precisão dos movimentos que executa.

E a prova: é que se crê ter cumprido toda justiça a seu respeito quando se lhe deu com que reparar suas forças musculares, como se derrama de vez em quando nas engrenagens de uma máquina o óleo necessário para fazê-la funcionar.

E a prova: é que, uma vez esgotado por um trabalho forçado, é despedido sem misericórdia, como se manda para o refugo a máquina fora de serviço. Mas esse ser tem alma, ou não a tem? A delicadeza de sua compleição ou de seus sentimentos merece cuidados, ou pode passar sem eles? É um blasfemador, um libertino ou outra coisa? Pouco importa. Só há uma questão que se examina atentamente: que produto positivo se pode tirar de seus braços? É tudo.

Sim, é tudo, para essa criatura feita à imagem de Deus; é tudo para essa alma imortal resgatada ao preço de um sangue divino; é tudo para esse filho do céu, para esse herdeiro presuntivo de um reino eterno! Tive razão em dizer que o respeito da dignidade humana se perdeu e que voltamos ao paganismo?

VII

Tal é o operário aos olhos de todos os mestres da escola inglesa, e essa escola tem discípulos por toda parte. Que é ele a seus próprios olhos? É o que dele fizeram. Sim, o que há de mais deplorável: o operário profanador do domingo não compreende a degradação a que desceu. Sem dificuldade aceita o papel humilhante que lhe é atribuído. Aceita, ele, nobre filho de Deus, aceita ser máquina e besta de carga: é ainda uma expressão profética.[9] Pão para comer, vinho para beber, um leito para estender-se, um teto para abrigar-se, algumas moedas para participar da orgia: nada mais pede. Se suspeita necessidades de outra ordem, é de duvidar; pois quando pôde, como a besta de carga, satisfazer seus apetites, está contente. Ouvi-lo-eis a cada semana, transformando o dia da oração em dia de devassidão, fazer ressoar até no meio das trevas da noite, em suas tabernas e em seus covis de jogo, em nossas praças e em nossas ruas, os cantos avinhados de sua ignóbil felicidade? *«Comamos e bebamos: porque á manhãa morreremos.»*[10]

Guardai-vos, meu caro amigo, de querer dirigir-lhe algumas observações e chamá-lo ao sentimento de sua dignidade. Poderia muito bem responder-vos o que me foi respondido a mim mesmo:

> *Dizeis que o operário não deve beber; e eu digo que o operário não é um escravo e, quando tem dinheiro, deve beber e divertir-se.*

Ó dignidade humana! Que sua mulher sobretudo nunca lhe faça censuras; que nunca lhe fale dos filhos que carecem de roupa e de pão. Provocaria acessos de furor, e tudo o que obteria desse homem, que já não é um homem, seriam blasfêmias e maus-tratos. Os fatos desse gênero são inumeráveis: ninguém que não possa contá-los. Com o risco de cair em repetição, vou referir-vos um que me é particularmente conhecido: *ab uno disce omnes — «por um só aprende todos»*.

Um operário metalúrgico, pai de cinco filhos, ganhava cinco francos por dia. Recebido o pagamento, ia à taberna, onde ficava até ter gasto tudo. Depois de vários dias e várias noites de ausência, voltava enfim a seu domicílio: e pedia de beber! Numa noite de inverno, sua mulher e seus filhos, que sofriam igualmente as angústias da fome e os rigores do frio, ousaram pedir-lhe com que comprar um pouco de pão e de carvão. Por toda resposta, esse esposo, esse pai tal como os formam a profanação do domingo e sua inevitável companheira, a frequência das tabernas, precipita-se sobre a mulher e os filhos, maltrata-os indignamente, depois os lança à rua; feito o que, trancando a porta a duas voltas, faz um embrulho de tudo o que pode levar, sai e desaparece para nunca mais voltar.

Se fosse um exemplo isolado, sei que nada se poderia concluir a respeito das classes operárias; infelizmente esses fatos, com algumas variantes, são tão numerosos que logo não serão a exceção, mas a regra. Desde então, que indicador mais certo da influência exercida pelo materialismo profanador do domingo sobre os sentimentos de dignidade e de humanidade, tão desenvolvidos outrora em nossas populações francesas!

Recebei, etc.

Notas

[1] *Cum magna reverentia disponis nos.* — «E nos governas com grande reserva.» (Sb 12, 18.) — *Reliquit illum in manu consilii sui.* — «E o deixou na mão do seu conselho.» (Eclo 15, 14.)

[2] *Si quis autem templum Dei violaverit, disperdet illum Deus. Templum enim Dei sanctum est, quod estis vos.* — «Se algum pois violar o templo de Deos, Deos o destruirá. Porque o templo de Deos que sois vós, santo he.» (1 Cor 3, 17.) — *Qui autem dixerit fratri suo: Raca, reus erit concilio. Qui autem dixerit: Fatue, reus erit gehennae ignis.* — «E o que disser a seu irmão, Raca, será réo no conselho; e o que lhe disser, Es hum tolo, será réo do fogo do inferno.» (Mt 5, 22.) — *Et quisquis scandalizaverit unum ex his pusillis credentibus in me, bonum est ei magis si circumdaretur mola asinaria collo ejus, et in mare mitteretur.* — «E todo o que escandalizar hum d'estes pequenos que crem em mim, melhor lhe fóra que lhe atassem á roda do pescoço huma mó d'atafona, e que o lançassem no mar.» (Mc 9, 41.)

[3] *Et requievit Deus die septima ab omnibus operibus suis... Itaque relinquitur sabbatismus populo Dei. Qui enim ingressus est in requiem ejus, etiam requievit ab operibus suis, sicut a suis Deus.* — «E descansou Deos no dia settimo de todas as suas obras. [...] Pelo que resta hum sabbatismo para o povo de Deos. Porque aquelle que entrou no seu descanso: esse tambem descansou das suas obras, assim como Deos das suas.» (Hb 4, 4. 9-10.)

[4] *Anais da Propagação da Fé*, n.º 126, p. 316, e 125.

[5] Veja-se o mandamento (carta pastoral) do bispo de Beauvais, 1844.

[6] N. do T.: O «decádi» era o décimo dia do calendário republicano francês (semana de dez dias), imposto como dia de descanso no lugar do domingo.

[7] A prova evidente de que o ódio à Religião fez substituir o calendário católico pelo calendário republicano está escrita em letras claras nas duas peças seguintes. Um decreto de 13 germinal do ano VI (3 de abril de 1798) diz expressamente que «a observância do calendário francês é uma das instituições mais próprias para fazer esquecer o regime sacerdotal». Uma mensagem de 18 germinal do ano VII (8 de abril de 1799) acrescenta: «Que esse calendário tem por objeto desarraigar do coração do povo a superstição, generalizando em todas as comunas as festas decadárias.»

[8] *Comparatus est jumentis insipientibus.* — «Foi comparado aos brutos irracionaes.» (Sl 48, 21.)

[9] *Et similis factus est illis.* — «E se fez semelhante a elles.» (Sl 48, 21.)

[10] Is 22, 13; 1 Cor 15, 32 (Gaume imprime a frase em itálico, sem referência).

Carta X — Ruína da Saúde

5 de junho.

I

Senhor e caro amigo,

Os ímpios têm entranhas de bronze.[1] Verificada por todos os fatos da história e pelos pormenores contidos em minha última carta, essa palavra de nossas divinas Escrituras vai sê-lo superabundantemente pelas considerações que tenho a submeter-vos hoje. Os ímpios que introduziram entre nós a profanação do domingo, assim como seus continuadores nessa obra de iniquidade, arrancaram ao povo os únicos bens que possuía. Sua religião, não bastava; suas alegrias de família, não bastava; sua liberdade, não bastava; seu bem-estar, não bastava; o sentimento de sua dignidade, não bastava. Resta-lhe um último recurso: a saúde, e é preciso que o despojem dela.

A fortuna do operário é a sua saúde. Ora, a profanação do domingo é a sua ruína. De um lado, o homem não pode trabalhar sempre, é preciso que repouse; de outro, só pode repousar no domingo na igreja ou na segunda-feira na taberna. Devo antes de tudo estabelecer a minha proposição; procurarei em seguida quais são as consequências higiênicas desse duplo repouso.

II

Primeiro, o homem não pode trabalhar sempre. O arco sempre tenso acaba logo por perder a mola. Do mesmo modo, o homem que quisesse trabalhar sempre não trabalharia por muito tempo. As enfermidades precoces, o enfraquecimento dos órgãos, doenças de mais de uma espécie não tardarão a vingar a natureza ultrajada em suas leis e a condenar a um desemprego forçado o temerário que tiver desdenhado conceder-se o repouso mandado pelo Criador. O repouso é, pois, uma lei para o homem: como não pode viver sem comer, não pode viver sem repousar. Queira ou não queira, é preciso que cada noite obedeça a essa necessidade imperiosa de que nenhuma descoberta, nenhum sistema, nenhum progresso conseguiu até aqui torná-lo senhor.

Mas esse repouso de cada dia basta para reparar numa justa medida as forças do homem e mantê-lo por muito tempo em estado de vigor e de saúde? Peçamos a resposta não aos teólogos e aos Padres da Igreja, mas aos filósofos menos suspeitos, aos médicos mais experientes, aos fisiologistas mais hábeis, tanto na França quanto no estrangeiro. Eis primeiro um filósofo contra o qual nada têm a dizer os que combatemos:

> *Que se deve pensar, pergunta Rousseau, dos que querem tirar ao povo as suas festas, como outras tantas distrações que o desviam do trabalho? Essa máxima é bárbara e falsa. Pior para o povo se só tem tempo para ganhar o pão; é preciso-lhe ainda para comê-lo com alegria; sem o que não o ganhará por muito tempo. O Deus justo e benfazejo que quer que se ocupe quer também que descanse. A natureza lhe impõe igualmente o exercício e o repouso, o prazer e a pena. O tédio do trabalho acabrunha mais os infelizes que o próprio trabalho. Quereis tornar um povo ativo e laborioso? Dai-lhe festas... Dias assim perdidos farão valer melhor os outros.*[2]

Segundo Rousseau, o repouso ordinário de cada dia não basta, pois; é preciso, em intervalos regulares, um repouso mais completo.

> *É preciso, diz Cabanis, nas oficinas fechadas; sobretudo naquelas em que o ar se renova com dificuldade. Ali as forças musculares diminuem rapidamente: a reprodução do calor animal languesce, e os homens da constituição mais robusta contraem o temperamento móvel e caprichoso das mulheres. Longe da influência desse ar ativo e dessa viva luz de que se goza sob a abóbada do céu, o corpo se estiola de certo modo, como uma planta privada de ar e de dia; o sistema nervoso pode cair em estupor e, com demasiada frequência, só sai dele por excitações irregulares.*[3]

> *Não é menos preciso, acrescenta um observador judicioso, nas oficinas mais abertas, onde se reúnem grande número de operários. O próprio exercício da profissão e a sua aglomeração não tardam a viciar o ar... a atmosfera logo se vê carregada de ácido carbônico, de miasmas deletérios, de poeira e de moléculas metálicas, coisas todas que introduzem nos órgãos pulmonares agentes de destruição mais ou menos rápidos. Por isso, quase por toda parte onde existem manufaturas, usinas, fábricas, uma indústria de qualquer gênero que exija o concurso de grande quantidade de braços, fica-se impressionado com a espécie de degeneração que se manifesta prontamente nos indivíduos.*

> *Rostos pálidos que conservam uma expressão dura e repelente, o estiolamento da estatura nos homens, uma fisionomia lânguida e dolorosa nas mulheres, crianças que trazem, desde a entrada na vida, as marcas indeléveis da maldição que parece pesar sobre os autores de seus dias: tal é o aflitivo espetáculo que apresentam comumente essas reuniões de operários. Se, para nutrir suas famílias, tiveram de curvar-se toda a semana sobre seus ofícios ou suas*

> *bancadas, que ao menos no domingo cada um deles possa refazer-se das fadigas passadas e recolher as forças que o farão em seguida retomar o trabalho com energia nova.*[4]

> *É preciso aos homens que, trabalhando fora, levam o peso do dia: uns, expostos ao sol, à chuva, ao vento, a todas as intempéries das estações, lavram a terra e depositam em seu seio, com a semente que frutificará, uma porção de sua força e de sua vida; outros exploram, com longos esforços, as florestas e as pedreiras; aqueles descem às entranhas da terra e arriscam a existência no seio dos vapores mortais que encerram as profundezas do globo, expostos a desmoronamentos, a mil acidentes de toda espécie.*[5] *Quem não concebe quanto todos esses homens de profissões tão penosas precisam de um repouso reparador?*

> *É preciso aos homens de gabinete, cujo trabalho age mais que qualquer outro de maneira desastrosa sobre a saúde. É preciso particularmente ainda ao comerciante sentado em seu balcão e àqueles que associa à sua solicitude. Por pouco que se reflita sobre o prodigioso desdobramento de atividade exigido pelo desenvolvimento da indústria, pelo rápido crescimento das relações comerciais, pela extensão das operações diárias dos diversos estabelecimentos de comércio, fica-se persuadido de que um dia periódico de repouso se tornou mais necessário do que nunca. No tempo de nossos pais, mesmo as casas mais modestas onde se vendiam os objetos necessários ao consumo tinham todos os dias certas horas de repouso, durante as quais o comerciante se fechava para tomar em liberdade refeições a que se seguiam alguns instantes de absoluto lazer. Um cliente que se tivesse apresentado para fazer compras teria sido polidamente convidado a voltar em outro momento.*

> *Hoje, nenhuma folga. O comerciante e seu caixeiro fazem às pressas as refeições sem interromper as operações e os cálculos e, em certas cidades, as fadigas do comerciante são ainda aumentadas por vigílias prolongadas, donde essa multidão de doenças cuja lista enche páginas nas fisiologias médicas. Longe, pois, de o dia de descanso religioso ter-se tornado menos útil para essa classe de homens, deve-se reconhecer, ao contrário, que, para eles, seria preciso inventá-lo se não existisse; pois é talvez para eles que esses benefícios mais vêm a propósito.*[6]

III

É, pois, bem evidente que o repouso ordinário de cada dia não basta ao homem; sua saúde exige de tempos em tempos um repouso mais completo. Tal é a conclusão da ciência, e veremos em breve que tal é também a da experiência. Digo mal; pois já a nossa experiência pessoal não nos deixa nenhuma dúvida sobre esse ponto. Mas em que intervalos deve voltar esse repouso para ser verdadeiramente reparador? Se os dias que folgais são demasiado frequentes, o mal-estar, a fadiga da ociosidade e as consequências funestas que engendra desnaturam a vossa instituição. Se intervalos demasiado grandes os separam, subsiste o inconveniente da fadiga demasiado prolongada, e o repouso incompleto só reparará pela metade a perda das forças. Para resolver esse importante problema só há dois meios: a revelação e a observação.[7] Ora, o Deus que criou o homem e lhe mediu as forças lhe disse: Repousarás no sétimo dia. E toda ciência, toda filosofia se inclinou muda diante da lei do Senhor. Fizeram-se, com grande estrépito, ensaios para substituí-la por leis humanas, e essas leis efêmeras tornaram-se objeto de irrisão e de desprezo.

Repousarás no sétimo dia, qualquer que seja a natureza de tuas ocupações, e isso sob pena dos mais graves perigos para tua saúde e mesmo para tua vida: tal é também a conclusão a que conduz a observação aprofundada das leis fisiológicas do homem. Escutemos a respeito um célebre médico protestante, o doutor Farr. Num relatório dirigido ao Parlamento, exprime-se nestes termos:

> *A observância do domingo deve ser contada não só entre os deveres religiosos, mas entre os deveres naturais, se a conservação da vida é um dever e se se é culpado de suicídio ao destruí-la prematuramente. Falo aqui apenas como médico e sem me ocupar de maneira alguma da questão teológica.*[8]

Assim, a menos de acusar o próprio Deus de imprevidência, a revelação de mentira, a observação mais conscienciosa de devaneio, nossa experiência pessoal de ilusão, é preciso reconhecer duas coisas: a primeira, que o repouso é necessário ao homem; a segunda, que o repouso ordinário de cada dia não basta e que é preciso dar a um repouso mais completo um dia em sete. É um ponto doravante adquirido para a discussão.[9]

Recebei, etc.

Notas

[1] *Viscera autem impiorum crudelia.* — «Mas as entranhas dos ímpios são crueis.» (Pv 12, 10.)

[2] *Carta a d'Alembert.*

[3] *Rapports de physique*, etc., t. II, p. 215.

[4] Perennès, *Instituição do domingo*, p. 108.

[5] Ibid.

[6] Perennès, *Instituição do domingo*, p. 112.

[7] Perennès, *Instituição do domingo*, p. 116, 118.

[8] *Archives du Christ*, 1833, p. 183 e seguintes.

[9] Poder-se-iam citar como objeções o exemplo dos chineses, dos indianos etc., que não respeitam o repouso do sétimo dia. Respondo: 1º Que esses povos têm, contudo, em diferentes estações, dias de repouso, como no ano-novo, que celebram com oito e doze dias de festa; no pequeno ano-novo, isto é, no meio do ano, e mesmo na renovação da lua; 2º que, em consequência de suas preocupações exclusivamente materialistas, são enervados: a moleza e a covardia formam o seu caráter; a imoralidade está entre eles no auge; a miséria em permanência; as doenças epidêmicas são ali mais terríveis e mais frequentes; 3º que, em razão da diferença de clima e de hábito que os obriga a prolongar muito mais que nós o repouso cotidiano, é possível que o repouso regular do sétimo dia lhes seja menos necessário. Mas na Europa, com a nossa atividade devoradora, com a nossa vocação intelectual, concebe-se igualmente a indispensável necessidade de um repouso regular.

Carta XI — Ruína da Saúde (conclusão)

10 de junho.

I

Senhor e caro amigo,

O que me dizeis em vossa resposta sobre a incredulidade de certos homens a respeito do fato de Rimini[1] nada tem que deva causar espanto, e no entanto toca o prodígio. Eis, com efeito, homens que se dizem espíritos fortes, espíritos superiores, espíritos avançados, e que o creem ainda mais do que o dizem; homens que, a cada dia, admitem, na fé de dois ou três de seus semelhantes, anedotas, fatos, doutrinas de que mil outros pretendem ter ótimas razões para duvidar, e que as admitem como palavra de Evangelho, como base de governo, como regra infalível de conduta. E esses mesmos homens, sem motivo confessável, negam um fato retumbante, repetido cem vezes durante quinze dias em presença de milhares de testemunhas, sãs de corpo e de espírito, que o atestam como poderiam atestar a sua existência.

Eis uma obstinação que certamente toca o prodígio; mas a sua pretensão o toca muito mais. Não querem admitir o milagre de Rimini e pretendem fazer admitir outro diante do qual empalidecem todos os que já foram feitos, inclusive a criação do mundo: é o milagre da miragem em sessenta mil pessoas, durante quinze dias!!! Em matéria de milagres, vedes que a incredulidade não vai de mão leve. Quanto a mim, católico como sou, confesso que minha fé não é bastante robusta para engolir tal cobra; e, se só se pode ser incrédulo a esse preço, renuncio a isso.

Perguntais-me a causa dessa negação tão perfeitamente ridícula; esquadrinhai, não o espírito, mas o coração desses senhores, e a encontrareis. Num dos recantos mais ocultos desse pobre coração jaz uma razão de não crer, e essa razão é um interesse: então tudo vos será explicado. Deixai-vos prender o dedo nas engrenagens de certas máquinas, e será preciso que todo o vosso corpo passe entre os cilindros. Admitir um milagre, um só, é deixar-se prender nas engrenagens do catolicismo. Ora, estai certo de que não admitirão esse milagre, ainda que fosse a ressurreição de um morto; pois, por nada deste mundo, querem deixar-se laminar pelo catolicismo: um interesse se opõe.

Se duvidais, faço-vos uma aposta. Suponhamos que amanhã a Assembleia legislativa decrete que quem quer que, no território da República francesa, creia que dois e dois são quatro será obrigado, sob pena de morte, a confessar-se: ouso apostar que, depois de amanhã, haverá cinquenta jornais e cinquenta mil homens que terão provado, por cinquenta razões melhores umas que as outras,

que dois e dois não são quatro; que isso não está demonstrado; que não podem crê-lo; que nunca o creram. Eis o homem! É sempre o coração que lhe dá dor de cabeça.

II

Atribuí, por favor, senhor representante, a vós sozinho a minha digressão: foi a vossa carta que a ela me arrastou. Aliás, não creio ter-me afastado muito de meu assunto, pois ainda hoje tenho incrédulos a convencer. Ora, depois de estabelecer a absoluta necessidade do repouso septenário para a saúde, chego à segunda parte de minha proposição, e digo que o homem só pode repousar no domingo na igreja ou na segunda-feira na taberna.

Ao sustentar que o homem só pode repousar no domingo ou na segunda-feira, compreendeis que não falo de um poder absoluto. Sei perfeitamente que é lícito ao homem escolher, para o seu repouso, o dia que lhe apraz; mas raciocino segundo um fato constante e feito hábito. Ora, esse fato, que cada um vê com seus olhos, é que na realidade o trabalho só é suspenso no domingo ou na segunda-feira. Tal é o poder desse hábito que o industrial, o negociante, o operário não poderiam, sem excitar a surpresa geral e provocar as zombarias de toda natureza, tomar a quarta ou a quinta-feira, por exemplo, para entregar-se ao repouso. Resta, pois, escolher entre o domingo e a segunda-feira, entre o repouso da igreja e o repouso da taberna. Vejamos qual dos dois é verdadeiramente reparador, verdadeiramente higiênico.

III

> *Se se atenta, continua o médico inglês já citado, que a religião produz a paz da alma, a confiança em Deus, os sentimentos interiores de bem-estar, não se tardará a convencer-se de que é uma fonte de vigor para o espírito e, por intermédio do espírito, um princípio de forças para o corpo. O santo repouso do domingo põe no corpo um novo germe de vida. O exercício laborioso do corpo e do espírito, assim como a dissipação dos prazeres sensuais, são inimigos do homem, tanto quanto uma profanação do sábado, ao passo que o gozo do repouso na família, gozo unido aos estudos e aos deveres que impõe o dia do Senhor, tende a prolongar a vida humana. É a única e perfeita ciência que torna o presente mais certo e assegura a felicidade do futuro.*

> *É verdade que o eclesiástico e o médico devem trabalhar no domingo pelo bem da comunidade; mas considerei essencial à minha conservação restringir o meu trabalho do domingo ao estritamente necessário. Observei muitas vezes a morte precoce dos médicos que trabalham continuamente: isso é sobretudo visível nos países quentes. Quanto aos eclesiásticos, aconselhei-os a repousar outro dia da*

> *semana. Conheci vários que morreram por causa de seus trabalhos nesse dia, por não terem tomado em seguida um repouso equivalente. Conheci também homens parlamentares que se destruíram por haverem negligenciado essa economia da vida. Em resumo, o homem precisa que seu corpo tenha repouso um dia em sete e que seu espírito se entregue à mudança de ideias que traz o dia instituído por uma inefável sabedoria.*[2]

Assim, uma feliz diversão aos pensamentos que, durante toda a semana, ocuparam o espírito e fatigaram os órgãos, a calma da alma, o apaziguamento do coração, a oração, a conversa consigo mesmo e com Deus, a pompa das cerimônias, a gravidade e a unção da palavra santa, o silêncio que reina por toda parte, as alegrias da família, a lembrança dos antepassados cujo túmulo se visitou, a aspiração do ser inteiro para o céu: todas essas coisas colocam o homem como num mundo novo, fazem-no respirar numa atmosfera mais pura e são maravilhosamente próprias para repousar a um tempo o corpo e a alma. Sem ser fisiologista nem médico, concebe-se sem dificuldade quanto tal repouso é higiênico e reparador.

IV

Tal é o repouso do domingo. Será o mesmo o repouso da segunda-feira? Evidentemente não; pois o repouso da segunda-feira não é o repouso da alma e do corpo. O repouso da segunda-feira é o repouso na devassidão, pois é o repouso na taberna: longe de ser benfazejo, esse repouso é mais mortífero que o trabalho. Crer-se-á, por acaso, que o excesso na comida e na bebida; que o uso exagerado dos licores fortes; que as vigílias prolongadas na orgia; que as paixões superexcitadas pelo vinho, por cantos ou discursos obscenos; que os arrebatamentos, as querelas, as rixas; que a subversão de todos os hábitos de ordem e de sobriedade são bons meios higiênicos, capazes de substituir equivalentemente o salutar repouso do domingo e perfeitamente próprios para reparar as forças esgotadas, firmar o temperamento e manter a saúde? Pôr a questão é resolvê-la.

Admito que a profanação do domingo e o repouso funesto da taberna, que é a sua consequência ordinária, não conduzam subitamente à doença ou à morte. Contudo, tende por certo que os chamam, uma e outra. Ninguém zomba de Deus impunemente: nem do Deus autor das leis morais que regulam as condições da vida da alma, nem do Deus autor das leis físicas que presidem à conservação da vida e da saúde do corpo. A intemperança do trabalho, tanto quanto a intemperança da mesa, é a violação da primeira lei higiênica que Deus deu ao homem, e a intemperança faz morrer mais gente que a espada.

Interrogai a experiência. Sobre quem recaem principalmente as doenças contagiosas? Para quem são as febres endêmicas? Em que classes, entre que homens a suor miliar e o cólera fizeram recentemente mais vítimas? Por toda parte vos dirão que é nas classes laboriosas e entre os homens que a profanação habitual do domingo preparara para esses terríveis flagelos, minando-lhes a constituição por um trabalho excessivo e conduzindo-os à intemperança e à irregularidade nos hábitos de viver: tal é a regra. Há três mil anos o Criador e médico do homem lhe predisse que o cólera seria o castigo da intemperança, isto é, do desprezo das leis higiênicas estabelecidas pela

Providência, e entre essas leis higiênicas, provamo-lo, a que ocupa o primeiro lugar é a lei do repouso semanal.[3]

Que revelações assustadoras não teria a ciência a fazer-nos em prova do que avanço, se quisesse pesquisar, com o facho da fé na mão, as causas primeiras do suicídio e da loucura, essas epidemias morais que se estendem como uma lepra hedionda sobre os povos modernos! Nem vós nem eu, senhor, duvidamos, e ninguém pode duvidar: um lugar largo, muito largo, é aqui ocupado pela violação da lei higiênica do repouso sagrado.

O que posso dizer é que, ao testemunho dos médicos especialistas, em cem casos de loucura, noventa e dois devem ser atribuídos ao excesso das paixões, principalmente do orgulho e da volúpia. Ora, onde se exaltam sobretudo as paixões das classes laboriosas, que formam dois terços da França? Onde se esquentam as cabeças com propósitos anárquicos, excitadores do orgulho? Onde se consome com excesso o vinho, pai da luxúria? Não é nas tabernas? E quem povoa as tabernas? Não é, antes de tudo, a profanação do domingo?

O que posso dizer ainda é que os conselhos de revisão constatam a degeneração rápida da espécie nos países onde o domingo é habitualmente profanado, a ponto de, em cem jovens, apenas vinte se acharem aptos para o serviço; todos os outros são estiolados.

O que posso dizer, enfim, embora o saibais melhor que eu, é que as municipalidades dos grandes centros de indústria reclamaram energicamente e por várias vezes as medidas mais urgentes para obter o repouso do domingo e regulamentar as condições do trabalho que esgota a população. Com efeito, a situação é gravíssima. Duas ou três provas apenas. Em 1837, o Sena Inferior tinha de fornecer um contingente de 1.609 homens: foi preciso reformar 2.044. A cidade de Rouen, inscrita por um contingente de 184, apresentou 317 reformados; assim, para ter 100 homens válidos foi preciso rejeitar 166. Em Mulhouse chegou-se à cifra de 100; em Elbeuf, a 168; em Nîmes, a 147.

> *Segundo o relatório de oficiais experientes, a constituição de nossos soldados é, em geral, das mais débeis. Disso resulta grande perda de efetivo quando se entra em campanha; e essa consequência foi tão notada que muitos escritores militares atribuíram ao estado físico de nosso exército os desastres que, em 1813 e 1814, atingiram a França. De 300.000 conscritos, um terço entrava no hospital nos dois ou três primeiros meses de campanha; pois esses pobres rapazes, tão bravos nos campos de batalha, já sem forças para carregar as armas nas marchas forçadas ou enfrentar as intempéries dos bivaques, sucumbiam à nostalgia, ao tifo e a todas essas doenças epidêmicas que haviam feito de Dresden, de Mogúncia, em 1813, e de Paris, em 1814, vastos e gloriosos túmulos.*[4]

V

Eu poderia multiplicar esses pormenores aflitivos; mas são dados em outro lugar, e paro.[5] Fica, pois, bem estabelecido que a lei da santificação do domingo é uma lei higiênica em primeiro grau; que, por ela, Deus protege a saúde do homem contra um duplo perigo: o egoísmo do patrão que quisesse exigir um trabalho mortífero e o ardor inconsiderado do operário pelo trabalho, assim como os excessos de um repouso funesto.

O homem não quis levá-la em conta, e toda a economia de sua existência foi perturbada. Religião, sociedade, família, liberdade, bem-estar, dignidade, saúde, rico patrimônio que fazia a felicidade de seus avós e que devia fazer a sua, vê tudo isso cair em ruínas, e essas ruínas, que não o esqueça, são humanamente irreparáveis. Mais um pouco, e, se não se apressa a recolocar-se sob a lei que sozinha garante todos esses bens, perecerá corpo e alma nas convulsões da mais horrenda anarquia que jamais espantou o mundo, e ninguém o lamentará. Ao contrário, todos os que ouvirem os seus gritos de dor sacudirão a cabeça e dirão: não tem senão o que merece; os avisos não lhe faltaram; quis ir à espada, que vá à espada; à morte, que vá à morte; à miséria e à escravidão, que vá à miséria e à escravidão![6]

Povo infortunado! Tem, pois, enfim piedade de ti mesmo: reconhece o erro fatal de que és vítima. Desviado por um sentimento funesto de independência, sacudiste o jugo de teu pai; e, como o pródigo do Evangelho, caíste numa vassalagem ignominiosa. Buscaste a glória e achaste a vergonha. Ser inteligente, tornaste-te máquina. Rico, és o motor dela; pobre, és a engrenagem. Esses nobres filhos do povo, sobretudo, essa alma, essa vida, esse sangue da França, que se tornaram ao tornar-se profanadores? Já não tomam lugar em nossos santos templos, e a cupidez os lançou em redutos insalubres e corruptores.[7] Já não vos servem, ó bom e divino Mestre! E, graças à irreligião, as condições do trabalho e da domesticidade tornam-se para eles, dia a dia, mais duras e mais acabrunhantes!

> *Pobre povo! Quando abrirás os olhos? Homens de lida, servidores, operários, artesãos, imensa família de trabalhadores tão cara à Igreja, quando reconhecereis que vos enganam e vos perdem? Pregaram-vos, em nome da liberdade, o desprezo do domingo: ah! Não sentis que o jugo se agravou sobre vossos ombros e que o egoísmo vos trata agora com altivez insultante? Fez-se diante de vós grande alarde das perdas que vos ocasiona o repouso religioso: ah! Não vedes que existe para vós um repouso a um tempo mais ruinoso e mais humilhante, o da taberna e o da enfermidade que vem no encalço da devassidão ou de um labor excessivo? Cristãos, reconhecei vossa dignidade; e, para compreendê-la, vinde cada domingo reunir-vos em torno dessa tribuna sagrada, onde o sacerdote de Jesus Cristo vos redirá vossa origem toda celeste, o preço de vossa redenção, que é o sangue de um Deus, vosso sublime destino, que é a posse de uma felicidade sem fim e sem medida.*[8]

A esses paternos avisos dados aos povos, minha próxima carta acrescentará alguns conselhos a seus mandatários.

Recebei, etc.

Notas

[1] N. do T.: Alusão aos prodígios de 1850 em Rimini (Itália), em que imagens de Nossa Senhora foram vistas movendo os olhos diante de multidões, durante cerca de quinze dias.

[2] *Archives du Christ*, 1833, 168.

[3] *Vigilia, cholera, et tortura viro infrenato; in multis escis erit infirmitas, et aviditas appropinquabit usque ad choleram.* — «Vigília, cólera, e ânsias terá o homem intemperante: porque nas muitas viandas estará a doença, e a glotoneria chegará até à cólera.» (Eclo 31, 23; 37, 33.)

[4] *Influência das fábricas*, etc.

[5] *História da sociedade doméstica*, t. II, cap. 8 e 9.

[6] *Qui ad mortem ad mortem; et qui ad gladium ad gladium; et qui ad famem ad famem; et qui ad captivitatem ad captivitatem.* — «O que para a morte, para a morte: e o que para a espada, para a espada: e o que para a fome, para a fome: e o que para o cativeiro, para o cativeiro.» (Jr 15, 2.)

[7] Na França, a escola economista inglesa segue as pegadas da Inglaterra. Ora, das tábuas de mortalidade da Inglaterra, levantadas em 1848, resulta um dado curioso, a saber: que o soldado combatendo na trincheira de uma cidade sitiada, ou num campo de batalha, em presença dos mais bravos de seus inimigos, está exposto a menos chances de morte que o habitante de certas cidades manufatureiras da Inglaterra, como Manchester, Liverpool etc. A chance de morte no cerco de Antuérpia era como 1 para 68; no cerco de Badajoz, 1 para 54; na batalha de Waterloo, 1 para 30. Para o operário de Liverpool, a chance de morte é como 1 para 19; para o tecelão de Manchester, como 1 para 17; para o cuteleiro de Sheffield, como 1 para 14.

[8] Pastoral do bispo de Beauvais, 1844.

Carta XII — Remédio para o mal

20 de junho.

I

Senhor e caro amigo,

Ao começar nossa correspondência, eu vos dizia que a Europa está doente, gravemente doente; repito-vo-lo, ao terminar, com convicção ainda mais viva e que partilhais comigo. Acrescentava que, se queremos salvar-nos sozinhos, nada salvaremos. É preciso, digo-o de propósito, é preciso que Deus venha em socorro da sociedade moribunda por um desses prodígios extraordinários que Ele sempre pode operar. Mas, para que o opere, é preciso que o queiramos, ou antes, que queiramos aproveitá-lo.

Conheceis a profunda palavra de um Padre da Igreja: *«Deus, que vos criou sem vós, não vos salvará sem vós.»*[1] Isso é verdade na ordem da natureza como na ordem da graça; o homem não vive contra a vontade; é preciso que consinta em observar as leis de sua vida. Isso é verdade das nações como dos particulares. Ora, o único meio de a sociedade prolongar a sua existência e curar-se é voltar a Deus, submetendo-se de novo às condições necessárias de sua existência e de sua saúde. O primeiro ato social desse retorno deve ser a santificação do dia que o soberano Mestre se reservou, porque o cumprimento desse dever conduz à prática de todos os outros, assim como a violação acarreta a ruína da religião inteira. Graças às considerações que vos submeti, essa dupla verdade, espero ao menos, chegou, para todo homem de boa-fé, à evidência de um axioma.

II

Como torná-la prática? Tal é agora a questão. Pode ser resolvida de duas maneiras: espontânea ou legalmente. A primeira seria de longe a mais honrosa e a melhor; a segunda é mais imediatamente aplicável e de efeito mais geral: digamos uma palavra de uma e de outra.

O primeiro meio de fazer cessar a profanação do domingo é o acordo geral de todos os cidadãos. Na aplicação, esse acordo se formula por compromissos, com ou sem multa, firmados entre as partes interessadas. Em consequência, os negociantes, os empreiteiros, os chefes de oficina, os industriais obrigam-se, uns a não vender, outros a não fazer trabalhar aos domingos nem nos dias santos de guarda.

Para tornar esse compromisso de execução a um tempo mais fácil e mais segura, cada corpo de ofício obriga-se em particular, e por uma convenção especial, a respeitar a lei sagrada do repouso. Desde então, todas as razões de interesse que se opõem à santificação do domingo perdem o valor, para o corpo de ofício signatário do compromisso, seja qual for aliás a conduta das outras profissões. Por exemplo, numa cidade ou localidade qualquer, os seleiros, os joalheiros, os marceneiros, os carroceiros continuam a profanar o domingo: que prejuízo pode daí resultar para o pedreiro, o serralheiro, o lojista de novidades, o sapateiro, o alfaiate, cujos confrades todos recusam o trabalho ou a venda? Será preciso bem que a freguesia volte em outro dia. Se se conseguir, numa cidade, fazer passar compromissos semelhantes entre todos os corpos de ofício, chegareis sem esforço ao repouso semanal.

Como meio de ajudar essas transações sancionando-as, os católicos deveriam fazer outra. Consiste em tomar o compromisso de favorecer os comerciantes e os operários religiosos observadores do domingo. Para isso, basta dirigir aos profanadores um raciocínio bem simples, cuja justeza não pode deixar de impressioná-los. A suspensão da venda ou do trabalho nos domingos e dias santos vos ocasionaria, dizeis, uma perda considerável a que vos é impossível resignar-vos. Queremos bem crê-lo; mas, nesse caso, não achareis mal que procuremos indenizar os que, entre vossos confrades, consentem em expor-se a ela. Assim, não vos espanteis se doravante lhes damos a nossa freguesia e lhes procuramos a de nossos amigos. Pode-se estar certo, esse meio não será sem influência; e quem pode negar que seja de boa guerra?

A esse conselho permitir-me-ei acrescentar uma pergunta e perguntar a nossos bons católicos se vários não teriam alguma censura a fazer-se sobre a santificação do domingo. Diz-se com verdade que, se não houvesse compradores, não haveria vendedores. Ora, há infelizmente muitos compradores no domingo: são todos sem religião? Vosso país e o meu, senhor representante, me são particularmente conhecidos. Pois bem! Vimos em vosso país certos patrões, bons católicos, mandar seus criados fazer compras no domingo; esquecer de estipular em seus contratos com os empreiteiros que não se trabalhará nem no domingo nem nos dias santos; certas senhoras, igualmente boas católicas, percorrer entre os ofícios, e isso sem escrúpulo, as lojas de modas, de joalheria, de novidades etc.; pô-las de pernas para o ar para encomendar ou escolher objetos que, dizem, estão longe de ser de primeira necessidade; fazer visitas na própria hora dos ofícios da tarde, sem receio de os perder ou de os fazer perder aos outros.

No meu país, é-se passavelmente exigente e, católicos que sejam, não se quer mudar nada nas horas de suas refeições, embora se exponham muitas vezes os criados a sacrificar o serviço de Deus ao serviço dos patrões; atormentam-se com muita frequência os patrões e os operários para ter a obra no domingo: tolera-se que a tragam nesse dia; chega-se mesmo a queixar-se se não o fazem e a ameaçá-los, em caso de reincidência, de recorrer a outros. Quem sabe se, nos outros países, esses pormenores não poderiam acrescentar-se utilmente ao exame de consciência dos bons católicos?

III

Seja como for, chegar por um acordo espontâneo à supressão do trabalho seria, repito, o meio mais honroso diante dos homens e o mais útil diante de Deus. Mas supõe já um povo, se não

cristão, ao menos em via de tornar-se. Por infelicidade, ainda não chegamos a isso: por isso, grande é o capítulo dos obstáculos. Difíceis de formar, esses compromissos são ainda mais difíceis de manter. Não é sem muitas penas e diligências que se consegue fazê-los consentir pela totalidade dos comerciantes, dos industriais, dos membros de uma mesma profissão. Alguns recalcitrantes só precisam recusar para tornar a convenção impossível: ora, não é raro encontrá-los.

É preciso dizê-lo, de rosto corado: o interesse espiritual, igual para todos, não é ordinariamente o verdadeiro motivo da transação; é o interesse material, variável para cada um. Não faltam negociantes nem industriais que, antes de se comprometer, fazem secretamente os seus cálculos para saber se há para eles mais a perder que a ganhar na cessação da venda e do trabalho. Se veem nisso lucro, assinarão; se não veem, talvez assinem ainda; mas, se há perda, tende por certo que não assinarão. Não lhes faleis de consciência nem de pecado; não compreendem essa linguagem: em sua balança, o interesse de sua alma pesa menos que uma moeda. Persuadi-vos de que, ao assinar o compromisso, não é um ato religioso que fazem, é um cálculo.

Uma vez estabelecidas as convenções, muitas causas tendem a rompê-las. Apresentam-se ocasiões imprevistas; o negociante, o chefe de oficina são vivamente solicitados. O lucro é bom; deixa-se ganhar; viola-se o contrato o mais secretamente possível. Logo, porém, a fraude é conhecida; vêm as reclamações ou as multas. O azedume se mistura, o mau exemplo se espalha e, no termo da convenção, ninguém quer renová-la. Acrescentemos que esses compromissos são muito frequentemente insignificantes para conduzir ao fim, que é a santificação do domingo. Uns obrigam a fechar as lojas e as oficinas desde o meio-dia, outros somente desde as duas horas; em todo caso, a profanação do domingo está consumada. Enfim, não são aplicáveis em toda parte. Em todas as localidades não se encontram corpos de ofício; e, ainda que os houvesse, os habitantes do campo, os agricultores, cujos interesses não são indivisos como os dos operários, ficam forçosamente fora dessas salutares associações.

IV

Apesar de todas as dificuldades que apresenta, esse primeiro meio de chegar à observância do domingo parecer-me-ia possível se tivéssemos a vontade séria de voltar a ser cristãos. Já que tais não são ainda as nossas disposições, o meio legal parece-me o mais seguro e o único imediatamente aplicável. De que se trata, com efeito? Trata-se de fazer uma lei que proíba profanar o domingo, isto é, ultrajar a religião da maioria e violar a liberdade dos católicos; ou antes, trata-se simplesmente de fazer executar uma lei já existente, que conserva todo o seu vigor, pois nunca foi revogada. Não preciso nomeá-la: é a lei de 18 de novembro de 1814, confirmada várias vezes, desde 1830, pelos acórdãos da Corte de cassação. Tal é o ato verdadeiramente político, porque verdadeiramente cristão, que vos incumbo, senhor e caro amigo, de obter da Assembleia legislativa. Fazendo-o, ela terá bem merecido da França, da Europa, da sociedade inteira. Ora, ela o pode e o deve.

V

Ela o pode. A Assembleia é soberana. O ato que solicitamos não é apenas possível, é fácil. A menos de admitir para a sociedade uma condenação à morte sem apelação e sem prorrogação, tudo o que é necessário à sua existência é possível. Ora, creio ter estabelecido a indispensável necessidade da santificação do domingo, seja qual for o ponto de vista social sob o qual se encare a questão.

Além disso, esse ato é fácil, mais fácil hoje do que nunca. De um lado, a atividade comercial não é a mesma de antes da Revolução de fevereiro; há um abrandamento geral nos negócios, e seis dias por semana bastam para despachá-los. O próprio desemprego ainda se faz sentir em grande número de pontos: tantas razões para facilitar a aceitação da lei. De outro lado, os grandes acontecimentos que abalam a Europa não foram de todo perdidos para a instrução dos povos; uma vaga necessidade de religar-se à Religião se fez sentir, e a santificação do domingo é uma das bases da Religião; nova razão que facilitará a aceitação da lei.

Essa necessidade da Religião não ficou em estado de sentimento vago e indefinido: traduziu-se pelo desejo formal, manifestado aos quatro cantos da França, de ver a lei sagrada do repouso semanal prontamente restabelecida em toda parte.

Não relatarei as petições, tão fortemente fundamentadas, que nossas mais importantes praças de comércio, como Rouen, Bordéus, Toulouse, Marselha, Lyon etc., etc., dirigiram ao governo; podeis lê-las nos arquivos da Câmara. Uma voz ainda mais forte acaba de fazer-se ouvir: é a voz da agricultura, das manufaturas e do comércio da França inteira. Seus delegados, reunidos em conselho geral em Paris, no mês passado, exprimiram-se pela boca do Sr. Charles Dupin em termos tão formais que me permitireis relatá-los:

> *Considerados sob o ponto de vista mais estreito e mais vulgar, a regularidade, a uniformidade dos dias consagrados ao repouso são um benefício para o próprio trabalho.*

> *Eis por que se submeteu ao domínio da lei puramente humana a cessação do trabalho em certos dias periódicos, não só quando o legislador obedecia aos princípios comuns a todas as crenças religiosas, mas quando negava esses princípios, como no tempo dos decádis.*

> *É que, com efeito, um repouso periódico, nem demasiado afastado, nem demasiado próximo, é necessário ao homem para dar à sua força a maior energia. Esse repouso serve para completar a reparação, muitas vezes imperfeita, das perdas acumuladas pela continuidade dos dias de labor.*

> *Para nós, senhores, razões de uma ordem mais elevada fazem-nos um dever, não só industrial e manufatureiro, mas ainda político, moral e religioso, dos dias de repouso estabelecidos em intervalos regulares. A esses dias é reservado o cumprimento dos trabalhos da alma: a homenagem em comum prestada pelo povo ao Criador do universo; a festa interior da família, em que a ausência do trabalho deixa lugar e lazer à revista (perdoai-me a palavra), à revista que o pai e a mãe fazem a um tempo da infância e do lar doméstico. Enfim, cumpridos todos os deveres, o mais belo espetáculo que pode oferecer um povo civilizado não é o de todas essas famílias laboriosas, adornadas com o fruto de seu trabalho e percorrendo com decente alegria os lugares públicos embelezados por nossas artes? (Aprovação.)*

> *Eis a celebração de nossas festas, de nossos domingos, tal como os povos cristãos a concebem e a praticam, tal como a desejam todas as famílias honestas e patrióticas. (Muito bem! muito bem! — Viva aprovação.)*

> *Não é assim que a entendem o vício e a desmoralização. Trabalhar no domingo, quando o repouso é a regra, é ostentar a sua independência, calcar aos pés a lei comum, é fazer liberdade; arrastar atrás de si a mulher e os filhos, ainda que para passear, é pesar sobre a sua cadeia e submeter-se à decência. Fora esses passatempos! A ociosidade nada perderá. Quando, ao contrário, na segunda-feira, os filhos e a mulher tiverem voltado ao trabalho, à escola, ao aprendizado, a independência tomará impulso. Quanto mais fugir do centro da cidade e do foco do remorso, mais saboreará os grosseiros prazeres que preza o seu egoísmo. Eis o quadro, demasiado fiel, dessas desordens fora da barreira que concorrem para a ruína, para a desmoralização de tão grande número de famílias. (Muito bem!)*

> *Aplaudamos a lei que dará os meios de pôr termo a essas desordens; será para o povo um benefício imenso.*

> *Pedimos que o trabalho ostensivo seja formalmente proibido nos domingos e nos dias santos reconhecidos pela lei.*

> *Pedimos, e coramos de ter de pedi-lo, que seja vedado ao governo inserir qualquer cláusula em seus contratos para permitir, nos dias feriados, a execução de obras públicas, quaisquer que sejam.*

> *Pedimos que os chefes patentados de oficina, de usina e de manufatura não possam fazer trabalhar no domingo; pedimos que sejam condenados à multa por cada infração, proporcionalmente ao número de seus operários.*

Na expectativa da realização desses votos, várias cidades já deram o exemplo de uma gloriosa iniciativa. Em Besançon, em Marselha, em Gex etc., etc., os conselhos municipais e diversos corpos de ofício comprometeram-se espontaneamente a respeitar o domingo. Elbeuf distinguiu-se nessa inteligente cruzada contra o mal que nos invade. Em janeiro deste ano, ali se concebeu o projeto de fazer cessar o trabalho e a venda do domingo. De duzentos e vinte e cinco negociantes domiciliados na cidade, duzentos e vinte assinaram com presteza. No primeiro domingo de fevereiro, o compromisso foi posto em execução. Essa medida causou satisfação universal. Patrões e operários, patrões e empregados deram-se dois meses de folga por ano sem perder um óbolo. Além disso, fizeram uma boa ação, que Deus não deixará sem recompensa, mesmo temporal. Tal é a sua conscienciosa fidelidade que escreveram a seus correspondentes para informá-los de seu regulamento, a fim de que dele se lembrassem em suas relações comerciais. Honra à cidade de Elbeuf! O que ela fez, por que outras não o fariam?

VI

Não só as cidades e os particulares desejam o repouso sagrado do domingo, mas o próprio governo. Vai mais longe: ordena-o. Conheceis as circulares dos ministros da marinha, da guerra e das obras públicas. Cada um, em seu departamento, proíbe, nos domingos e dias santos, os trabalhos dependentes do Estado, assim como os exercícios militares ou revistas que tirariam aos soldados a facilidade de assistir ao ofício divino. Permitir-me-eis citar a do ministro das obras públicas, dirigida aos senhores prefeitos, engenheiros e arquitetos encarregados de dirigir as obras públicas:

Paris, 20 de março de 1849.

> *Senhor,*

> *A melhoria da sorte dos operários é objeto da constante preocupação do governo da República. Estais em condições de apreciar os esforços da*

> *administração para aumentar, dentro do limite dos recursos financeiros, o desenvolvimento das obras públicas e particulares.*

> *Mas, ao lado do trabalho que faz viver, colocarei sempre a melhoria da condição moral, a satisfação das necessidades da inteligência que elevam e fortalecem em todos o sentimento da dignidade pessoal, e a facilidade deixada ao operário de exercer livremente os deveres da religião e da família.*

> *O repouso do domingo é, pois, necessário ao operário; é preciso que seja respeitado sob o duplo ponto de vista da moralidade e da higiene. O exemplo, a esse respeito, deve ser dado pelas administrações públicas, nos limites que lhes impõem as exigências legítimas e a liberdade, a que o governo entende não trazer nenhuma ofensa.*

> *Em consequência, decidi, senhor, que doravante nenhum trabalho terá lugar, nas oficinas dependentes das obras públicas, no domingo e nos dias feriados, para os operários empregados por jornada por conta do governo. No caso em que circunstâncias excepcionais justifiquem uma derrogação a essa regra, deveis requerer as autorizações necessárias, com tempo bastante para que a autoridade competente possa apreciar-lhes a oportunidade.*

> *Convido-vos, ao dar a conhecer a minha decisão a esse respeito aos agentes colocados sob vossas ordens, a tomar as medidas necessárias para assegurar-lhe a execução.*

> *Recebei, senhor, a segurança de minha consideração mui distinta.*

> *O ministro das obras públicas,*

> *T. Lacrosse.*

VII

Enfim, acabo de ler, e muitos outros como eu, com indizível satisfação, o relatório de vosso honrado colega, o Sr. Desferris, sobre o novo projeto que, espero, será logo submetido, não digo às deliberações, mas à aprovação da Assembleia. Quem ousaria combatê-lo? Evidentemente, só aqueles que juraram a subversão total da religião e da sociedade, isto é, os inimigos do povo, e, gosto de crê-lo, a Câmara não conta nenhum em seu seio. Se fosse de outro modo, é bastante forte e bastante sábia para fazer boa justiça de suas declamações.

Aliás, que meios podem alegar? A neutralidade obrigatória do Estado nas coisas de religião? Mas não é uma lei religiosa que se pede, é uma lei de polícia, uma lei de necessidade social. Ao legislador, fazer cessar o trabalho; à religião, santificar o repouso. É a resposta peremptória que foi dada de antemão por vosso honrado relator:

> *“No estado de sociedade, diz ele, as relações criadas por nossas necessidades não podem ser interrompidas ao capricho de cada um sem prejuízo para todos; por isso os dias de repouso devem ser regularmente fixados. Ora, uma nação tem bem o direito de escolher, para seus dias de repouso, as festas estabelecidas pela religião do maior número e de obrigar todos os cidadãos a observá-las, desde que nenhum deles seja forçado a fazer ato contrário a suas opiniões religiosas, nem molestado no livre exercício de seu culto.*

> *“Aliás, quando a lei prescreve o repouso durante as festas instituídas pela religião católica, o cidadão que não a professa é obrigado a observar esses dias de repouso, não para obedecer a um preceito religioso, mas para obedecer a uma lei de polícia obrigatória para todos os cidadãos, qualquer que seja a sua religião.*

A oposição da opinião pública? Sim, a opinião de alguns homens que têm olhos para não ver, ou que têm todo interesse na imoralidade, porque sabem muito bem que um povo imoral é sempre um povo fácil de explorar em proveito da anarquia. Quanto à opinião dos homens honestos e seriamente preocupados com o perigo da situação, os fatos e as peças citados há pouco provam que acolherá com reconhecimento essa medida de salvação pública.

Vedes que a questão está madura, a atenção despertada, a opinião vos é favorável: a Assembleia pode, pois, fazer uma lei; mas, em nome de Deus, que não nos faça uma meia lei! Que se desprenda das lembranças retrógradas de um tempo que não é mais: 1814 e 1830 passaram.

Entre as oposições de então e as ideias de hoje há mais de um século de intervalo. Que se guarde dos homens políticos, dos hábeis, dos conciliadores, dos ecléticos: seus conselhos, sempre marcados com o cunho da fraqueza, fizeram abortar todos os projetos de lei sobre o trabalho nas manufaturas. Que se lembre de que aqui, mais que em outra parte, a franqueza é a força, e a força é a lei. Que se inspire, pois, do preceito divino e traduza, em artigos precisos, a interdição de toda obra servil, negócio ou trabalho, publicamente realizada. Uma meia lei, crede-me, não contentará ninguém: para uns será demais, para outros será de menos. Não remediará o mal, pois não fará cessar a profanação. Não reabilitará a França aos olhos do mundo, pois a França continuará a comerciar nos dias de oração e de repouso.

Que não se diga que uma meia lei é tudo o que se pode fazer; que é um primeiro passo; que mais tarde se dará um segundo. Eis o travesseiro sobre o qual se quererá talvez adormecer a Assembleia; mas esse travesseiro está posto na beira de um abismo; mas esse travesseiro é uma armadilha. Primeiro, é sabido que, entre nós, o provisório em matéria de leis torna-se quase sempre o definitivo: rasgamos sem custo, no dia seguinte, nossas constituições da véspera. Quanto às leis, é outra coisa: tomam, graças aos nossos costumes, à nossa preguiça, ao nosso egoísmo, ao nosso regime administrativo, um caráter de estabilidade que as torna quase indestrutíveis.

Quantas não se encontram no imenso arsenal iniciado em 1790 e continuamente enriquecido até nossos dias que desafiaram todas as revoluções, todas as constituições, todas as transformações e que regem ainda a matéria, embora, no pensamento de seus autores, fossem apenas um provisório, um primeiro passo? Com maior razão será assim da lei do domingo, em que sua natureza particular fará temer tocar.

Depois, é lícito esquecer a gravidade da situação? Temos tempo a perder em ensaios? Os bárbaros não estão às nossas portas, a nosso lado? É cedo demais para fortificar nossas cidades, emparedar nossas moradas, erguer diques tão altos quanto a onda que sobe sempre? É lícito, é sensato fazer provisório num momento em que tudo o que pode firmar a sociedade deve ser forte, eficaz, definitivo? É razoável dar paliativos quando o mal só pode ser combatido pelos meios mais enérgicos? Homens de Estado! Olhai ao redor: o bem como o mal, tudo tende a tomar proporções desconhecidas; tudo tende a tornar-se definitivo, e fareis provisório!

Que tendes a temer fazendo uma boa lei, uma lei completa, uma lei seriamente eficaz? Nada que não tenhais a temer não a fazendo: a anarquia. Ora, não vos iludais: à falta desse pretexto, ela terá mil outros para continuar a sua luta eterna; ao menos tereis assegurado uma chance de vitória; pois essa lei, que satisfará os votos de todas as populações católicas, vos dará tantos defensores quantos apoios tiver. A Assembleia pode, pois, fazer uma boa lei, uma lei eficaz, uma lei definitiva, e a fará: deve fazê-lo.

VIII

Ela o deve: à Religião, última âncora de salvação que nos resta em meio à grande tormenta que ameaça engolir a Europa inteira.

Ela o deve: à sociedade, que perece sob os nossos olhos, roída viva por dois vermes de dentes de aço: o egoísmo e o desprezo de toda autoridade.

Ela o deve: à família, único elemento de uma nova reconstituição, e que perdeu todos os seus caracteres de santidade, de concórdia e de moralidade.

Ela o deve: à liberdade, minada em seu princípio e violada em sua mais alta aplicação, sob o império de uma constituição que, no entanto, a declara solenemente inviolável.

Ela o deve: ao bem-estar do povo que, a cada semana, faz correr, com as esmolas dos ricos, seus suores e seu sangue nos abismos sem fundo que a devassidão e a anarquia abrem a suas inclinações desregradas.

Ela o deve: à dignidade humana, de que o hábito constante de cálculos e de trabalhos materiais tende a apagar até os últimos vestígios.

Ela o deve: à saúde do povo, que igualmente abalam ou o labor sem repouso ou o repouso na orgia.

Ela o deve: à honra nacional. Não chegou o tempo de a França pôr termo a essa devassidão de impiedade e de materialismo a que, a cada semana, há sessenta anos, se entrega sem vergonha sob os olhos das nações? Não é tempo de mostrar que o mais lógico dos povos deixou de ser inconsequente consigo mesmo e que quer ser católico em Paris como em Roma; que, sob nenhum aspecto, a filha primogênita da Igreja, a libertadora do magnânimo Pio IX, está abaixo, quer dos Estados Unidos da América, quer da protestante Inglaterra?

Enfim, a Assembleia o deve a si mesma e à Providência. A si mesma: de sessenta a oitenta mil leis mais ou menos dignas desse nome, para não dizer mais ou menos revolucionárias, que se fabricaram para a França há meio século, não é da glória da Assembleia, saída do sufrágio universal, fazer-lhe dar ao menos uma que seja verdadeiramente social, isto é, francamente cristã? À Providência: que não fez ela por nós há dois anos? Quantas vezes sua mão maternal não nos reteve miraculosamente à beira do abismo onde estávamos prestes a cair? Evidentemente ela só pede para salvar-nos; mas é preciso que o queiramos.

Pois bem, senhor e caro amigo, uma boa lei sobre a santificação do domingo, uma lei que será um ato de boa vontade social e de retorno à ordem eterna, essa lei secundará maravilhosamente os desígnios misericordiosos da Providência, pois terá duas vantagens capitais. Remediará verdadeiramente o mal, pois fará respeitar a lei do supremo Legislador, de quem nos atrairá as bênçãos: e delas temos grande necessidade. Depois, contribuirá mais imediatamente que qualquer outra para curar esse povo de que o espírito de Deus se retirou, pois se tornou carne. Ora, é a minha primeira e a minha última palavra: *Nada é tão próprio como a profanação do domingo para materializar um povo. Um povo materializado é um povo acabado.* Queira Deus que esse povo não sejamos nós!

Recebei, etc.

FIM.

Notas

[1] N. do T.: Gaume não nomeia o Padre; a sentença é de santo Agostinho: *Qui fecit te sine te, non justificat te sine te* (Sermão 169, 13).